

Ê

LEONARDO NOGUEIRA, MAYSA PEREIRA
E RAFAEL TOITIO

O BRASIL FORA DO ARMÁRIO



DIVERSIDADE SEXUAL,
GÊNERO E LUTAS SOCIAIS



expressão
POPULAR

O BRASIL FORA DO ARMÁRIO: DIVERSIDADE SEXUAL, GÊNERO E LUTAS SOCIAIS

**LEONARDO NOGUEIRA
MAYSA PEREIRA
RAFAEL TOITIO**

O BRASIL FORA DO ARMÁRIO:



DIVERSIDADE SEXUAL, GÊNERO E LUTAS SOCIAIS



*expressão
POPULAR*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Nogueira, Leonardo

N778b O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e
lutas sociais / Leonardo Nogueira, Maysa Pereira, Rafael
Toitio.-- 1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular, Fundação
Rosa Luxemburgo, 2020.

200 p.— (Coleções Emergências).

ISBN Expressão Popular 978-65-991365-0-4

ISBN Fundação Rosa Luxemburgo 978-65-990744-2-4

1. Diversidade sexual - Brasil. 2. Diversidade de gênero -
Brasil. 3. Lutas de classes – Brasil. I. Pereira,
Maysa. II. Toitio, Rafael. III. Título. IV. Série.

CDU 316.839810

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

“Esta publicação foi realizada pela Fundação Rosa Luxemburgo com fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ)”.

“Somente alguns direitos reservados. Esta obra possui a licença Creative Commons de Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas (BY-NC-ND)”.



EDITORA EXPRESSÃO POPULAR
Rua Abolição, 201 – Bela Vista
CEP 01319-010 – São Paulo – SP
Tel: (11) 3112-0941 / 3105-9500
livraria@expressaopopular.com.br
www.expressaopopular.com.br
ed.expressaopopular
editoraexpressaopopular

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO
Rua Ferreira de Araújo, 36
05428-000 São Paulo SP – Brasil
Tel. (11) 3796-9901
info.saoPaulo@rosalux.org
www.rosalux.org.br/
ed.RosaluxSaoPauloBuenosAires



SUMÁRIO

Introdução	11
Gênero e sexualidade: determinações materiais	21
Sexualidade, diversidade e história	53
Diversidade sexual e de gênero na particularidade brasileira	79
História e política do movimento LGBT	115
Colorindo o Projeto Popular para o Brasil	147
Diversidade sexual e de gênero, revolução e socialismo – à guisa de conclusão	175
Referências	189
Para saber mais	197
Sobre os autores	199

ÀS LUTADORAS E AOS
LUTADORES LGBT+
DO PVO BRASILEIRO

COLEÇÃO EMERGÊNCIAS

Debates urgentes, fundamentais para a compreensão dos problemas brasileiros, com enfoques quase sempre invisibilizados. Essa é a proposta da Coleção Emergências, uma iniciativa da Fundação Rosa Luxemburgo e da Editora Expressão Popular. Há um volume gigantesco de dados e notícias em circulação que nos traz uma falsa ideia de acesso aos temas que pautam a vida política do país. Mas boa parte deste conteúdo é produzido e veiculado pelos donos do poder econômico, que elegem o que deve ser visto e informado de acordo com seus interesses. Por isso, é essencial ampliarmos as maneiras de enfrentar esse ponto de vista único e pautar, com profundidade, temas de relevância para o povo brasileiro.

Nossa Coleção se propõe a discutir questões cruciais para o Brasil a partir de perspectivas pouco divulgadas nos meios de comunicação comerciais. Cada obra não pretende ser a última palavra sobre o tema, mas o ponto de partida para estimular debates e novas leituras. Só entendendo nossa realidade iremos transformá-la. Daí Emergências. Emergências porque é preciso refletir sobre o mundo que vivemos. Já não temos condições de ignorar a gravidade das crises econômica, social, ambiental, política. Emergências porque já não se pode mais insistir em velhas respostas. Emergências porque não podemos mais esperar.



INTRODUÇÃO

*As coisas talvez melhorem.
São tão fortes as coisas!
Mas eu não sou as coisas e me revolto.*
"Nosso tempo", Carlos Drummond de Andrade

A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO TEM SIDO ALVO DE DEPRECIAÇÃO por parte da ofensiva conservadora em curso no Brasil e no mundo. Este fato é inequívoco e são diversas as iniciativas levadas a cabo pela extrema-direita e pelo fundamentalismo religioso na disputa ideológica do último período, a exemplo das *fake news* e outras campanhas de disseminação do ódio contra a população LGBT. Na contramão desse irracionalismo, é urgente que as lutas sociais e a produção do conhecimento estejam sintonizadas com o objetivo de construir ações e ideias que incidam na alteração da correlação de forças sociais em prol dos interesses dos grupos subalternos.

Observada nossa história recente, convém considerar que, desde o golpe de 2016, com os inúmeros retrocessos provocados com o governo Temer (MDB) e com a eleição de Jair Bolsonaro (sem partido), a população LGBT tem sido atacada diuturnamente. Alvo de forças conservadoras e neofascistas, estamos assistindo à corrosão de políticas públicas para esse segmento e o recrudescimento da violência acrescido de uma degradação das condições de vida da população trabalhadora.

Outro fator também contribuiu para que se acelerasse o ritmo de ataques a militantes, pesquisadores/as, organizações e sujeitos LGTB: a mobilização de setores fundamentalistas e conservadores em torno do termo “ideologia de gênero”. Destituída de rigor analítico, adotada como melhor convinha para cada momento, foi uma expressão que serviu para designar um suposto predomínio de ideias conectadas ao respeito e à promoção de direitos humanos às mulheres e pessoas LGBT. De acordo com os que adotam o termo, “ideologia de gênero” estaria em oposição a outro conjunto de ideias – em decadência, e que talvez pudesse ser chamado de “ideologia do gênero heteroatribuído”, atribuído por outros – e que prega como referência de condutas sociais uma estrita correspondência entre o gênero atribuído no nascimento e a sua expressão de gênero mais convencionalizada, bem ilustrada pela fala comemorativa da ministra Damares Alves: “menina veste rosa e menino veste azul”.

Em contrapartida, percebemos que a diversidade sexual e de gênero tem ganhado espaço nas ruas e nas redes sociais, politizando e visibilizando estes conflitos. Não há uma letargia das lutas LGBT, muito embora sua capacidade de coesão, organização e incidência nacional esteja comprometida.

Curiosamente, no ano de 2019, analistas críticos sérios embarcaram na tese de que as forças conservadoras utilizariam de pautas LGBT (chamadas de “pauta dos costumes”) construindo uma “cortina de fumaça” para desfocar a ação das lutas sociais no enfrentamen-

to dos objetivos das forças neoliberais: a privatização e a flexibilização das legislações trabalhista e previdenciária e dos direitos sociais previstos pela Constituição Federal de 1988.

A diversidade sexual e de gênero precisa ocupar um espaço coerente na reflexão e na ação política, evitando o engodo de encará-la como subproduto de uma “cortina de fumaça”. Para tanto, é necessário recuperar o lugar e o papel, na nossa sociedade, da sexualidade e das relações patriarcas de gênero (entendidas aqui, inicialmente, como as relações nas quais os homens exercem, predominantemente, o poder e as funções de autoridade moral, política, social e econômica, e todas as consequências que esta situação desigual acarreta). Essa recuperação pode se dar com base nos fundamentos históricos do desenvolvimento do ser social, dos debates sobre a particularidade da formação social brasileira e das análises de conjuntura política. Também se torna fundamental investigar como o imperativo do heterossexismo (ou seja, a heterossexualidade como única forma de desejo sexual) e da cisgeneridade (quando a única identidade de gênero aceita é a que corresponde à atribuída no nascimento) se articulam com as determinações de classe, raça/etnia e gênero.

A brevíssima menção à conjuntura brasileira é fundamental para que seja posta uma questão da maior importância: por que debater a relação entre diversidade sexual e de gênero e lutas de classes? Qual o lugar da sexualidade e das relações patriarcas na

conformação do nosso modo de produzir a realidade material e subjetiva?

Este livro se insere na batalha das ideias com o objetivo de evidenciar a relevância de uma abordagem que considere gênero e sexualidade como elementos indissociáveis da sociabilidade humana e, portanto, elementos que não podem ser mecanicamente excluídos das análises sobre a sociedade em seus aspectos estruturais e conjunturais.

Inúmeras estudiosas, feministas e militantes LGBT dedicaram seu tempo de vida para que nossa geração pudesse dialogar com seu acúmulo para desvendar os desafios do tempo presente. Dessa maneira, as reflexões aqui sistematizadas partem de um legado teórico-político crítico, assentado numa leitura materialista, histórica e dialética da realidade social.

A sistematização aqui apresentada também é fruto de ações diversas realizadas pelos movimentos populares, em especial, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelo Levante Popular da Juventude (LPJ). Essas ações sempre contaram com destacada contribuição da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), da Escola Nacional Paulo Freire (ENPF), do jornal *Brasil de Fato* e da Editora Expressão Popular. De rodas de conversa a seminários e cursos de formação política sobre gênero, diversidade sexual e patriarcado, das ações diretas de agitação e propaganda às ruas em atos e paradas do orgulho LGBT, a luta política forjou nosso compromisso com as reflexões socializadas nesta publicação.

A Editora Expressão Popular, ao longo de mais de 20 anos, cumpre um papel imprescindível na batalha das ideias. Um passo decisivo em sua interação com o tema em debate foi a publicação do livro, com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo, *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. Ao propor que este tema seja incluído na coleção “Emergências”, a editora dá continuidade ao esforço de discussão e publicação sobre a diversidade sexual e de gênero no campo de estudos marxistas.

Avaliamos que a produção acadêmica sobre diversidade sexual e gênero no âmbito do materialismo histórico-dialético constitui um desafio de nossa geração. No Brasil, em particular, ainda são poucas as produções sobre o tema. Esse hiato entre o marxismo e os temas da diversidade sexual e gênero é atravessado por inúmeros imbróglios, como o avanço do pensamento pós-moderno, a crise das experiências socialistas e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o neoliberalismo, as contrarreformas do Estado, as mudanças na forma de organização do trabalho e os impactos nas formas de organização política dos trabalhadores. No entanto, as dificuldades de elaboração e a luta política no âmbito do pensamento revolucionário também encontram respaldo numa história de tensões entre teóricos e militantes comunistas que encaram a diversidade sexual como pauta individual, periférica e, por vezes, liberal.

Embora não tenhamos a pretensão de dar conta desta lacuna, as reflexões apresentadas neste livro

se inspiram na tradição crítico-dialética da teoria social. Buscamos, fundamentalmente, nutrir um diálogo aberto com a diversidade própria deste pensamento e com a contribuição de outros campos teóricos, em especial, o feminismo, os estudos de gênero e sexualidade e os estudos das relações étnico-raciais.

Sintonizados com o conjunto de desafios que nosso tempo exige, dividimos este livro em cinco capítulos. No primeiro capítulo, expomos, a partir de um diálogo com o pensamento de Marx e de Engels e com o feminismo marxista, nossa compreensão sobre a relação entre gênero e sexualidade como categorias fundamentais para o entendimento do ser social. No segundo capítulo, debatemos a sexualidade na história, dando ênfase à caracterização da diversidade sexual no capitalismo. No terceiro, recorremos ao debate da formação social brasileira para evidenciar o caráter patriarcal, heterossexista e racista de nossa sociedade. No quarto capítulo, apresentamos uma síntese sobre as lutas e o movimento LGBT. E, no último, apresentamos uma leitura atual dos desafios de construção de um Projeto Popular para o Brasil que incorpore as lutas relacionadas à diversidade sexual e de gênero.

Esperamos que as leitoras e os leitores possam encontrar neste livro uma contribuição para a luta política contra os arbítrios que insistem em nos rodear, expressão dos movimentos conservadores e neofacistas que buscam a manutenção dos privilégios e das formas de opressão e exploração sobre o povo brasileiro.

Agradecemos, em especial, à Expressão Popular pelo compromisso e pela oportunidade. Estendemos o agradecimento a todos/as militantes LGBT que nos inspiram na construção de um mundo justo.

Leonardo Nogueira, Maysa Pereira e Rafael Toitio



GÊNERO E SEXUALIDADE: DETERMINAÇÕES MATERIAIS

POR MUITO TEMPO, A HISTÓRIA FOI COMPREENDIDA SEM QUE OS modos peculiares de relações sociais entre mulheres e homens fossem questionados como importantes para a pesquisa e a reflexão teórica. Inúmeras formulações de inquestionável capacidade analítica, da Grécia Antiga à Modernidade, simplesmente não consideraram que em determinadas sociedades havia relações que indicavam desigualdades nas atividades cotidianas, na apropriação dos produtos do trabalho, na reprodução social e na vivência da sexualidade.

Seres humanos não se transformaram em “homens” e “mulheres” como mero produto do destino. Ao contrário, um estudo cuidadoso da historiografia evidencia uma série de relações desiguais que conformaram uma preciosa diversidade nos modos de ser homem e de ser mulher (Stearns, 2015). O longo processo histórico de intercâmbio entre os seres humanos deve ser levado em consideração numa análise que se propõe a identificar o desenvolvimento de relações de exploração-dominação entre homens e mulheres.

Sem pretensão de construir análises em demasia genéricas e abstratas que maculam as particularidades de cada formação social, neste capítulo procuramos evidenciar de que maneira se desenvolveram alguns traços estruturantes comuns às relações de exploração-dominação que enovelam diferentes modos de vidas de homens e mulheres, isto é, as determinações patriarcais presentes em grande parte das sociedades. Para tanto, apesar de dialogarmos com outras

teorias, neste capítulo partimos dos fundamentos do materialismo histórico-dialético, nosso “fio condutor” na construção de um quadro analítico que permita refletir sobre as relações de gênero e de sexualidade sem naturalizar as relações de classe e que permita estabelecer uma articulação histórica entre elas.

Mais especificamente, nossa proposta é discutir como a divisão social do trabalho e a propriedade privada podem influenciar ou mesmo determinar a formação das relações de gênero e de sexualidade, lembrando que esta última, nos estudos contemporâneos, não deve ser entendida no sentido mais estrito do senso comum, que a reduz ao campo do ato sexual. Sexualidade, aqui e em grande parte do corpo teórico que mobilizamos, é compreendida como um dos aspectos centrais do ser humano, podendo abranger a reprodução e o sexo, mas também a orientação sexual, a intimidade, o prazer e o erotismo. Nesse sentido, fatores biológicos, sociais, psicológicos, religiosos, econômicos, legais e outros interferem diretamente em como as pessoas vão exercer e manifestar sua sexualidade.

Partirmos de Karl Marx e Friedrich Engels para, junto a outros/as autores/as, pensar as funções que o gênero e a sexualidade podem desempenhar em certos contextos históricos. Contudo, precisamos ficar alertas para não cairmos em uma análise determinista do gênero e da sexualidade. Ao contrário, nossa ideia é enfatizar o aspecto produtivo dessas categorias, entendendo-as como práticas sociais, materiais e simbóli-

cas que contribuem para estruturar a sociedade. Daí a importância de pensar o gênero e a sexualidade como elementos inexoráveis da formação do ser social. Por fim, encerramos com a contribuição da marxista-feminista Heleith Saffioti para melhor discutir sobre a noção de relações patriarcais de gênero e sobre o capitalismo, por ela caracterizados a partir das noções de classe, raça/etnia e gênero (incluindo sexualidade).

HISTÓRIA E MATERIALISMO

Marx e Engels, em *A ideologia alemã* (1845-1846), obra basilar no entendimento da teoria social iniciada por eles, indicaram o caminho do qual a análise deveria partir: do modo como os seres humanos produzem e reproduzem sua vida material. Este pressuposto nos conduz a inúmeras questões, das quais destacamos uma: de que maneira homens e mulheres produzem a sua própria vida material? Esta é uma questão fundamental para questionar tanto as explicações que naturalizam as desigualdades quanto aquelas que idealizam sociedades nas quais as mulheres ocupariam espaços de dominação e desempenhariam papéis historicamente considerados “de homens”.

Marx e Engels, preocupados em debater criticamente com o idealismo alemão, uma das correntes dominantes do pensamento filosófico da época, iniciaram a fundamentação do que viria a ser denominado de materialismo histórico, trazendo algumas sínteses im-

portantes para o nosso debate. A partir desse método de investigação da história, o pressuposto da existência humana e, por isso, de toda história é que os indivíduos devem “estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” (2007, p. 33). Para isso, é necessário garantir os meios de satisfação das necessidades mais vitais (comer, beber, morar, vestir etc.). A satisfação dessas necessidades, por sua vez, é geradora de novas necessidades, além da renovação diária da vida, da procriação.

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. (Marx e Engels, 2007, p. 34)

A relação natural está posta aqui no sentido de que, para sobreviverem, os indivíduos precisam estabelecer um intercâmbio com o meio ambiente em que vivem. A natureza, como a fonte de riqueza social e dos valores de uso (produtos) necessários à reprodução humana, fornece os valores de uso a partir da relação entre natureza e trabalho. E o próprio trabalho deve ser entendido, dialeticamente, como natureza, isto é, como “exteriorização de uma força natural, força de trabalho humana” (Marx, 2012, p. 23). É possível então afirmar que cada sociedade que existiu e existe precisa responder a seu meio. Todo agrupamento humano empreendeu esforços significativos para enfrentar carências relacionadas

à fome, ao frio, às chuvas, à necessidade de abrigos e à proteção contra alguns animais, para citar alguns exemplos.

Os estudos antropológicos e históricos evidenciaram, em pesquisas publicadas ao longo dos séculos XIX e XX, a existência de uma imensa variedade de populações, grupos e clãs que mantinham formas peculiares de produção e reprodução social em todo o mundo (Tabet, 2014). Embora não seja possível caracterizar todos os povos e experiências, pesquisas indicam algumas semelhanças entre as primeiras sociedades que existiram. Para assegurar a reprodução física, essas populações alimentavam-se, prioritariamente, da coleta de vegetais e da caça de animais. Esses grupos estavam mais frontalmente sujeitos às diversas manifestações da natureza: aumento do calor, do frio, secas prolongadas, temporais etc. (Stearns, 2010; 2015). Eram populações que estavam muito mais próximas e dependentes da dinâmica da natureza.

De toda forma, em qualquer tempo histórico, foi na relação com a natureza por meio do trabalho que mulheres e homens se humanizaram. O trabalho cumpre uma função elementar: é o meio pelo qual os seres humanos se relacionam com a natureza, com outros seres humanos, modificam o espaço e, por fim, também modificam a si mesmos (Marx, 2013). Processo incessante que, posto em prática, amplia o ser, possibilitando assim aprendizados, consciência do meio em que vivem, novas necessidades, maior

domínio do território e da natureza. Esse processo também é mediado pela complexificação das formas de procriação e de cuidado com a prole. Envolve, portanto, o desejo, a afetividade e os dilemas que a reprodução pode implicar (as noções de parentesco, necessidades de cuidados iniciais, definição de responsabilidades, as formas de aliança etc.).

É importante apontar que a própria concepção de procriação é determinada pelos modos como a sociedade produz e reproduz sua vida material. Há evidências, por exemplo, de que nos primeiros grupos nômades e seminômades o controle da natalidade era algo importante em face das condições que dificultavam o cuidado com a prole (Stearns, 2010). Não há registros históricos de que estes grupos mantinham exclusivamente hábitos sexuais para procriação. Ao contrário, há indicações segundo as quais, neste período, havia variadas formas de contato sexual e que o dilema que se impunha ao período era a busca por prazer sexual sem condicioná-la à reprodução, como práticas relacionadas ao sexo não vaginal, as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, a masturbação etc. (Stearns, 2010).

Historicamente, um dos “saltos” mais importantes no desenvolvimento das forças produtivas para a humanidade diz respeito às formas de “domesticação” das sementes e de alguns animais (Adovasio et al., 2009). Este foi o momento de construção das primeiras sociedades agricultáveis, de domínio da terra, de modificação nas convenções sobre o pa-

rentesco, aumento da natalidade (vide as melhores condições para se proteger de intempéries ou mesmo para viabilizar a alimentação) e, não menos importante, o surgimento da produção de um excedente para troca, cada vez mais constitutivo da dinâmica produtiva agrícola.

Adovasio *et al.* (2009) salienta que a pecuária foi um momento decisivo na formação de uma hegemonia patriarcal. Estes autores chamam atenção para o significado da domesticação de animais como uma tarefa ocupada, na maior parte dos casos, por homens. Foi nas primeiras sociedades agrícolas (no que tange às experiências de regiões hoje conhecidas como Europa, Oriente Médio e Ásia) que surgiram mais expressamente as noções de incesto e de adultério que mudaram drasticamente os sistemas de parentesco naquelas sociedades. Foi nesse período que a condenação do sexo não procriativo passou a implicar, nessas regiões, uma condenação do sexo anal e das práticas eróticas entre pessoas do mesmo sexo. Naquele momento, os seres humanos passaram a desenvolver maior controle sobre a natureza e a adquirir melhores condições para a sua reprodução social. Foi um momento decisivo que possibilitou rupturas com as práticas predominantemente nômades, que caracterizavam os grupos que dependiam da caça e da coleta.

Outros estudos indicam que mesmo o domínio mais rudimentar da agricultura e da pecuária provocavam mudanças significativas nas relações sociais desen-

volvidas no âmbito da divisão do trabalho, na ideia de parentesco, na procriação e na sexualidade. Para apreender essas mudanças é importante levar em consideração que os deslocamentos nas formas de produzir a vida material implicam, necessariamente, significativas alterações no âmbito da reprodução social.

Se assumimos como fundamental a tese marxiana de que o trabalho é um vetor fundamental na constituição do gênero humano (Marx, 2013; Engels, 2004), esse processo de “humanização” apenas ocorreu em meio a um conjunto de necessidades que se apresentaram no desenvolvimento histórico e, imprescindivelmente, envolveu as formas de cooperação, linguagem, consciência social e sexualidade (Lukács, 2013). O trabalho constitui uma dimensão medular da construção do ser social, embora não seja exclusiva, uma vez que é inevitável a participação de outras dimensões para ele se realizar como tal.

Essa construção é um processo que abrange, por exemplo, o desenvolvimento da linguagem, tão antiga quanto a consciência, pois é ela mesma a consciência real e prática, que existe para outros homens e mulheres e que, portanto, também existe para cada um/a individualmente. E “a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio” entre os indivíduos (Marx; Engels, 2007, p. 34-35). É evidente como, nesse debate, o materialismo histórico se constituía, em vasta medida, a partir de uma discussão sobre as necessidades práticas (e inexoráveis) e as formas de superá-las.

Aqui cabe uma observação teórica. Todo esse debate, que tem como referência as contribuições de Marx e Engels no âmbito da filosofia da história, teve impacto importante sobre a elaboração marxista de perspectivas como a historicização das classes sociais e da propriedade privada, o capitalismo como modo de produção e de reprodução social, bem como as ideias ou concepções de socialismo e comunismo. Além disso, as reflexões propostas em *A ideologia alemã* e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (redigida apenas por Engels) foram importantes para o desenvolvimento da primeira produção teórica do feminismo socialista, que continua ativo em diversas partes do mundo.

Entretanto, é importante alertar que sobretudo *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* foi escrito em grande medida com base nos estudos do antropólogo Lewis H. Morgan, que era um investigador ativo da antropologia evolucionista, corrente então predominante nesta disciplina. Parte do marxismo que se desenvolveu depois, e que adotou a tese de que a história estaria dividida em estágios determinados nos quais toda sociedade passaria inevitavelmente, também assumiu boa parte da linguagem e das perspectivas evolucionistas e etnocêntricas no estudo das sociedades que eram classificadas como “primitivas”. O pressuposto teórico que estava por trás dessa análise residia na ideia de que o grau de desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo representaria a “superioridade” evolu-

tiva das sociedades industrializadas em relação às sociedades tradicionais e não industrializadas. Hoje, isso acarretaria sérias implicações políticas e ideológicas, particularmente na defesa do modo de vida dessas sociedades que não se organizam a partir da mercantilização dos produtos do trabalho e de uma intensa divisão social do trabalho.

Além disso, ainda em relação à obra *A origem...*, embora tenha sido um estudo pioneiro sobre a articulação entre o surgimento da propriedade privada e do Estado e o desenvolvimento das relações de gênero, isso não desonera Engels de reafirmar a forte discriminação heterossexista dominante na época. Ao descrever a formação histórica da família monogâmica e, no caso da família ateniense, a procura dos homens casados pela relação afetiva-sexual com outros homens, ele lamenta que aqueles fossem levados “a repugnantes práticas de pederastia e a desonrarem seus deuses e a si próprios” (Engels, 2010, p. 86). De toda maneira, se esta visão hoje é inaceitável, ela deve ser interpretada considerando os limites históricos do momento em que foi desenvolvida, marcado quase que unanimemente pela ideia de que a heterossexualidade era a única forma natural de desejo e prática sexuais. Essas limitações não necessariamente invalidam as contribuições originais da obra em outros temas mais centrais.

Pode-se questionar a razão para voltar a este debate, mas há no mínimo dois motivos relevantes para isso. Primeiro, o debate sobre o ser social conduz a

uma reflexão de como nossa sociedade foi historicamente construída e como nós somos resultado dessa construção. Segundo, todas as sociedades existentes necessitam sempre se preocupar com as formas e condições de sobrevivência de suas respectivas populações – o que atravessa a vida de cada pessoa – de forma mais ou menos mediada. As divisões de classe limitam ou potencializam a possibilidade de cada um/a conseguir os recursos e os meios para garantir, como afirma Marx, a satisfação das necessidades do estômago ou da fantasia.

A seguir, passamos a analisar as relações de gênero e de sexualidade a partir de duas categorias sociais: a divisão do trabalho e a propriedade privada. Seguindo os passos de Marx e Engels (2007), observamos que a fonte de toda exploração está na propriedade privada e na divisão social do trabalho, que resultam na distribuição desigual do trabalho e de seus produtos. A propriedade, como “poder de dispor da força de trabalho alheia”, é a expressão idêntica da divisão social do trabalho, pois uma se refere ao produto da atividade e outra à própria atividade.

Esse recorte não significa que as relações de gênero, como uma relação de poder, não sejam dialeticamente constituídas como processos materiais e simbólicos. Por isso, revisitando esse debate nos é útil para, no caminho oposto ao das especulações, enfatizarmos como no processo histórico de constituição do ser social, ligado ao desenvolvimento dos modos de produção e reprodução social, surgiram socieda-

des baseadas no crescente domínio sobre as mulheres e no maior controle da sexualidade.

A DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO

Afirmamos anteriormente que o trabalho cumpre um papel central no desenvolvimento do gênero humano. Embora tenhamos sempre uma dimensão biológica insuprimível no ser social, é o afastamento das barreiras naturais que caracteriza o salto qualitativo logrado por nossa espécie. O trabalho nos possibilita desenvolver a nossa consciência social. É um processo que exige sempre a prévia ideação, isto é, a capacidade de anteceder ao ambiente e construir idealmente os objetivos e o produto que se almeja. Posto em prática, o trabalho se coloca como determinação fundante entre os seres humanos e a natureza, e possibilita a emergência da linguagem articulada e da cooperação (Netto e Braz, 2008).

O trabalho é fundamental na constituição do ser social não apenas porque garante a sobrevivência e a reprodução da humanidade, mas também porque se trata, imperiosamente, de uma atividade coletiva, o que leva os indivíduos a se relacionarem socialmente. As relações estabelecidas no processo de trabalho são complexificadas na medida em que as diferentes formas de cooperação de trabalho pressionam para a construção de certas formas de cultura e de organização política.

Como um processo que ocorre no intercâmbio entre ser humano e natureza, o trabalho é condição ineliminável da existência humana. E mais do que isso, é uma categoria que “faz referência ao próprio modo de ser dos homens [das mulheres] e da sociedade” (Netto e Braz, 2008, p. 29). Entre outras coisas, isso significa que a forma como organizamos e dividimos a produção material da sociedade incide sobre a distribuição de riqueza e de poder e sobre a compreensão e atribuição de sentido e significados ao mundo. Por isso, no entendimento de qualquer sociedade, é fundamental considerar como seus integrantes dividem o trabalho socialmente e o produto gerado por ele; sendo necessário também compreender como ideologicamente justificam essas divisões.

N'*O capital*, Marx define a divisão social do trabalho como um conjunto diversificado de formas variadas de trabalho útil que geram diferentes valores de uso, os produtos cujas propriedades satisfazem as necessidades humanas (Marx, 2013). A partir dessa definição geral, é importante assinalar as diferentes facetas da divisão do trabalho que Marx apontou: a divisão entre quem trabalha e quem explora o trabalho alheio; a divisão entre trabalho intelectual (quem concebe a produção) e trabalho manual (quem executa); a divisão entre urbano e rural; a fragmentação técnica do processo de trabalho; a divisão sexual do trabalho.

No que se refere à última, a divisão sexual do trabalho, tanto Marx quanto Engels contribuíram para pensar historicamente a divisão do trabalho entre

mulheres e homens. Parte de suas argumentações, no entanto, eram portadoras de certos limites característicos daquele momento. Em *A ideologia alemã*, ambos afirmaram que a divisão do trabalho “se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras”. E defenderam que a primeira forma de propriedade que surgiu foi a família, “onde a mulher e os filhos são escravos do homem” (Marx; Engels, 2007, p. 36). Essas afirmações – que não foram publicadas por seus autores em vida – admitiam a existência de uma relação de poder entre homens e mulheres, mas se equivocavam ao naturalizar a divisão do trabalho nas famílias.

Assim, para eles, a primeira forma de repartição do trabalho está diretamente ligada a características sexuais. Na referida obra, Marx e Engels (2007) se referem ao ato da procriação como elemento marcante, pois criaria um vínculo estreito entre a gestação e a necessidade de cuidado com a prole pelo grupo. Cooperação e cuidado com a prole não são temas acidentais, ao contrário, são determinantes para análise da formação de uma divisão sexual do trabalho que ultrapassa os limites de uma mera separação de tarefas decorrentes da reprodução/gestação em si, pois a própria procriação está condicionada historicamente às formas de organização social (dinâmica econômica, valores, condições sanitárias, controle populacional etc.).

Se ambos sabiam disso, equivocaram-se ao afirmar, contraditoriamente, que primeiro haveria uma divisão

“natural” do trabalho na família patriarcal, sendo esta formada pela união entre homem, mulher e filhos/as. Eles acabaram afirmando a antropologia e as ciências sociais da época, que cometiveram o erro crasso de construir teses de harmonia e complementariedade sobre a divisão sexual do trabalho dos povos originários, que identificavam as mulheres como mais aptas ao cuidado e ao trabalho reprodutivo. Essas sociedades não foram experiências homogêneas que podem ser equalizadas sem que se leve em conta características de cada grupo e das regiões em que estes habitavam. Ao contrário, havia uma diversidade de formas de parentesco e de divisão do trabalho reprodutivo.

Toda divisão sexual do trabalho tem um caráter inexoravelmente social e histórico, isso na medida em que o ser cujo corpo é capaz de gestar a vida não é necessariamente o mesmo ser responsável pelo cuidado das crianças e de todo trabalho doméstico. Mas, se havia esse aspecto contraditório no debate elaborado por ambos (nas obras citadas), cabe reconhecer que Marx, mais do que Engels, analisou as relações de gênero e as relações de classe como aspectos da prática social.

Para ambos haveria dois modos de dominação mutuamente determinados: o controle sobre a força de trabalho na produção dos meios de vida e o controle do homem sobre a força de trabalho da mulher, sua capacidade reprodutiva e seus corpos sexuais (Haug, 2007, p. 316). Nas sociedades capitalistas, assim como nas sociedades decisivas para a formação do capitalismo, as mulheres são as responsáveis pelo trabalho

doméstico e de cuidado, enquanto os homens são direcionados para o trabalho produtivo e para ocupar os espaços públicos.

Assim, a divisão sexual do trabalho constituiu-se historicamente como a forma de vincular as mulheres ao espaço doméstico e de controlar seus corpos, procurando garantir uma estratégia de reprodução biológica como forma de repor o conjunto da força de trabalho que produz a riqueza social. Pouco a pouco, institui-se como "natural" o que é considerado como trabalho apropriado às mulheres e aos homens. Isso ocorre quando a responsabilidade pela reprodução social, que em outras sociedades pertencia ao coletivo, passa a ser transferida às mulheres. Embora não seja uma determinação exclusiva, a divisão sexual do trabalho se cristalizou na vida das mulheres quando houve a cisão entre as tarefas da produção e da reprodução social.

Com o surgimento das grandes sociedades e o aumento do intercâmbio entre os povos, essas sociedades se desenvolveram alicerçadas na complexificação da divisão social do trabalho e no desenvolvimento das forças produtivas, o que incluía novas formas de organizar a produção e a reprodução social. No capitalismo, onde os produtos do trabalho são convertidos em mercadorias, a divisão social do trabalho se intensificou e se complexificou como nunca antes. Um novo modo de produção baseado na exploração pelos proprietários dos meios de produção dos/as trabalhadores/as despojados/as de tais meios. Dessa exploração

resulta o lucro capitalista que deve se realizar sempre de forma expandida e permanente. Isso demanda a constante revolução dos meios de produção; uma institucionalidade político-jurídica que o garanta; bem como mecanismos de reprodução social, o que inclui uma forma de organizar a reprodução biológica da força de trabalho, responsável pela geração desse lucro, em torno da violência heterossexista.

As relações patriarcais de gênero são constituídas pela – e constitutivas da – separação entre as dinâmicas de produção e de reprodução social, separação esta que se reflete na divisão entre a esfera produtiva e a esfera doméstica, entre trabalho masculino e trabalho feminino, bem como na construção social da mulher e do homem. O capitalismo não inventou o patriarcado, uma vez que muitas outras sociedades foram construídas tendo como um dos fundamentos as relações desiguais entre homens e mulheres. Mas ele apenas se organizou e se formou potencializando e criando formas de relação patriarcal, como condição imprescindível para sua consolidação.

De acordo com Danièle Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho “separa” e “hierarquiza” o que pode ser considerado trabalho de homem e de mulher. Esta forma de divisão não só separa como confere valor inferior ao trabalho desenvolvido pelas mulheres. Assim, no intuito de responder às demandas de sua reprodução social, muitas sociedades (para não dizer a maioria delas) se estruturaram sobre a construção de dois grupos sociais, os homens e as mulheres, no

intuito de assegurar o controle sobre o corpo que carrega a capacidade de gestação.

Ao mesmo tempo, Gayle Rubin (2017) enfatizou que, embora seja necessário analisar a especificidade da “organização” social do sexo e da sexualidade em cada sociedade, a divisão sexual do trabalho pressiona para criar dois gêneros, um feminino e outro masculino, e os cria compulsoriamente como heterossexuais, em que apenas um pode desejar o outro. Isso porque a complementariedade estabelecida nas relações de gênero e a construção da família patriarcal como instituição social só se desenvolvem numa relação heterossexual. Por isso, pensar a construção das relações de gênero significa pensar também sobre a construção das sexualidades hegemônicas. O heterossexismo expressa, assim, um dos fundamentos das desigualdades entre homens e mulheres e da violência por elas sofrida.

Se as relações patriarcais de gênero não foram inventadas pelo capitalismo, este demandou novas formas de controle da sexualidade e do corpo da mulher. O início do capitalismo é marcado pela violência institucionalizada contra a diversidade sexual e de gênero e para garantir a intensa subordinação das mulheres e sua manutenção no espaço doméstico. E quando inseridas no trabalho industrial, isso acabava contribuindo para o rebaixamento do valor da força de trabalho, na medida em que o capital remunerava menos o trabalho por elas desempenhado. O desenvolvimento dos movimentos feministas e LGBT foi essencial para mu-

dar, ainda que de forma limitada, a intensa opressão e dominação a que estavam submetidos os indivíduos que não eram homens heterossexuais.

As mudanças e conquistas do feminismo e do movimento LGBT atuais não significam que o capitalismo deixou de pressionar para a manutenção das relações patriarcas de gênero. Se considerarmos, nos passos de Marx, n'*O capital*, que todo processo de produção é simultaneamente um processo de reprodução, isso significa que para a acumulação capitalista funcionar de forma permanente é preciso repor as condições de produção e, também, o conjunto das relações sociais que asseguram a existência de capitalistas e trabalhadores/as assalariados/as. E isso inclui, entre outros elementos, a divisão do trabalho sexual e o heterosexismo, que são os fundamentos da família patriarcal, célula da sociedade que deve ser a única responsável pela reprodução biológica e que, também, tem um importante papel na reprodução ideológica e de classe.

A PROPRIEDADE PRIVADA

Um dos momentos históricos fundamentais para pensar a exploração econômica é a emergência do excedente econômico que modificou as relações sociais até então estabelecidas. Aos poucos, criou-se a capacidade de produzir bens que ultrapassavam as necessidades imediatas de uma dada população, a

partir de progressos na produtividade do trabalho, o que possibilitava a acumulação dos produtos do trabalho e, com isso, o surgimento do comércio e a exploração do trabalho por aqueles que se apropriam dos bens excedentes – a propriedade privada (Netto; Braz, 2008).

Cada sociedade construiu determinada(s) forma(s) de propriedade e com isso de distribuição da riqueza socialmente produzida. No decorrer da longa história da humanidade, as formas de propriedade privada se complexificaram (no sentido de que pressionaram para o desenvolvimento de instituições jurídicas e políticas que as defendiam) à medida que os seres humanos ampliaram sua capacidade produtiva, voltando-se também para o intercâmbio com outros povos. A construção das primeiras cidades, a prática permanente do comércio, o desenvolvimento da escrita e de uma estrutura organizacional (Estado) rompe com a prática presente nos modos de vida dos povos ancestrais.

Marx e Engels consideravam a propriedade privada como “expressão idêntica” da divisão social do trabalho, uma vez que a forma de propriedade estabelecida em cada sociedade define a forma de divisão do trabalho. Uma das principais relações sociais que imperam no capitalismo é a expropriação da classe trabalhadora, uma vez que o capital se apropria do conjunto dos meios de produção como nunca. Instrumentos, máquinas, terra, tecnologia, ciência e dinheiro se concentram nas mãos das classes capitalistas que, ao comprar a capacidade de trabalho de quem

não tem outra saída para garantir os meios de existência, exploram essa força de trabalho no intuito de aumentar seu capital.

Mas, se a relação entre trabalho e capital define a produção capitalista, ela não define toda a sociedade capitalista. Esta também requer um modo de se reproduzir socialmente, o que nesse caso implica uma certa forma de divisão sexual do trabalho. Assim, a formação do capitalismo industrial, além do processo de espoliação das classes trabalhadoras, também dependeu das relações patriarcais de gênero e da família monogâmica como instituição social.

Em *A origem da família, da propriedade e do Estado*, Engels elaborou um interessante debate para pensar a articulação histórica entre a formação das classes sociais e da família monogâmica, problematizando como esse formato de família que parece ser o mais natural é, na verdade, uma construção histórica. E fez isso considerando as pesquisas sobre as formas de parentesco de outras sociedades, extintas ou não. Chamou a atenção para estudos que mostravam a possibilidade de que existiram sociedades com relações sexuais não reguladas. Em outras, havia casamentos grupais ou a possibilidade de que uma mesma pessoa poderia ter relação sexual com várias outras, o que fazia com que a filiação contasse a partir da mãe.

Mas, de acordo com Engels, o surgimento da propriedade privada como relação central na estruturação da sociedade em classes sociais implicava também a construção da família monogâmica. No desenvol-

vimento das “grandes civilizações”, a formação das cidades e do Estado e a ampliação do comércio, esse regime familiar passou a ficar submetido às relações de propriedade e à dinâmica das lutas de classe. Os homens tornaram-se os proprietários dos meios de produção e das mulheres. As sociedades que experienciaram uma rigorosa imposição monogâmica para as mulheres também as segregaram de decisões que envolviam necessariamente a contribuição sobre o produto do trabalho. Apreender o sentido histórico da relação entre divisão sexual do trabalho e propriedade privada implica reconhecer também uma divisão sexual do poder (Devreux, 2011).

Ao buscar a historicidade da família, Engels, assim, refletiu sobre a gênese da família burguesa patriarcal, baseada na desigualdade material entre homens e mulheres. Esta constituiria a forma familiar mais adequada para a reprodução de uma sociedade de classes (Lessa, 2012, p. 11). A família patriarcal, garantidora do controle do corpo da mulher e de sua vida civil e política, não apenas constituía uma forma de reproduzir e criar seres sociais, como organizava o direito de herança, um dos pilares da reprodução das classes dominantes.

É importante pensar que, mesmo diante das conquistas do feminismo, a família patriarcal ainda é a principal célula para a criação de um gênero (masculino ou feminino) desde a infância, a partir de uma lógica de diferenciação que subalterniza a mulher. O núcleo central de cada família deve ser constituído, exclusivamente, por um casal heterossexual e cisgêne-

ro, que deve gerar e educar filhos e filhas igualmente heterossexuais e cisgêneros que, por sua vez, vão constituir outros núcleos familiares no mesmo formato.

Historicamente, os pontos de articulação entre propriedade privada, família patriarcal e heterossexismo são fluídos e se formam dentro de um certo contexto. E não sabemos com certeza quando eles se constituíram. Mas é possível afirmar que, no processo de formação do modo capitalista de produção e de reprodução social, a família burguesa se tornou a única forma familiar legítima, que era necessariamente monogâmica, patriarcal e heterossexualista.

É claro que, antes do capitalismo, uma série de práticas e simbologias que envolviam a formação dos Estados e a expansão das grandes religiões monoteístas foi constituída para conformar um padrão de sexualidade que assegurava o casamento monogâmico heterosexual voltado à reprodução. No Ocidente, houve uma verdadeira simbiose entre ritos jurídicos, médicos e religiosos para desenvolver punições, julgamentos e violências simbólicas aos sujeitos que insistiam em vivências consideradas inconvenientes. Os discursos do crime, da doença e do pecado se estabeleceram num solo fértil para o combate à relação sexual não procriadora. As penalidades variam de região para região, no entanto, generalizou-se nas sociedades de classes a punição contra a diversidade sexual e de gênero que poderia levar até mesmo à morte de seus praticantes.

Se a forma familiar patriarcal já existia em outras sociedades, a consolidação do capitalismo industrial e

as relações imperialistas impunham a necessidade de aumentar a população para dar conta da permanente produção do excedente, da ocupação dos territórios nacionais, participação em guerras, constituição de um exército industrial de reserva etc. O controle da sexualidade, além de tudo, era uma forma de disciplinização do corpo em uma sociedade que se urbanizava desenfreadamente. A difusão da heterossexualidade como a única vivência sexual aceitável não é um acaso moral e ideal. O heterossexismo apresenta-se na formação das grandes civilizações como uma estratégia para garantir o casamento monogâmico e o sexo procriador.

Associado ao desenvolvimento da divisão sexual do trabalho e a da propriedade privada, instaura-se um modo vida pautado, entre outros elementos, no heterossexismo. Tais categorias se retroalimentam historicamente, produzem formas peculiares a partir de cada período e possuem relativa autonomia. No entanto, sua análise dissociada nos conduz a caminhos parciais. Defendemos que a lógica da propriedade privada não teria se instaurado sem a divisão do trabalho que implicou a separação e a hierarquização dos trabalhos de homens e de mulheres. Acresentamos que a própria divisão sexual do trabalho não poderia ter assumido os contornos que assumiu se não tivesse sido deflagrado um intenso processo de controle da sexualidade e de estabelecimento da monogamia que, por conseguinte, alterou significativamente os sistemas de parentesco e as relações sociais decorrentes.

RELAÇÕES PATRIARCAIS: EXPLORAÇÃO-DOMINAÇÃO DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE

Gênero e sexualidade não são categorias que obrigatoriamente implicam violências. Não surgem como marcadores de violência e não significa que todas as pessoas vivenciam suas relações atravessadas por violações. Seria, inclusive, um equívoco considerar que estas expressões do ser social são equivalentes a relações estanques que só podem se expressar indicando desigualdades.

Gênero designa as inúmeras formas de construção objetiva e subjetiva de ser homem e de ser mulher. Leva em consideração as características naturais dos corpos humanos, mas não se reduz ao destino (im)posto por uma determinada genitália. Gênero se constrói no bojo do desenvolvimento histórico da humanidade. Constitui-se nas relações entre os seres humanos que percebem a si e ao outro como ser único por ser diverso. Ao mesmo tempo que procura atribuir funções corporais distintas a cada sexo, possibilita construir identidades mais ou menos fluidas a partir das relações sociais estabelecidas num determinado contexto, ou seja, possibilita a construção de identidades de gênero para além das fronteiras do sexo de nascimento. Gênero é uma categoria histórico-ontológica que procura evidenciar os múltiplos processos sociais que envolvem o ser mulher e o ser homem.

A sexualidade é uma parte fundamental da vida do ser humano, conforme já sinalizamos. Não se pode

pensá-la sem considerar que ela se expressa nos corpos de homens e mulheres em constante interação consigo e com outros indivíduos. Não há sexualidade sem sujeito histórico, não há sujeito histórico sem sexualidade, pois esta não se reduz ao ato sexual. As fantasias, os afetos, os desejos, as simbologias e as identidades constituem o universo da forma de expressar dos indivíduos. A sexualidade se expressa no ato sexual, no amor e no desamor, na procriação e no prazer. A sexualidade também é uma dimensão histórico-ontológica do ser, não se reduz ao indivíduo (embora se realize fundamentalmente por meio deste) e responde às necessidades típicas de cada época, podendo ser mais aberta ou fechada a sua vivência a depender dos processos políticos, econômicos e culturais que a enlaçam.

Nessa perspectiva, e seguindo os passos de Saffioti (2004), não é possível reduzir gênero e sexualidade às relações de dominação-exploração. É claro que, quando buscamos compreender o desenvolvimento histórico da humanidade, percebemos que em várias sociedades o gênero e a sexualidade foram constrangidos por práticas que visavam seu controle. A divisão sexual do trabalho, a propriedade privada e o heterossexismo, nos termos que destacamos aqui, foram elementos que incidiram diretamente na constituição e no desenvolvimento das relações de gênero e sexualidade. O domínio do homem (da sua figura paterna inicialmente) foi se tornando hegemônico com o passar das gerações ao passo em que se reforçava,

na dinâmica de produção e reprodução social, a divisão sexual do trabalho, a propriedade privada (direito paterno) e o casamento monogâmico heterossexual.

Evidentemente, havia em paralelo outras formas de interação social que não reproduziam mecanicamente os elementos que se generalizaram com a divisão sexual do trabalho, o heterossexismo e a propriedade privada. Em termos históricos, como já dissemos, não cabe falsas generalizações que maculam experiências de inúmeras sociedades e grupos. Contudo, se tomarmos como grandes marcos a experiência das antigas sociedades escravistas, o surgimento dos grandes impérios, do feudalismo e os confrontos que se apresentam na expansão mercantilista em todo mundo, é possível perceber que a dinâmica patriarcal surgida em antigas sociedades se aperfeiçoou e continuou a responder às necessidades de produção e reprodução social.

É nesses termos que compreendemos a construção de relações patriarcais de gênero e sexualidade a partir de um quadro de análise que considera a divisão sexual do trabalho, o heterossexismo e a propriedade privada como elementos estruturantes das formas como homens e mulheres constroem a experiência de gênero e sexualidade. Na esteira do pensamento de Saffioti (2004), vivemos em uma ordem patriarcal de gênero (e, por que não, de sexualidade?). Essa ordem não se esgota no poder do pai sobre a família, não se reduz ao poder do homem, muito embora tenha como ponto de partida essa caracterização. A catego-

ria “relações patriarcais de gênero”, bem como suas correlatas incidências sobre a sexualidade, se insere num quadro de análise mais amplo que envolve uma mediação com o estágio de desenvolvimento social, dos modos de produção, da subjetividade e da moral constituída. Está presente nos conflitos interpessoais e nas estruturas sociais.

Para a autora, no caso brasileiro, a sociedade capitalista não está fundamentada em apenas uma contradição social, mas em pelo menos três contradições: classe, raça e gênero, que formam um nó que apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Assim, “não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade composta e nova que resulta dessa fusão” (Saffioti, 2004, p. 115). Ela defende que não existe dupla ou tripla opressão, pois não se trata de um fenômeno quantitativo, mas uma condição mais complexa para quem está nas situações e posições subalternas.

Com essa proposta, Saffioti rejeita o economicismo mecânico e traz elementos teóricos que melhor traduzem a complexidade da realidade social. Ainda que sua contribuição esteja alicerçada no marxismo, ela critica Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, que acaba considerando que toda opressão sobre as mulheres é unicamente uma emanação da propriedade privada. Em suas palavras, “seria simplificar demais a realidade asseverar que a propriedade privada constitui a fonte exclusiva da inferiorização da mulher na sociedade”. E, além

disso, “parece ainda mais discutível que as relações entre o homem e a mulher sejam da mesma natureza que as relações entre as classes sociais” (Saffioti, 2013, p. 120-121).

Nesse sentido, não é demais lembrar que a classe não é a única contradição social, ainda que seja central na organização e dinâmica da produção capitalista. As relações de classe e de propriedade são fundamentais para compreender as relações de gênero, de sexualidade e de raça/etnia, mas estas não se reduzem nem se confundem com aquelas. O capitalismo se constituiu e se movimenta, necessariamente, por meio das relações de classe, de raça/etnia, de gênero e, nós acrescentamos, de sexualidade. O heterossexismo e a cisgeneridez também foram imprescindíveis para a construção desse modo de reprodução social e na constituição da divisão sexual do trabalho. Essas questões, mais específicas à sexualidade, serão discutidas no próximo capítulo.



SEXUALIDADE,
DIVERSIDADE E
HISTÓRIA

UM DOS GRANDES DESAFIOS DO NOSSO TEMPO É A CONSTRUÇÃO de alternativas emancipatórias a partir das quais seja possível experienciar a sexualidade de maneira livre, isto é, sem estar atrelada a padrões hegemônicos que restringem e organizam a formação de nossos desejos e práticas sexuais. Em nossa compreensão, tal desafio passa por entender como a sexualidade é, política e socialmente, construída a partir da articulação entre as relações patriarcais de gênero e de sexualidade, relações de raça/etnia e de classe e como esse processo contribui para organizar a dinâmica da produção e reprodução social.

A sexualidade sempre foi componente fundamental da experiência humana (Okita, 2015). As relações afetivo-sexuais não são abstratas, ao contrário, elas são determinadas pelo modo como cada sociedade se estrutura, fundamenta e normatiza valores e padrões morais, éticos, sociais e culturais de ser homem e de ser mulher. Longe de ser um dado biológico, a sexualidade é necessariamente histórica e cultural, sendo que suas formas se modificam de acordo com o tempo e o espaço geográfico. Assim,

nosso hábitos sexuais dependem exclusivamente, da construção social das relações entre/pelos seres humanos, relações estas [...] amalgamadas pela concretude dos contextos culturais, geopolíticos, padrões morais e posições sociais. (Prado e Machado, 2008, p. 15-16)

A sexualidade refere-se, basicamente, às diversas maneiras de expressão da prática sexual-afetiva: te-

são, libido e prazer se entrecruzam com amor, romance, conquista, sedução. Ela ajuda a conferir conteúdo à nossa personalidade e individualidade. Assim como a sexualidade não se reduz a uma condição biológica, a genitália de uma pessoa não conduz, necessariamente, o destino da sua experiência sexual nem de gênero. O desejo por homens e/ou por mulheres sejam estes cisgêneros ou trans, é uma construção social. A identificação das pessoas como mulher, homem, não binário, travesti etc. também é. Sendo assim, é importante entender as determinações sociais e históricas que atravessam a sexualidade, e como cada sociedade a organiza como prática social, para compreender as formas pelas quais as pessoas experimentam a sexualidade.

A vivência sexual sempre foi historicamente diversa. A heterossexualidade nunca foi a única possibilidade de relação sexual entre duas pessoas. Até mesmo a noção de que as relações ou noções familiares são apenas constituídas entre duas pessoas é uma falácia. As organizações familiares sempre foram distintas (poligamia, poliandria, monogamia, grupal etc.) e a sexualidade também. Foi apenas com a formação da sociedade moderna que se construiu as noções de homossexualidade, transexualidade, bissexualidade, heterossexualidade e outras.

Todos nós somos formados pela sociedade na qual vivemos e pelas relações sociais que estabelecemos, porém, no nosso caso, estas relações estão impregnadas de modelos, padrões de comportamento, vio-

lência, opressão, preconceitos e classificações estabelecidos pela sociedade capitalista, racista e patriarcal. Estas características incidem sobre a sexualidade em sua imagem social, suas práticas hegemônicas e disidentes.

Em nossa sociedade, o modo como as violências e opressões contra LGBT se dão e se reproduzem são desdobramentos das relações patriarcais e suas determinações. As relações patriarcais também incidem sobre o gênero naturalizando a cisgeneridade, a forma sistêmica que designa compulsoriamente a todo indivíduo um gênero, homem ou mulher, em função da anatomia biológica. O pênis e a vagina conformam, obrigatória e imediatamente, o ser homem ou o ser mulher. Neste sentido, na ordem patriarcal, só se é homem ou mulher de modo legítimo se a genitália for condizente com o gênero (socialmente) atribuído.

A classificação do gênero a partir da genitália atua como mecanismo de imposição sistemática da identidade de gênero. No caso da intersexualidade, em que as pessoas nascem ou desenvolvem características sexuais (cromossomos, hormônios, órgãos genitais) de ambos os sexos biológicos, essa questão é ainda mais evidente. Sem o direito de escolher o seu gênero e tratadas como doentes, as pessoas intersexuais passam por cirurgias “reparadoras” no nascimento ou o ocultamento da “ambiguidade genital” ao longo da vida, dando à medicina o poder de decisão. Enquanto isso, as pessoas intersexuais são invisibilizadas como

tais, ao passo que a quantidade de intersexuais no mundo é a mesma que o número de ruivos.

Parafraseando Simone de Beauvoir, podemos afirmar que não se nasce mulher ou homem, mas, na experiência em sociedade, torna-se mulher heterossexual ou homem heterossexual. Até que algumas e alguns rompem com essa norma social, tornam-se dissidentes, desviadas/os, transviados. Não pertencer à hegemonia heterossexual-cisgênero envolve sempre uma ruptura com ela, que aparece em processos como: “sair do armário”, “assumir-se”, “descobrir-se”, “nascer de novo” etc. E requer uma disposição de viver sob a ameaça cotidiana de violências e discriminações.

No intuito de desenvolver uma perspectiva dialética para o tema, este capítulo volta-se ao esforço de recuperar a discussão acerca da sexualidade e do gênero como construção histórica e social. Evidenciar como a sexualidade pode ser instrumentalizada na formação de um modo de produção e reprodução da vida material; aqui vamos dialogar com a contribuição de dois historiadores da sexualidade, Michel Foucault e Jeffrey Weeks. E, por fim, refletiremos sobre a questão da diversidade sexual e de gênero no capitalismo neoliberal.

SEXUALIDADE E HISTÓRIA

Historicamente, a atividade sexual humana sempre foi fluida e variável. Nunca foram fixas as formas de

desejo e de prática sexual. A sexualidade é plural, assim como as identidades de gênero que, como uma construção social, não está fundida na anatomia sexual, que dita a classificação dos seres sociais em homens ou mulheres. As expressões sexuais são múltiplas e as expressões de gênero, as formas de feminilidade e de masculinidade e como elas se corporificam também se manifestam como diversidade.

Alguns exemplos demonstram isso. Dependendo do contexto, o casamento nem sempre era obrigatoriamente heterossexual. Entre os Nuer, as mulheres mais velhas “casavam” com mulheres mais jovens. Existiram várias formas de homossexualidade institucionalizada, como nos ritos de puberdade em algumas culturas africanas ou mesmo as relações amorosas entre homens mais velhos e mais jovens, como ocorria na Grécia Antiga. Entre alguns povos indígenas da América do Norte, havia casais de travestis, as *berdaches*, que integravam seu grupo social; existindo também identidades transgênero em vários outros povos (Weeks, 2003, p. 20).

Hoje, há uma infinidade de pesquisas e estudos que demonstram como a sexualidade e o gênero são construídos socialmente. Cada sociedade classifica de diferentes maneiras o que denominamos como mulher ou homem. Não que não existam diferenças na anatomia sexual, mas a questão é como classificamos os corpos e os dividimos em uma relação de poder; como atribuímos certos significados culturais a essas diferenças; que peso que isso tem na construção de

nossas personalidades e individualidades; como são geradas as noções de legitimidade e de ilegitimidades que tanto alimentam a violência contra os corpos e práticas não hegemônicos.

A sexualidade, como resume Weeks (2003), é configurada por forças sociais, de maneira que ela apenas existe por meio de suas formas sociais e sua organização social. A sexualidade não tem só uma história, mas muitas histórias, sendo que cada uma delas deve ser compreendida em sua singularidade e dentro de um contexto complexo. Ela é resultado de práticas sociais diversas que dão significado para as atividades humanas, e atribui classificações sociais a práticas, indivíduos e objetos. A sexualidade não é um dado, mas, sim, o produto de negociação, luta e capacidade de ação humana.

Se a sexualidade é o resultado de intensas lutas e negociações, isso não quer dizer, contudo, que esse processo se dê de forma indeterminada. Isto porque tal processo abarca uma gama variada de sujeitos que assumem posições diferentes e têm possibilidades de ação também diferenciadas. Em nossa sociedade, por exemplo, todo mundo é criado e educado como uma pessoa heterossexual e de um gênero específico, desde o nascimento (ou muitas vezes, desde o primeiro ultrassom), como se fosse algo natural (e não social). A vivência da sexualidade, em suas diversas formas, esteve ao longo do tempo atrelada às relações de poder, exploração e dominação, processo que atribui legitimidade à determinada forma de sexualidade e ilegitimidade a outras tantas formas.

Sem desconsiderar as imbricações com as relações de classe e de raça, há uma articulação muito íntima entre sexualidade e gênero, sobretudo a partir da ideia de “sexo”. As questões aventadas implicam reconhecer que a ideia de determinismo biológico é um desdobramento do sexism que, como ideologia, difunde a noção de diferenciação do sexo em uma lógica binária.

O pensamento “diferencialista” tenta, assim, enraizar a diferença entre os sexos, seja no biológico, seja no cultural: as mulheres, em decorrência de suas capacidades maternas, seriam [supostamente] mais altruístas, mais amáveis e menos ambiciosas que os homens; elas mostrariam maior sensibilidade e seriam muito mais atenciosas para com os outros. Por sua vez, os homens, de natureza mais agressiva, estariam mais bem dotados para a vida fora de casa, o comércio e a política. (Borriol, 2010, p. 91)

O sexism busca explicar a sociedade a partir das diferenças biológicas dos sujeitos e, mecanicamente, opera um conjunto de dualidades: masculino/feminino, forte/fraco, racional/emocional, agressivo/delicado. Este conjunto de adjetivos é impensável fora de um quadro de análise que verifica sua funcionalidade na produção da vida material. Por isso, partir das diferenças biológicas para explicar as desigualdades socialmente construídas não é suficiente, mas do que isso, expressa uma visão de mundo centrada na lógica sexista.

A ideologia da diferença sexual, como lembra a feminista Monique Wittig, opera em nossa cultura como censura, na medida em que oculta a oposição que existe no nível social entre homens e mulheres,

colocando a natureza como sua causa. Masculino/feminino, macho/fêmea são categorias que servem para disfarçar o fato de que as diferenças sociais sempre implicam uma ordem econômica, política e ideológica. Todo sistema de dominação cria divisões no plano material e econômico (Wittig, 2006, p. 22).

A difusão do sexism é um produto histórico que impactou drasticamente a vivência da sexualidade de homens e mulheres, mas de forma diferente. Se homens e mulheres tiveram seus corpos e desejos regulados e reprimidos, o controle sobre o corpo da mulher sempre envolveu também o controle de sua fertilidade e a obrigação da maternidade. Como reflexo disso, até hoje as mulheres não têm os seus direitos sexuais e reprodutivos garantidos, continuando o aborto a ser considerado um crime em grande parte do mundo. O sexism, assim, foi (e continua a ser) necessário para especificar esse corpo feminino cuja fertilidade deve ser regulada por toda a sociedade.

Não é possível determinar no tempo quando se iniciaram as práticas sociais de controle e coerção da sexualidade e as relações patriarcais de gênero. No entanto, com o surgimento de formas de organização social mais complexas, também se estabeleceu um enfoque distintivo sobre os papéis de gênero e da sexualidade a partir do ascensão dos grandes impérios, como a China, Grécia, Roma, Pérsia, Índia. Marcas comuns entre estes impérios foram observadas na seguinte síntese de Stearns (2010): a diferença entre a sexualidade feminina e masculina (regulação

do comportamento social das mulheres), as distinções de classes sociais e a tentativa de conciliar o prazer sexual e a reprodução, com ênfase na limitação da quantidade de filhos.

No que se refere aos grupos sociais hoje denominados LGBT, o controle do corpo fez com que eles tivessem suas experiências cindidas por instituições como a Igreja, o Estado e a medicina. Durante o processo de formação do Estado-nação (no contexto dos grandes impérios euroasiáticos), junto à imposição da religião, uma instituição de poder, a diversidade sexual e de gênero foi categorizada de formas distintas em *pecado, crime e doença* (Assunção, 2018).

Mesmo resguardando suas particularidades, todas as grandes religiões que surgiram (cristianismo, islamismo, hinduísmo, budismo) atuaram para controlar a sexualidade de alguma maneira. Proibindo o sexo pré-marital, coibindo o adultério, normatizando a forma de obter prazer sexual, condenando o sexo não vaginal e proibindo a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo. As grandes religiões influenciaram a atuação dos grandes impérios no âmbito da criação de códigos para cada sociedade, influenciando diretamente nas regras morais e nas legislações que começavam a ser construídas. Havia uma necessidade de erguer punições sociais para além das punições espirituais normatizadas por estas religiões. Assim, a homossexualidade passa a ser tratada como crime passível de inúmeras punições.

As primeiras legislações que puniam as práticas homossexuais na história surgiram na esteira da visão

construída pelas grandes religiões sobre a forma mais coerente de exercer a sexualidade, com forte ênfase no sexo para procriação. A repressão dos Estados e da Igreja acontecia diante de um contexto de modernização da sociedade em que a vivência da sexualidade humana experimentava mudanças como as grandes navegações e a ascensão do comércio em escala mundial, o crescimento da urbanização, as ideias renascentistas, a reforma protestante, o início da revolução industrial, dentre outros acontecimentos que marcaram profundamente as sociedades da época e, com isso, também influenciaram as formas de vivenciar a sexualidade.

O heterossexismo e a cisgeneridez não são dimensões a-históricas nem apolíticas. São mecanismos que fazem parte das formas de produção e reprodução social dos indivíduos como homens e mulheres. O heterossexismo e a cisgeneridez atuam engessando as fronteiras que definem os diferentes papéis (im)postos aos homens e às mulheres. Valendo-se de uma pretensa determinação natural, o heterossexismo extrapola o mero controle da sexualidade. Ao contrário, atua para organizar o conjunto das relações sociais, prescrevendo os modos de ser homem e de ser mulher, tão necessários à preservação das relações patriarcais de gênero.

Com a naturalização de papéis e posições sociais e de práticas sexuais hegemônicas, a heterossexualidade tornou-se historicamente o único modelo legítimo de sexualidade, em um processo em que a sexualidade se constituiu como um produto do sistema políti-

co, econômico, social e ideológico (Pereira e Roseno, 2018, p. 96). As relações patriarcais, heterossexistas, racistas e capitalistas – mesmo sendo diferentes relações sociais que fundam diferentes clivagens sociais – fazem parte de um único modo de dominação e exploração que cerceia a liberdade dos corpos e as expressões sexuais.

SEXUALIDADE E FORMAÇÃO DO CAPITALISMO

O capitalismo, como modo de produção e reprodução social, funciona por meio das relações sociais estruturais que o constituem. Dentre estas relações, situamos, em especial, as relações de classe, de raça, de gênero e de sexualidade. Estas relações fundam diferentes grupos e clivagens sociais e que, cada uma a sua maneira, expressam diferentes desigualdades políticas, econômicas e culturais, que se articulam, mas também se contradizem. Todas elas ajudam, com pesos e formas variados, a estruturar esse modo de produção e reprodução social.

As relações de classe são centrais na organização da produção econômica. As relações patriarcais de gênero são a expressão da cisão entre produção e reprodução social e as relações de sexualidade são fundamentais para a manutenção do gênero e da reprodução biológica. As relações de raça trazem outras formas de discriminação, opressão e exploração que influenciam tanto na produção quanto na reprodução

social. E todas, de forma articulada, atuam para naturalização dessas relações de poder na construção de um consenso entre classes e grupos sociais.

Devemos evitar as análises deterministas que compreendem que a manutenção do modo de produção e reprodução social condiciona todas as relações e ações sociais. Antes, as relações de poder informam o próprio conteúdo desse modo de produção e de reprodução social, que se constitui concretamente em uma formação social. Além disso, cada relação social tem uma dinâmica própria a qual extrapola as necessidades econômicas e políticas. Aqui, devido à proposta do presente capítulo, vamos focar nossa discussão nas relações de sexualidade e na sua articulação com as relações de gênero, enfatizando seu aspecto histórico por meio do debate com as contribuições de Jeffrey Weeks e Michel Foucault.

Vale lembrar que cada sociedade regula a sexualidade de forma diferente, cada uma atribuindo, a seu modo, legitimidade a certas práticas e expressões sexuais em detrimento de tantas outras. Nesse sentido, Weeks chamou a atenção para o fato de que tais regulamentações têm múltiplos aspectos, que podem ser formais e informais, legais e extralegais; e as quais determinam o que é permitido e proibido, os limites e as possibilidades de construção da vida erótica. Para o autor, existem cinco fatores importantes que atuam na organização social da sexualidade: o parentesco e os sistemas familiares, a organização social e econômica, a regulamentação social, as inter-

venções políticas e o desenvolvimento de “culturas de resistência”.

A família e o parentesco parecem ser as formas básicas e mais inevitáveis de todas, fundamentais na naturalização da socialização e das experiências sexuais. Como relações culturais, há muitas formas de família e de parentesco, formas de definir o que é ou não incesto. E, sobretudo na cultura ocidental, a família é o lugar no qual a maioria de nós adquire e desenvolve sentidos e significados de nossas necessidades e identidades性uais e individuais (Weeks, 2003, p. 21-23).

Contudo, as famílias não são entidades naturais autônomas, pois estão configuradas por relações sociais mais amplas. As formas de família podem se modificar por forças econômicas, por divisões de classe, e também são afetadas por eventos como a urbanização acelerada, as condições de trabalho e as transformações industriais e sociais. Ainda que a economia estabeleça alguns limites fundamentais, as formas de regulação e controle da sexualidade são portadoras de uma autonomia considerável. Essas regulamentações têm mecanismos múltiplos que podem ser formais ou informais, difundidos pela sociedade por meio de práticas e discursos (como a violência machista e LGBTfóbica) e, também, por meio das instituições e do Estado.

Esses métodos de controle existem dentro de um marco político que se modifica em cada contexto e é estabelecido pelo equilíbrio das forças políticas, que podem determinar o grau de controle legislativo ou

a intervenção governamental na vida sexual. Por fim, a história da sexualidade não é simplesmente uma história de controle social, pois é também uma história de oposição e resistência às normas morais. Foram construídos novos discursos, teorias, práticas, movimentos em torno da defesa da liberdade sexual e da diversidade sexual e de gênero (Weeks, 2003).

Mesmo reconhecendo a importância das contribuições desse autor, cabe apontar algumas diferenças entre a análise dele e a que estamos propondo. Como forma de responder ao determinismo economicista, Weeks afirmou que a sexualidade não é determinada pelo modo de produção, mas sim que as mudanças da vida econômica proporcionavam as condições básicas e os limites últimos para a organização da vida sexual (Weeks, 2003, p. 24). Para nós, há pelo menos duas questões que gostaríamos de problematizar em relação à perspectiva do autor.

Em primeiro lugar, é fundamental esse esforço de afastar a ideia de que o modo de produção determina inevitável e mecanicamente as relações de sexualidade. As formas de controle da sexualidade extrapolam em muito as necessidades de expansão e manutenção de um dado modo de produção. Contudo, se considerarmos que determinação (na linha de marxistas como Antonio Gramsci e Raymond Williams) não é uma causa externa que configura a tudo e a todos, mas aquilo que impõe limites e pressiona para direcionar um processo social, então, é possível afirmar que o modo de produção condiciona a sexualidade ao

estabelecer “as condições básicas e os limites últimos para a organização da vida sexual”.

Em segundo lugar, os fatores que influenciam a forma como a sexualidade se organiza não estão descolados nem desarticulados entre si. Acreditamos que esses fatores podem e devem ser vistos articulados dentro de uma mesma totalidade social, por mais que cada fator enumerado tenha uma dinâmica relativamente autônoma em relação à economia. E, em dados contextos, essa articulação se torna ainda mais intensa e estreita, conformando as relações de sexualidade a partir de certas determinações político-econômicas.

No intuito de pensar como essas questões aparecem concretamente na formação do capitalismo, seguimos com o trabalho de Foucault. De acordo com seus estudos, no século XVII e XVIII foi desenvolvido um poder (*o biopoder*) que tinha por obrigação gerir a vida a partir de duas formas: uma que tratava o corpo como máquina, que deveria ser disciplinado, suas aptidões ampliadas, suas forças roubadas, de modo a ser integrado nos sistemas de controle econômico. A outra tratava o “corpo como espécie”, um suporte de processos biológicos cuja proliferação poderia ser regulada (nascimento e mortalidade, saúde, longevidade, higiene etc.) (Foucault, 1988, p. 152).

Aos poucos, esse biopoder passou a se difundir em toda sociedade e em suas diversas instituições: família, escola, exército, polícia, medicina, governos etc., o que garantia uma rede extensa na qual o poder atuava na

regulação dos corpos e da sexualidade. Com isso, é possível afirmar que esse biopoder foi indispensável para o desenvolvimento do capitalismo na medida em que ele garantiu a “inserção controlada dos corpos no aparelho de produção”, o “ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos”, o aumento da produtividade e da exploração da força de trabalho (Foucault, 1988, p. 153).

Esse biopoder se concretizava sobretudo a partir das técnicas de poder sobre a sexualidade. A partir do século XIX, essas técnicas se tornaram mais sofisticadas e passaram a ser aplicadas por meio da Medicina, da Pedagogia e da Economia. A primeira estabelecia formas de controle sobre as mulheres e construía a ideia de “perversão sexual” (como era classificada a diversidade sexual); a Pedagogia mirava a sexualidade das crianças; e a Economia (demografia) visava a regulação (planejada ou espontânea) do tamanho da população. Assim, o poder da sexualidade foi decisivo também para a constituição e consolidação das instituições políticas modernas, na medida em que o próprio Estado depende da regulação rigorosa das populações ao longo do tempo.

Vale lembrar que Foucault mostrou como os mecanismos de regulação da sexualidade e do corpo foram aplicados primeiro nas classes economicamente privilegiadas e politicamente dirigentes, como forma de se diferenciar e se distanciar das classes trabalhadoras mais pobres. Contudo, já no fim do século XVIII e começo do XIX, na Europa, tais mecanismos passaram a

ser utilizados também sobre as classes trabalhadoras, iniciando um longo processo de moralização de suas práticas e desejos sexuais, sobretudo do proletariado urbano (Foucault, 1988, p. 133).

As contribuições dos dois historiadores nos lembram que a sexualidade é uma relação social de poder que não se reduz nem está subsumida às relações de classe, gênero e raça. As técnicas e formas de regulação surgiram sem ter, necessariamente, a obrigação de gerar lucro e fazer expandir um modo de produção. No entanto, para nós, as relações de sexualidade (e de gênero) são fundamentais para a reprodução deste modo de produção, na medida em que garantem, em longo prazo, o processo de reposição das forças de trabalho e das classes capitalistas, além de parte do disciplinamento das subjetividades e da normatização das práticas sociais.

Além disso, mesmo que Foucault e Weeks evitem essa afirmação, é importante lembrar que a ideologia heterossexista desenvolvida no âmbito da medicina, ao longo do século XIX, era uma ideologia da classe dominante que se tornou socialmente hegemônica. Tal ideologia foi parte integrante do projeto político das classes capitalistas para consolidar e fazer desenvolver o modo de produção em que elas são dirigentes e dominantes.

O heterossexismo fundado na patologização da diversidade sexual e de gênero, em um momento de forte reação conservadora e moralista na Europa, espalhou-se para todo o mundo. No período moderno,

a medicina foi um álibi utilizado para justificar as necessidades de controle da sexualidade. Associaram as doenças venéreas à imoralidade e a homossexualidade à perversão. A medicina atuou para criar uma visão “científica” da homossexualidade como uma doença, uma anormalidade, uma degeneração. Iniciou-se uma verdadeira “medicalização do sexo” com forte legitimação da visão moral-religiosa sobre a prática da homossexualidade.

Tal visão se tornou hegemônica no século XX. A Organização Mundial da Saúde (OMS), que nos anos 1970 incluiu a homossexualidade na Classificação Internacional de Doenças (CID), apenas em 1990 deixou de considerar a homossexualidade como uma doença mental. E somente em 2019 a transexualidade deixou de ser classificada da mesma forma pela OMS. Mas, se no âmbito da ciência não há mais como sustentar essa visão falsa sobre a diversidade sexual e de gênero, na sociedade em geral ela ainda permanece viva.

DIVERSIDADE E CAPITALISMO NEOLIBERAL

Atualmente, existem no mundo 70 países que ainda consideram as relações homossexuais como crime. Desses países, em 44 a criminalização é válida para todos os gêneros e, nos demais, só para homens. E em seis, há a possibilidade de pena de morte prevista em lei (ver Ilga, 2019). Ao mesmo tempo, muitos países deixaram de punir oficialmente a diversidade

sexual e de gênero. Em alguns, há leis que permitem o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e que criminalizam a LGBTfobia. É crescente (pelo menos por enquanto) o entendimento da questão LGBT como pauta política e direito social. Nestes países, mesmo diante do recente retrocesso conservador na política institucional, constituíram-se espaços de maior tolerância e igualdade e novas formas de conceber as expressões sexuais não hegemônicas.

Não podemos negar que entre o capitalismo industrial e imperialista do século XIX e os dias atuais houve uma mudança significativa na maneira como as sociedades ocidentais tratam a diversidade sexual e de gênero. Essa mudança se acelerou sobretudo a partir do final dos anos 1960, com o surgimento da segunda onda do feminismo e do movimento homossexual – conforme discutiremos no quarto capítulo. Esses movimentos eram a expressão política de uma mudança maior que se constituía em torno da luta pela liberdade e igualdade para mulheres e para sujeitos LGBT. Tais movimentos, suas bandeiras e concepções já haviam se difundido e se estabelecido nos países capitalistas ocidentais quando se consolidou a fase neoliberal do capitalismo, no final dos anos 1970.

O neoliberalismo é mais visível como orientação e conteúdo das políticas econômicas e sociais, que passaram a ser desenvolvidos já no início dos anos 1970 no Chile, quando o país se tornou uma espécie de laboratório para sua implementação, processo que era garantido pela ditadura militar. No final da mesma dé-

cada, ele se constituía como orientação hegemônica da ação governamental dos EUA e Inglaterra, voltando-se para a privatização do Estado e o combate aos direitos sociais e trabalhistas.

Em essência, contudo, o neoliberalismo é uma ideologia que se torna política econômica e social, alicerçadas no individualismo, na privatização e na meritocracia que interpelam as subjetividades, os valores e a cultura. Essa concepção envolve um processo disciplinador das pessoas, pautado na construção de que cada um/a é uma “empresa de si mesmo”, cujos passos devem ser planejados e analisados economicamente no intuito de extrair a maior produtividade e lucro possíveis.

Na medida em que as lutas pela diversidade sexual e de gênero avançavam, o capitalismo neoliberal mostrou que, neste momento histórico, é capaz de assimilar (seletivamente) a pauta LGBT desde que ela se constitua como um nicho de mercado e que não se posicione politicamente contra a economia de mercado. Assim, essa pauta não pode ter um viés revolucionário, que procure de alguma maneira subverter as relações patriarcais e heterossexistas que herdamos dos nossos antepassados ou que questione a própria organização desse modo de produção e de reprodução social. O que importa é que a questão LGBT seja apropriada e reconduzida pela lógica da mercantilização e privatização de diferentes aspectos da vida.

Se esse recente nicho produz moda amplamente consumida e é capaz de ditar tendências, o que con-

tribui para legitimar socialmente a expressão e a vivência LGBT, o acesso ou não a esse mercado divide, por outro lado, a população LGBT. O acesso pleno está disponível para um grupo seletivo de gays e lésbicas das camadas mais ricas e que, em vasta medida, não contempla as travestis e transexuais. Além disso, a diversidade sempre é vista como o “outro” diferente da norma social, que pode ser aceito ou não de acordo com o contexto, e o heterossexismo continua sendo uma forma fundamental de inteligibilidade da realidade social (Toitio, 2016, p. 75-76).

Ao mesmo tempo, é importante apontar que essas décadas de privatização neoliberal foram acompanhadas de certa “desregulamentação moral”, sobretudo nos grandes centros urbanos, na qual se expandiram “as possibilidades sexuais, mas também [se] promoveu novos tipos de conformismo”. O mercado gay pode ser grande, mas não é modelo de diversidade. A construção desse mercado tem aumentado o estigma e a marginalização das pessoas LGBT, na medida em que cria certos padrões normativos, em que “pessoas com os corpos errados, com as roupas erradas, com as práticas性uais erradas, com o gênero errado ou com a cor da pele errada são vistas como ruins para o marketing e são frequentemente excluídas” (Drucker, 2017, p. 203).

Todo esse processo de assimilação neoliberal da questão LGBT gerou uma nova *homonormatividade*, nos termos de Susan Duggan (2002), que estabelece os parâmetros de uma assimilação baseada no consu-

mo e na domesticidade. Essa homonormatividade não questiona, mas apoia as instituições do heterossexismo, como o casamento monogâmico e a lógica binária do gênero. A homonormatividade forjou a construção de uma cultura LGBT que procura se mimetizar com a cultura heterossexualista, racista e classista, privilegiando especialmente gays e lésbicas cisgêneros, brancos/as, de classe média ou das classes ricas.

O capital pode assimilar a questão LGBT como forma de aumentar a exploração econômica a partir da desigualdade de sexualidade e gênero. Trabalhadoras travestis, transexuais, “bichas” afeminadas, “sapas” masculinizadas etc. estão constantemente em empregos precários e informais, porque não podem acessar uma série de empregos que garantem certos *status* sociais. O fato de fugirem muito do padrão heterossexualista é uma desvantagem na hora de conseguir os melhores empregos; o que muitas vezes leva trabalhadoras/es LGBT a se submeterem a trabalhos estressantes, repetitivos e mal remunerados (como *telemarketing*, salões de beleza e atendimento em loja).

Além disso, a homonormatividade encaixa-se em uma dinâmica em que a desigualdade de gênero é camuflada pelas instituições políticas aparentemente neutras ao gênero. O Estado utiliza “o *status* marital para canalizar muitos benefícios a casais, especialmente aos mais prósperos, como seguro de vida e isenções de impostos sobre herança e ganhos de capital”. Entretanto, a orientação neoliberal, que descontrói os

mecanismos de proteção social e trabalhista, acaba “penalizando os casais e famílias atingindo desproporcionalmente as pessoas da classe trabalhadora, de baixa renda e pobres” (Drucker, 2017, p. 204).

Essa dinâmica neoliberal é decisiva para intensificar a produção das desigualdades de classe, o que tem impacto sobre outras relações hierárquicas, intensificando-as ao impor outras divisões e assimetrias. Contudo, Peter Drucker (2017) ainda nos lembra de que a luta pela diversidade sexual e de gênero – que para ele deve ganhar a forma de um radicalismo *queer* – deve ter não apenas um caráter antineoliberal, mas também anticapitalista. Isso porque o neoliberalismo não é apenas um conjunto de políticas equivocadas, mas o resultado da própria lógica de um capitalismo global em crise.

As crises do capital, que são constantes por alimentar o processo de acumulação, geram instabilidades político-ideológicas e abrem sempre a possibilidade de fortalecimento de forças políticas conservadoras e reacionárias. Com isso, os retrocessos nas conquistas LGBT e feministas são uma ameaça permanente, enquanto as relações patriarcas-heterossexistas continuam sendo o fundamento hegemônico da construção social do gênero e da sexualidade.



DIVERSIDADE SEXUAL
E DE GÊNERO NA
PARTICULARIDADE
BRASILEIRA

O entendimento da dinâmica e da importância da sexualidade e do gênero na constituição da sociedade brasileira, a partir da perspectiva dos grupos subalternos, pode ser feito por diversos caminhos. Um deles, como tem feito uma vasta gama de estudos, é investigar a história dos indivíduos e grupos que desafiam a hegemonia heterossexista, construíram novas formas de vida e novas concepções e práticas políticas em torno da sexualidade e do gênero.

Em contrapartida, a compreensão pode percorrer outro caminho dentro do conjunto das contradições sociais, ou seja, das relações de classe, raça, gênero e sexualidade que, de maneira articulada e por vezes conflituosa, fundamentaram a construção de uma lógica de produção e reprodução social no Brasil. Como particularidade histórica, a formação social brasileira se organizou em hierarquias e desigualdades, ao mesmo tempo que apresenta uma diversidade cultural única. Uma história marcada pela violência, opressão e mesmo extermínio de indivíduos e de outros modos de vida, mas também pela resistência política e pelas lutas sociais.

No presente capítulo, nosso esforço volta-se para refletir sobre a diversidade sexual e de gênero na história do Brasil. Para isso, serão considerados os traços “estruturantes” que marcam nossa formação social, o que nos impele a considerar o conjunto das relações sociais. É evidente que esses traços sofreram fortíssima influência dos países capitalistas centrais e do modo como eles próprios organizaram suas relações.

Contudo, é importante considerar que o Brasil tem as suas próprias particularidades desenvolvidas em seu processo histórico.

Sendo a história construída pelos seres humanos, isto é, produto de sua própria ação, devemos nos indagar sobre a forma como homens e mulheres participaram da construção dessa história. Parece-nos evidente que esse exercício não pode induzir a separações mecânicas, como se houvesse uma dicotomia entre a apreensão da totalidade dos processos econômicos, políticos e culturais e as particularidades de sexualidade e de gênero que atravessam o ritmo do desenvolvimento social.

Nesse sentido, vamos enfatizar algumas questões primordiais que fazem parte da “biografia” da sociedade brasileira, que tem entre suas características a dependência econômica, a subordinação política e a violência social. Para entender o presente e a nossa situação atual é preciso investigar os processos históricos que nos trouxeram até aqui. Por isso, no debate da história da diversidade sexual e de gênero, partimos do contexto da colonização e da escravidão, analisando as articulações entre as contradições de gênero, sexualidade, raça/etnia e classe, para depois apontar, rapidamente, o peso da herança colonial no processo de formação do capitalismo brasileiro.

COLONIALISMO E ESCRAVIZAÇÃO

No contexto do Brasil colonial, as relações de sexualidade e de gênero eram amplamente organizadas pela hegemonia intelectual e moral do cristianismo e, mais concretamente, da Igreja Católica da época. A noção de pecado, a visão dicotômica entre carne e espírito e, sobretudo, o matrimônio religioso como a única forma possível de constituir família eram formas como a religião disciplinava as relações de sexualidade e de gênero. A prática sexual e a realização dos desejos da carne eram desaprovadas violentamente. A única relação sexual que não era considerada pecado era a relação heterossexual, monogâmica e voltada para a reprodução. E isso dentro da família patriarcal, em que a sexualidade das mulheres brancas poderia ser controlada cotidianamente, enquanto as mulheres escravizadas eram obrigadas a servir sexualmente.

É claro que, por essas bandas, nem sempre foi assim. Antes de estas terras serem decretadas propriedade de Portugal, formas muito diversas de organizar a sexualidade e o gênero se desenvolveram por aqui. Por volta de 1500, estima-se que cerca de 300 povos ocupavam praticamente todo território, em especial o litoral. Assim, havia uma diversidade de povos que tinham práticas, costumes, culturas e linguagens variadas. Tais povos não estavam necessariamente isolados, pois muitos se articulavam e formavam redes de trocas comerciais.

Com a invasão portuguesa ao território brasileiro, iniciou-se um confronto entre duas visões de mundo

distintas. Valores, hábitos, técnicas, linguagem, religiosidade, culturas... Tudo se confrontava. Não só o clima quente espantava os europeus. Os hábitos sexuais, a nudez, as noções de parentesco dos povos originários também eram motivo de conflito. A imensa fartura de terras e os recursos naturais se apresentaram como um banquete para o conquistador europeu, que não só buscou se instalar no país como também iniciou um amplo processo de pilhagem, de roubo e de violência. Aliás, o uso excessivo da força é uma característica marcante que acompanhará toda a sociedade brasileira a partir da colonização.

Os comportamentos e as culturas dos povos originários foram combatidos com a colonização portuguesa. O confronto entre essas duas formações sociais impulsionou a Coroa a construir métodos de controle e ajustamento destes povos considerados "incivilizados". Estas ações não podem ser analisadas como restritas ao confronto de costumes morais, culturais e religiosos. Devemos levar em consideração que o movimento incessante e recíproco entre produção e reprodução social exige que a Coroa promova mudanças nas formas de ser dos indígenas com o objetivo de enquadrá-los para que seja possível sustentar o ritmo da pilhagem europeia. Esse enquadramento é perceptível quando se coloca em questão o trabalho, a sexualidade e a noção de propriedade que predominava entre os povos originários.

A sexualidade precisava ser conformada como requisito necessário ao estabelecimento de relações de

confiança, sobretudo por meio do parentesco. O combate à nudez, o casamento heterossexual, a monogamia, a recusa às práticas homoeróticas e as noções de parentesco foram elementos introjetados pelos portugueses via coerção e consenso. De um lado, podemos evidenciar a figura do homem branco europeu e seu contato com as mulheres indígenas por meio de estupros violentos e conquistas nada românticas. De outro, a Igreja Católica com suas tentativas de evangelização que passavam pelo batismo, catecismo e o casamento formalizado pela figura de um padre.

Antes disso, os comportamentos sexuais eram diversos. Relatos históricos dos colonizadores indicam a existência de práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Não havia uma noção formal de monogamia e, consequentemente, de adultério. A relação dos povos indígenas com o corpo também expressava essa diversidade. Suas formas de pinturas corporais, acessórios e indumentárias variavam e não havia um tabu pré-estabelecido sobre a nudez. O comportamento referente ao que hoje chamaríamos de homossexualidade presente entre povos indígenas foi severamente rechaçado pelos representantes da Coroa que consideravam a prática um crime de lesa-pátria. Para coibir esse comportamento, a Coroa portuguesa instaurou o “Tribunal do Santo Ofício”, responsável pela “Inquisição” no país, e condenou a chamada “sodomia” (Trevisan, 2018).

As diversas formas de expressão afetivo-sexual presentes no cotidiano de muitos povos indígenas eram (e

continuam a ser) consideradas imorais e incivilizadas. A recusa a estes comportamentos envolve tanto a violência praticada pelos representantes da Metrópole quanto da Igreja. Entre o crime e o pecado, as práticas não heterossexuais foram enfrentadas pelos setores que buscavam impor o modo de vida europeu-cristão. À medida que inúmeros conflitos se apresentavam no processo de extorsão das riquezas daqui, os europeus também foram deixando suas marcas culturais e morais.

As tentativas de evangelização por meio das missões católicas visavam construir um ajustamento nos modos indígenas para que se tornassem compatíveis às exigências da política mercantilista portuguesa. Para isso, Portugal apresentou ao Brasil uma realidade diversa: monoteísmo, segregação e subalternização das mulheres, casamento monogâmico e restrições ao sexo não procriativo (em especial entre pessoas do mesmo sexo). Produção e reprodução da vida material se forjando reciprocamente. Hábitos incompatíveis com a dinâmica social que Portugal estava impondo precisavam ser corrigidos por meio da adesão ou da força. Os casos de sedução, estupro e casamento forçado são oportunos para caracterizar essa situação.

É importante ressaltar que não há registros históricos contundentes de sociedades, grupos e/ou povos do nosso território que desenvolveram relações patriarcais de gênero nos termos compartilhados até aqui, o que evidencia como tais relações se forjaram a partir das desigualdades decorrentes da divisão sexual

do trabalho, da propriedade privada e do hetero-sexismo.

Se não tomarmos a categoria patriarcado como mera “palavra de ordem”, ou seja, como simples agitação política contra inúmeras formas (ainda que não universais) de exploração-dominação das mulheres, é necessário evidenciar a densidade explicativa que essa categoria pode expressar na análise de uma determinada formação social.

O esforço analítico que estamos propondo considera que as relações patriarcais de gênero no Brasil estão inseridas num quadro histórico determinado que as tornam possíveis e, inclusive, necessárias ao desenvolvimento capitalista. Referimo-nos ao processo de colonização como indutor do desenvolvimento das relações patriarcais de gênero, haja vista que estas passaram a materializar-se, desde então, nas formas de produção e reprodução social. Os povos originários tiveram, em grande parte, suas formas de organização familiar e social solapadas pelo modo de vida europeu, no qual o patriarcado já constituía uma experiência concreta.

Ao mesmo tempo, não havia entre os indígenas uma noção de propriedade privada, muito menos a objetivação de produzir algo que fosse excedente às suas necessidades para acumulação e troca. Os distintos povos podiam intercambiar certos produtos. No entanto, a produção da vida material não estava pautada em uma relação de mercado, nem na expansão predatória dessa relação. Mesmo existindo con-

flitos, havia entre os grupos indígenas uma noção de coletividade, de compromisso mútuo entre as famílias que compunham as tribos em conexão com a prática da cooperação entre o agrupamento e entre este e a natureza.

Ocupando papel fundamental na produção da vida material, o trabalho era uma atividade coletiva dos membros de determinada tribo. As principais atividades estavam relacionadas à caça, à coleta, ao plantio de alguns vegetais, à construção de espaços para abrigo, rituais religiosos. É comum encontrar nos estudos antropológicos afirmações de que a produção social nas comunidades indígenas estava baseada na divisão do trabalho entre homens e mulheres. Embora houvesse distinção das atividades entre os sexos, não havia uma separação rígida e uma diferença de valor sobre estas atividades. Por mais diferentes que fossem, todas elas eram consideradas importantes para a coesão do grupo. As fronteiras entre papéis de homens e de mulheres também eram menos rígidas, pois não havia uma brutal separação entre atividades privadas/reprodutivas e atividades públicas/produtivas.

Ao longo do processo de colonização, Portugal invadiu territórios ocupados pelos indígenas e introduziu a ideia de propriedade da terra. Na medida em que os colonizadores avançavam pelo continente, as tribos indígenas resistiam, mas não havia força bélica compatível para enfrentamento. A conquista sitiou terras, desmatou, destinou-as para plantio de uma determinada cultura rentável para a exportação. Devastou territórios

em busca de minerais e houve a construção de estradas e das primeiras cidades. Posteriormente, a partir de 1850, instituiu a mercantilização da terra que fora usurpada pela Coroa. A introdução do regime de propriedade não se esgotou na terra e ocupou a dinâmica da produção e da reprodução social: no trabalho e seus produtos, na habitação, nos instrumentos de trabalho, no acesso a alimentos produzidos, na ideia de herança.

Engels (2010) chamou atenção para o fato de que a introdução do regime de “plantagem” na Eurásia denotou um passo decisivo para o desenvolvimento do que ele denominava de direito paterno. De maneira semelhante, no contexto da grande propriedade colonial e da produção agrícola, ao falecer, o homem (quem tinha a autorização de Portugal para produzir na terra) deixava para seu primogênito a responsabilidade e o direito de dar continuidade ao empreendimento familiar. Embora pudessem gozar de alguns privilégios, tampouco as mulheres brancas podiam ser as proprietárias dessas terras e dos empreendimentos. Em contrapartida, era fundamental que os homens proprietários se casassem com mulheres brancas e procriassem para gozar do *status* que a sua condição lhe oferecia. Em suma, casamento monogâmico (para as mulheres) e propriedade privada caminham conjuntamente na formação da sociedade brasileira.

O redimensionamento do trabalho se concretizou com a escravização de negros e negras. Diante da ausência de êxito da escravização majoritária dos povos indígenas e a opção pelo seu extermínio, os coloniza-

dores iniciaram um amplo processo de tráfico humano vindo da África. Ao analisar a escravidão dos Estados Unidos, a feminista negra Patrícia Hill Collins propôs uma síntese que também serve para traduzir o processo brasileiro e a articulação produtiva entre as relações patriarcais e racistas.

A escravidão foi uma instituição profundamente patriarcal. Ela se apoiava no princípio dual da autoridade do homem branco e em sua propriedade, uma junção das esferas políticas e econômicas dentro da instituição familiar. A heterossexualidade era presumida e era esperado que todos os/as brancos/as se casassem. O controle sobre a sexualidade das mulheres brancas abastadas foi central para a escravidão, uma vez que as propriedades deveriam ser passadas aos herdeiros legítimos dos senhores de escravos. Assim, assegurar a virgindade e a castidade dessas mulheres brancas estava intimamente atrelado à manutenção das relações de propriedade. (Collins, 2015, p. 21)

Ao mesmo tempo que as fronteiras entre trabalhos que seriam desenvolvidos por homens e mulheres eram estabelecidas (por exemplo, atividades domésticas para as mulheres, serviços de segurança e de produção para os homens), para as pessoas escravizadas, essas fronteiras podiam ser diluídas. Isso se dava porque, uma vez que nem todas e todos eram absorvidos em funções específicas, deveriam trabalhar nas grandes lavouras de sol a sol.

As mulheres negras escravizadas não experimentaram uma fronteira rígida quando o assunto é a

divisão sexual do trabalho, pois estavam expostas às mais variadas atividades a que seus exploradores as sujeitavam. Mas, à diferença dos homens negros, as mulheres estavam drasticamente suscetíveis às formas de violência sexual, ora escancarada, ora velada. Muitos homens mais velhos obrigavam seus filhos à prática sexual com mulheres escravizadas com o objetivo de promover sua iniciação sexual. Do jovem ao adulto branco da elite colonizadora, a usurpação do corpo de mulheres indígenas e negras instaurava uma “cultura do estupro”, que atuava para naturalizar o estupro dentro de uma sociabilidade em que essa prática se torna algo recorrente e tolerado, seja dentro do matrimônio, seja fora dele, ao mesmo tempo que criava um mecanismo que podia ser mobilizado para a imposição do heterossexismo.

Se afirmamos que o heterossexismo não é uma categoria a-histórica e considerarmos sua introdução na realidade brasileira a partir do processo colonizador, é impossível não trazer para a centralidade das relações socioeconômicas, culturais e de vivência da sexualidade o peso da escravidão de negros e negras. A supremacia racial imposta na sociedade senhorial e escravocrata brasileira, no que tange à sexualidade, se faz presente violentamente ao reduzir o humano à condição de objeto para produção de riqueza e de satisfação. E sendo os/as negros/as escravizados/as ferramentas, sujeitos coisificados, não teriam sexualidade nem desejo, seriam “simplesmente” coisas.

Aos negros e negras escravizados/as também era negada a construção de um modelo de família similar aos colonizadores (organizado no primado das relações de propriedade, herança, dote etc.). Naquele contexto, a constituição familiar não é meramente um núcleo afetivo de homens e mulheres vivenciando relações sociais neutras, com grau de parentesco. A família patriarcal é – e também será no capitalismo – “um núcleo básico estrutural para perpetuar o acúmulo de riqueza e a manutenção [de certos] valores morais da sociedade” (Pereira e Roseno, 2018, p. 93). Destarte, não são todos os grupos sociais que podem constituir família.

Nota-se como as relações patriarcais e racistas só se constituíram produzindo múltiplas formas de opressão e de exploração, que tinham como eixo o poder e autoridade formados em torno do homem-branco-heterossexual-cisgênero-proprietário. Mulheres brancas tiveram acesso a poder e aos produtos do trabalho de maneira desigual em relação aos homens. Homens e mulheres negras não usufruíam o fruto do seu trabalho em virtude da escravidão. No que se refere a estas, o corpo e a sexualidade das mulheres negras estavam expostos às volúpias dos seus senhores. Sendo assim, resguardadas a diversidade dessas experiências, mulheres brancas e negras tiveram sua vida atravessada por desigualdades que marcaram as formas de desenvolvimento da divisão sexual do trabalho.

Como um complexo processo, a colonização do Brasil foi também um produto do desenvolvimen-

to do comércio mundial que, já no século XV, tinha como protagonista a península ibérica. Numa corrida acelerada pelo poder mundial, os países europeus investiram na navegação como forma de acelerar os fluxos comerciais. O objetivo consistia em estabelecer relações oportunistas favoráveis à pilhagem de bens primários para as economias europeias, e o Brasil assume exatamente esse papel. Caio Prado Jr. (2011) evi-dencia esse processo ao caracterizar que, entre nós, se estabeleceu uma “empresa colonial”, uma colônia de exploração que tinha como papel produzir bens pri-mários para a Coroa portuguesa obter lucros e luxos.

Esse processo apenas se completou com a escravi-zação de africanos/as e de negros/as nascidos/as no Brasil. A violência iniciava no continente africano, com sua captura, seguia nos porões dos navios negreiros durante a viagem e continuava na sua chegada ao país, onde sua vida era marcada pelo trabalho bruto forçado. Homens e mulheres tiveram sua vida cindida, seus vínculos familiares rompidos, sua língua e cul-tura aniquiladas e o seu destino roubado. Por mais sádico que se apresente, a escravidão negra tem um componente fundamental: é o modo ideal de extra-ção de riqueza que, combinado a outros, sustentará a acumulação primitiva de capital na Europa. Acresce à escravidão a dinâmica de ocupação e do uso da terra no lugar onde se valeu da monocultura e da grande propriedade como formas de ampliar a produtividade.

Instaurou-se o regime de plantagem, nos termos de Jacob Gorender (2016), congregando num mesmo ter-

ritório a grande propriedade de terra (o latifúndio), as grandes plantações de cana e depois de café (a monocultura como atividade prioritária), o trabalho bruto e penoso de crianças, adultos e idosos (negros e negras escravizados/as). Esse modelo só era viável porque seu objetivo não visava desenvolver a sociedade brasileira, ao contrário, prioritariamente voltado à exportação, o modelo de plantagem atendeu majoritariamente à Coroa portuguesa e demais elites europeias que se beneficiavam com essa troca desigual.

É nessas condições que se instauram, na base da produção da vida material, as relações entre a casa-grande e a senzala no país. Se em outras sociedades o desenvolvimento da agricultura e da pecuária foi um marco para se perceber mudanças significativas na forma como os seres humanos se relacionavam para produzir sua própria existência, no Brasil não foi diferente. O intenso desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias (associado ao cenário do extrativismo mineral e de madeiras) e a migração de portugueses para povoar e gerir os negócios da Coroa instauraram um cenário fértil para formação de uma sociedade patriarcal pautada na exploração-dominação das mulheres.

É a partir desse momento que a ideia do patriarcado como “poder do pai (e/ou do homem)” se complexificou e passou a desempenhar um papel estruturante no conjunto da produção e da reprodução social. Não só os valores e a “cultura patriarcal” dos portugueses se apresentaram como relevantes, mas

também o regime de propriedade e gestão da terra. As definições cada vez mais explícitas de uma divisão do trabalho e do poder pautada também no sexo e as formas de controle do corpo por meio das concepções difundidas pela elite e pela Igreja também demarcaram a hegemonia patriarcal no contexto de formação do capitalismo no país.

A colonização começou a dar sinais de colapso quando a Inglaterra, principal potência econômica do período, começou a expressar contradições com a política de exclusivismo colonial de Portugal. A burguesia industrial inglesa passou a desempenhar o papel de classe imperialista e explicitou a ofensiva contra a colonização protecionista pautada no trabalho escravizado. A política colonial adotada por Portugal não beneficiava a expansão do capitalismo industrial inglês devido aos rígidos controles comerciais e à ausência de um mercado interno nas colônias. Além desses fatores, a Coroa portuguesa via-se pressionada pelas invasões de Napoleão ao país, que estava alinhado à Inglaterra. Em 1808, com a chegada e instalação da monarquia portuguesa no Brasil, os nossos portos tinham sido abertos ao comércio internacional, atendendo aos interesses da burguesia industrial inglesa.

Uma série de fatos significativos decorre desde então: a independência política (1822), a extinção do tráfico negreiro (1850), a Lei de Terras (1850) – marco fundamental no reforço do latifúndio e da instauração do regime de propriedade privada da terra na realidade brasileira, que excluiu a possibilidade de negros

e negras, mesmo os/as livres, terem o direito à terra, ao vincular esse direito à obtenção de um capital e não à força de trabalho que produz.

Esses fatores não estavam historicamente dissociados. Faziam parte de um processo mais longo que diz respeito às condições que proporcionaram a formação do Estado e do capitalismo no Brasil. Esse momento foi decisivo na reconfiguração da produção e reprodução da vida material. Em menos de um século, instalaram-se instituições de ensino básico e superior, aumentaram a concentração da população em áreas urbanas, o comércio interno e externo foi dinamizado, as instituições públicas estatais tomaram forma. Em suma, o universo cultural, político, econômico e social se modificou e se ampliou drasticamente.

As lutas políticas, presentes no cenário da colônia, aprofundaram-se ao longo do século XIX. Notadamente as “rebeliões das senzalas”, como destacou Clóvis Moura (2014), ganharam ainda mais fôlego diante das condições insustentáveis da escravidão. Havia se formado associações de pessoas negras que lutavam pela abolição. Também surgem iniciativas liberais que pautavam o fim do trabalho escravizado protagonizadas pelos setores da classe média. É nessa conjuntura que o Império, sob comando dos portugueses, estimulava na Europa a migração de trabalhadores pobres para o Brasil. Se, de fato, a economia brasileira se dinamizava e exigia ampliação da força de trabalho – fator já comprometido com o fim do tráfico negreiro (Ianni, 1966) –, a imi-

gração de europeus também tinha o objetivo de “embranquecer” a população do país e, ao mesmo tempo, relegou os trabalhadores ex-escravizados ao ostracismo no que diz respeito ao trabalho, à propriedade, à participação política e ao acesso aos bens e serviços públicos.

O esgotamento da política escravista que sustentava a produção e a reprodução da vida material no Brasil se deu no cenário de insatisfação da burguesia inglesa e sua pressão internacional para o fim do tráfico negreiro, das lutas e revoltas que se ampliavam no Brasil, evidenciando a insustentabilidade da escravidão e a necessidade de consolidação de um mercado interno baseado no trabalho assalariado. Esse cenário foi fundamental para o início do desenvolvimento capitalista no Brasil, que atingiu seu momento decisivo na erosão do período imperial com a Abolição (1888), a Proclamação da República (1889) e a aprovação da Constituição Republicana (1891).

Portugal, além das tentativas violentas de disciplinar os povos indígenas, assegurou seus objetivos colonizadores, trazendo do continente africano aproximadamente 5 milhões de homens e mulheres para serem escravizados/as ao longo de quatro séculos. Naquela altura, as gerações de mestiços que nasceram no país dispararam enormemente. A diversidade cultural (africana, indígena e europeia – de início) e a marca violenta do processo de colonização forjaram um povo-novo, nos termos de Ribeiro (2015). Um povo que não se curvou pacificamente e que resistiu de diversas maneiras: nas fugas, nos

saques, nos confrontamentos, nas expressões religiosas. Um povo que, mesmo diante de tanta violência, repressão e arbítrio das elites coloniais, construiu uma cultura e uma identidade *sui generis*, contrariando os objetivos apenas espoliadores e aniquiladores da Coroa.

SEXUALIDADE E LUTA AFRO-BRASILEIRA

O processo de colonização que marcou o modo de produção escravista-colonial no Brasil (Gorender, 2016) foi extremamente truculento. Durante esse processo, a virilidade e a supremacia masculina eurocêntrica foram ferramentas acionadas para a dominação do território, com a disseminação da prática do estupro. Vejam que, ao acionar a virilidade, as relações de poder mobilizam de forma mútua e combinada a estrutura patriarcal e heterossexual como forma de domínio do corpo e do território. Assim, a determinação da sexualidade não é mera prática sexual afetiva: é também instrumento de dominação nas relações hegemônicas que constituem as sociedades em determinados momentos históricos. Mais adiante, será notória a compreensão de que esta supremacia no período colonial não foi apenas masculina e heterossexual. É fundamental reconhecermos que ela é também branca, num contexto em que as relações étnico-raciais se colocaram de maneira pujante.

Como parte do projeto de poder das classes dominantes, a sexualidade integrava o processo de priva-

tização não somente da terra, mas também de homens e mulheres negros/as. As mulheres escravizadas tinham a sua fertilidade amplamente regulada, ao serem consideradas como “fêmeas” reprodutoras, cujas crias (força de trabalho) eram vendidas como instrumentos de produção para os senhores da casa-grande.

Somos um país fruto do estupro social de negras e indígenas, da miscigenação forçada, do domínio social e econômico pelos proprietários de terra, da ordem patriarcal e racista que acionou o heterossexismo como ferramenta para a produção e reprodução da vida material. Não só a monogamia é impressa na sociedade como uma instituição econômica para assegurar a moral e os valores estabelecidos pelo Estado e pela Igreja, como também o heterossexismo e a naturalização de corpos considerados coerentes e aceitáveis (*cisgeneridade*) são instrumentalizados para a reprodução da força de trabalho e a produção de riqueza.

Sabe-se que, com o esgotamento da política escravista que sustentava a produção e a reprodução da vida material no Brasil, iniciaram-se as movimentações para abolição da escravatura. Porém, esse período já estava fortemente marcado por levantes, insurreições, lutas negras para a libertação e encerramento do ciclo escravista, bem como um período de instauração dos quilombos.

Os quilombos, como o de Urubu, Palmares, Campo Grande, dentre outros organizados Brasil afora, são a expressão de radicalidade diante da insustentabilidade

de desta ordem colonial. Esses territórios eram uma forma de organização de Estado alternativo, construído no seio do sistema escravocrata. O quilombo era (e é) território de resistência e resgate dos valores culturais, ancestrais, econômicos, sendo, portanto, uma negação social, cultural e econômica do regime escravista (Moura, 2001).

Portanto, o quilombismo só poderia ser uma condição radical, para ser homem e mulher livre, os negros/as precisam passar subitamente da condição de coisa à livre, e “é somente no quilombo que se adquire [o que hoje conhecemos por] cidadania” (Moura, 2001, s/p). O escravizado só pôde reencontrar-se como ser humano ao “restabelecer a sua interioridade, a sua subjetividade integralmente, a partir do momento em que não apenas recusa-se ao trabalho, mas recusa-se juntamente com outros, coletivamente, socialmente através da organização de um território livre” (Moura, 2001, s/p.). A partir desse momento, o escravizado teve a possibilidade de restabelecer a sua humanidade que lhe foi socialmente retirada pela força, pela coerção econômica e extraeconômica e pela violência. O quilombo

[...] não reproduz o tipo de propriedade, família e distribuição de renda de acordo com o sistema escravista. Pelo contrário. Economicamente o seu sistema de trabalho, executado por homens livres, é outra negação ao trabalho escravo praticado nos engenhos, nos latifúndios e fazendas. Além disto, é também uma negação à monocultura de exportação, produzindo uma policul-

tura para o consumo. Em todos os níveis da sua estrutura, portanto, o quilombo expressa essa radicalidade de negação à ordem social escravista, suas instituições e valores. (Moura, 2001, s/p)

Observemos que no processo de quilombagem, de forma radical, ao romperem com as relações senhoriais da propriedade privada da terra, homens e mulheres livres também construíram outras noções de organização familiar e de sexualidade. Assim, o território quilombola é uma negação dialética da propriedade privada e das relações econômico-culturais do modelo escravista.

Não era reproduzido o tipo dominante de propriedade e de família no quilombo dos Palmares, por exemplo. Nos quilombos, calculava-se que para cada mulher havia três ou mais homens, com variações regionais, fato que refletiu na composição da população palmarina e na organização familiar. Segundo Clóvis Moura, em *Sociologia do negro brasileiro*,

se os palmarinos mantivessem, nas suas fronteiras, o casamento monogâmico que os senhores impunham nas suas fazendas, ou a promiscuidade também ali permitida, haveria um desequilíbrio na vida familiar e sexual tão agudo que a desarticulação social seria inevitável, com repercussão de desajuste em todos os níveis da estrutura social (Moura, 2019, p. 209).

Para resolverem este impasse, tudo indica que a organização familiar foi reestruturada através da poligamia e poliandria.

No entanto, torna-se necessário ressaltar que as relações de poder entre homens e mulheres não foram desmanteladas completamente. Primeiramente, a poligamia só foi praticada pelos membros principais da estrutura de poder que se formou nos quilombos, homens que tinham o direito a várias mulheres. Em contrapartida, funcionavam majoritariamente as famílias poliândricas, em toda a comunidade, sem antagonismos agudos e conflitos no grupo da família. Diante disso, Moura (2019) observa que a poligamia, onde ela existiu, “sempre foi um privilégio, isto é, mesmo sendo um direito para todos, somente aqueles que possuem condições materiais, sociais ou econômicas para usá-la, o exercem” (Moura, 2019, p. 210).

Nessas formas de organização familiar poliândricas, todos os maridos habitavam os mocambos juntos da mesma mulher. Os maridos se reconheciam obedientes à mulher, que ordenava não só a vida sexual, mas também o trabalho, que era coletivo e praticado por homens e mulheres. As mulheres, portanto, estiveram em todos os estratos das relações de poder antes relegadas a elas quando escravizadas, pela ordem familiar monogâmica patriarcal eurocêntrica. O quilombo, ao desmantelar a propriedade privada da terra, extrapolou essa relação e possibilitou uma vivência da sexualidade que não se restringiu à monogamia.

Onde houve escravização mercantil de povos africanos, houve também o desenvolvimento de

formas de organização quilombola, que resistiram à subsunção. As expressões culturais e religiosas, muitas delas proibidas oficialmente, sobreviviam e se perpetuavam sorrateiramente. Se as formas de resistência dos/as afro-brasileiros/as contribuíam para a formação de um movimento abolicionista, outros processos externos ao Brasil concorriam para dar fim ao modo de produção escravista, que então dominava. Esses processos estavam relacionados ao desenvolvimento do capitalismo industrial no país. Contudo, isso não representou a integração econômica e social do negro à nova ordem: no processo histórico não cabia a população negra, escravizada ou liberta (Fernandes, 1965), destinada à pobreza econômica e à marginalidade social.

Ao colocar uma parcela ampla de trabalhadores/as negros/as à “margem” da sociedade, a classe dominante teve como objetivos submetê-los a condições que os fizessem lembrar os tempos de escravidão e retirar a sua dignidade, esvaziar a sua condição de sujeito da história (Ianni, 1987). A liberdade estava no papel, no entanto, nas relações sociais era cobrado o papel de submissão desses indivíduos. A manutenção estrutural de certos traços da produção escravista na ordem capitalista, para o acúmulo de riqueza e a dinâmica de poder dos grupos hegemonicamente dominantes, tornou o racismo e o patriarcado funcionais e as mulheres e a negritude mananciais do exército de reserva que vai possibilitar a superexploração econômica.

CAPITALISMO DEPENDENTE E IMPLICAÇÕES NO CAMPO DA SEXUALIDADE

A desagregação formal da colônia e a proclamação da República, ao mesmo tempo que sinalizaram mudanças importantes na sociedade nacional e na relação com outras economias, também indicaram a incapacidade do nosso país de construir uma inserção autônoma no capitalismo que se encontrava numa fase de expansão. Florestan Fernandes (1972; 1973) considera fundamental destacar que o processo histórico que desencadeou a formação de um Estado nacional independente em nosso território não acompanhou alterações relevantes na forma como estava organizada a política e a economia no país. Ao manter intactas as estruturas de poder da sociedade colonial que estavam pautadas no latifúndio, no trabalho escravo e na produção de bens primários, voltada ao mercado externo, as elites locais se interessaram mais em preservar os seus interesses econômicos e políticos do que em construir uma naçãoativa e soberana.

Ademais, a construção do Estado brasileiro sem rupturas com os traços coloniais excluiu as massas populares do exercício do poder e submeteu a ampla maioria da população aos interesses da elite que, paulatinamente, se apresentava como se fossem interesses do Brasil-nação. Como observou Ianni (1986, p. 10), “há uma nação da burguesia que não é precisamente a nação do povo”.

A inserção dependente do Brasil no capitalismo mundial também é um produto das lutas de classes e

da forma como se desenvolveram as classes sociais no país. A ausência de ruptura com o estatuto colonial produziu uma burguesia débil, sem projeto de nação, mas – conforme Florestan – forte o bastante para reprimir os anseios populares (Motta, 2012). Doutro lado, uma classe trabalhadora sobrevivente de massacres e da escravidão e alijada do exercício do poder. Se nos países europeus as burguesias se aliaram a amplos setores (inclusive populares) para construir revoluções capazes de suplantar o domínio das suas nobrezas, no Brasil nunca se forjou uma burguesia capaz de ser porta-voz da construção de uma nação soberana.

A impossibilidade de uma revolução burguesa nos moldes da Europa não significa que os países dependentes, entre estes o Brasil, não realizaram suas revoluções. Octavio Ianni (1986), seguindo os passos de Florestan, ressalta que nos países latino-americanos a revolução burguesa se realizou como uma “contrarrevolução”:

Vista nessa perspectiva, a revolução burguesa latino-americana tem sempre um elemento contrarrevolucionário. Realiza-se em termos de desenvolvimento capitalista, mas fica a meio caminho, como promessa, no que diz respeito aos desenvolvimentos políticos e culturais, em termos de democracia. Contrarrevolução política, no sentido de que não abre espaços para a institucionalização de direitos democráticos, alguns dos quais poderiam interessar à própria ordem burguesa. (Ianni, 1986, p. 26)

Nessa perspectiva, a independência, a Lei de Terras, a Abolição, a Proclamação da República, a Revolução

de 1930 e o golpe civil-militar de 1964 representaram momentos diferentes de um longo ciclo da revolução burguesa no Brasil e expressaram uma característica fundamental: o caráter autoritário, antecipatório e excludente das burguesias nativas. Se tais características acompanharam os distintos momentos, as formas de dependência externa se alteraram conforme vetores internos e externos.

Os padrões de dominação externa, conforme Fernandes (1973), aos poucos se alteraram". O autor destaca quatro padrões: a exploração colonial (iniciada sob hegemonia de Portugal e Espanha), a neocolonial (desencadeado com a erosão da hegemonia portuguesa e a ascensão da Inglaterra como grande potência mundial), o padrão imperialista restrito (expressão do avanço da industrialização e da expansão do capital) e, por fim, o quarto padrão, caracterizado como imperialismo total (no qual as grandes corporações internacionais desempenham a dominação junto às grandes potências, como os EUA).

Nessas condições, o desenvolvimento capitalista dependente do Brasil foi viabilizado, pois interessava, simultaneamente, às elites locais e estrangeiras. Cada ameaça à heteronomia tendia a ser suplantada pelas burguesias. Da contradição independência ao golpe de militar de 1964, o comportamento é o mesmo: atender aos anseios externos ao povo e à nação. Por isso, a revolução burguesa, em todos os momentos, precisou se antecipar, inclusive estreitando as margens democráticas, como aconteceu no golpe civil-militar.

Batalha decisiva para a burguesia, em 1964, o ciclo da revolução burguesa atingiu seu objetivo fundamental: inserir o Brasil na dinâmica monopólica das grandes corporações capitalistas e de seus mercados.

Os desdobramentos deletérios são vivenciados até os dias atuais, em um país economicamente rico marcado por uma profunda desigualdade entre as classes sociais. Enquanto uma minoria rica concentra parte substantiva da renda produzida socialmente e que tem poder de decidir a direção política do governo e do Estado, uma massa de trabalhadoras e trabalhadores, as/os únicas/os capazes de criar riqueza, sobrevive com uma renda que não assegura as mínimas condições sociais de sua existência e de suas proles, além da pouquíssima capacidade de incidir sobre os rumos políticos do país.

As peculiaridades de desenvolvimento do capitalismo no Brasil fazem da classe trabalhadora daqui necessariamente diversa. Desde o início, a constituição dessa classe está atrelada aos processos de construção e reconfiguração das relações de raça, de gênero e de sexualidade que produzem uma diversidade de formas de exploração-dominação.

Mesmo com a Abolição da Escravatura e a formação do Estado burguês republicano, a população negra, nas décadas que se seguiram, além da ausência de alguma reparação social a essa população que tinha sido escravizada, também não houve incorporação generalizada no mercado formal de trabalho que se desenvolvia. Foi relegada ao desemprego ou às funções mais precárias, além de todo o estigma e racismo.

As mulheres negras encontravam alguma ocupação no trabalho doméstico ou na prostituição. Já os homens negros tinham pouquíssimas possibilidades de emprego e, a ambos, eram negados os meios que melhorariam suas condições de vida. Ao contrário, sem terra e sem capital, e sem ter como vender a sua força de trabalho, a população negra continuou relegada à marginalização social e política, alvo constante da repressão do Estado e de suas políticas de extermínio.

Desde o início da República até as primeiras décadas do século XX, as mulheres brancas não tinham os mesmos direitos civis e políticos que os homens brancos. Elas estavam, oficialmente, sob a tutela de um homem. Ao esposo traído, o Estado lhe garantia juridicamente a legitimidade do (que denominamos hoje de) feminicídio, colocando a esposa na condição de propriedade de seu marido. Ao mesmo tempo, o trabalho reprodutivo por ela desempenhado no âmbito doméstico, imprescindível para a continuidade e expansão da produção capitalista, sempre foi um trabalho não remunerado e invisível. Ao serem preparadas para trabalho doméstico e de cuidado, isso dificultava o acesso delas ao mercado de trabalho e aos espaços políticos. E mesmo com o longo processo de entrada da mulher no mercado de trabalho, desempenhando tarefas com menores salários e menor *status* social, elas continuaram (e continuam) como as grandes responsáveis pelas tarefas reprodutivas.

As relações patriarcais de gênero, bem como as formas de exploração e apropriação do trabalho realiza-

do pelas mulheres, apenas se constituíram dentro da lógica do heterossexismo e da cisgeneridade – como já apontamos. A regulação da sexualidade e a imposição do binarismo de gênero foram fundamentais na construção cotidiana do homem e da mulher, como seres sociais, bem como na conformação de corpos e de visões de mundo compatíveis com o modo de produção que se desenvolvia. E esse processo só poderia se concretizar criando as figuras da perversidade e da anormalidade sexuais, como forma de classificar e segregar os indivíduos que ousassem se aventurar pela diversidade sexual e de gênero.

No capitalismo, o heterossexismo ganhou ares “científicos” ao passar a ser hegemonicamente legitimado pelas teorias sociais positivistas, etnocêntricas e racistas, que eram importadas da Europa e dos EUA. Sobretudo por meio da medicina e da biologia, a ciência burguesa definiu a diversidade sexual e de gênero, naquele momento, muito reduzida à ideia de homossexualidade, como uma doença que poderia ser curada ou mesmo evitada.

Sobretudo, no início dos anos 1930, aumentou a preocupação médico-legal em controlar e criminalizar a homossexualidade. Conforme mostra o historiador James Green (2000), intensificou-se a produção intelectual e a ação autoritária de médicos, crimionologistas e juristas para estudar essa patologia e propor curas, no intuito de fazer a nação brasileira saudável e regenerada. Categorizavam práticas sexuais, procuravam justificações biológicas para explicar o

comportamento de quem perturbava a rigidez das normas de gênero, associavam a população negra à homossexualidade e ambas supostamente ligadas à criminalidade e à degeneração social e da espécie humana.

Até onde muitos dos doutores e advogados de classe média e alta podiam conceber, comunistas, fascistas, criminosos, negros degenerados, imigrantes e homossexuais deveriam ser contidos, controlados e, no caso destes últimos, se possível, curados. Os anos [19]30, assim, transformaram-se num campo de testes sobre qual o melhor meio de purificar a nação brasileira e curar seus distúrbios sociais. (Green, 2000, p. 193)

É interessante notar que o autor mostra como esses profissionais de classe média e alta, que faziam parte de uma pequeníssima “elite”, procuravam punir e “tratar” indivíduos que rompiam com o heterossexismo, forçando-os a recuperar um comportamento heterossexual. Se essa ofensiva era aplicada a todas as classes sociais, havia impactos diferentes de acordo com o segmento. Homossexuais negros/as e das classes mais pobres eram alvo de prisão, por atentado ao pudor ou vadiagem. Já os/as de classe média estavam mais propensos aos tratamentos médico-psicológicos e à internação em manicômios.

Se, em cada caso, estavam sob formas de controle e de repressão diferentes, em todos eram alvo de violências físicas e psicológicas, a tratamentos de electrochoque e de convulsoterapia, ao confinamento, à humilhação pública. Os homens afeminados e consi-

derados “passivos” eram os alvos prediletos da ofensiva médico-jurídica.

Com o tempo, a hegemonia heterossexista passou a organizar-se, cada vez mais, em torno das instituições e das ideologias médicas, policiais e jurídicas, enfraquecendo a visão do cristianismo sobre o tema. Esta visão nunca deixou de vigorar no Brasil, contudo, a visão patologizante da diversidade sexual e de gênero se popularizou e, no sentido gramsciano, tornou-se “senso comum”.

Ao mesmo tempo, a urbanização puxada pelo desenvolvimento do capitalismo industrial possibilitou a constituição de um modo de vida dos/as “desviados/as” sexuais. Nas grandes cidades, surgiram, aos poucos, lugares de socialização e mesmo locais públicos de sexo casual. Novas visões e perspectivas lentamente foram criadas sobre a “inversão” e a “perversão” sexuais. Uma nova cultura (sexual e de gênero) se constituía mesmo sendo alvo constante de criminalização e marginalização social.

Contudo, é importante apontar que, não por coincidência, a intensificação do controle e da repressão sobre a diversidade sexual e de gênero se deu em um período nevrálgico para o processo de consolidação do capitalismo no Brasil. Os anos 1930, como mostra Celso Furtado (2007), foi o momento em que, como reflexo da crise de 1929, a produção cafeeira perde importância frente à produção industrial, que passou a ser o polo dinâmico principal no processo criação de renda. No limite de uma economia dependente, em

pouco tempo se desenvolveu uma indústria de bens de capital e houve o aumento da produtividade, fundamental para o processo de acumulação.

Para colocar a indústria para funcionar e para controlar politicamente a urbanização, o controle e a violência sobre as sexualidades e as identidades de gênero “desviantes”, além da imposição da família patriarcal como único modelo de família, eram formas eficientes de disciplinar mentes e corpos, conformar personalidades e trajetórias de vida. O trato truculento dado aos indivíduos não heterossexuais era a expressão de uma sociedade assentada em desigualdades sociais e que naturalizou a violência como forma de “civilizar” seu povo.

Essa naturalização da violência veio com a colonização e as relações patriarcas e raciais introduzidas na sociedade brasileira junto ao desenvolvimento da divisão social e sexual do trabalho, da propriedade privada e do heterossexismo. Se a hegemonia patriarcal-racista não se encerrou com o fim da colonização ou com o pleno desenvolvimento capitalista, é porque o capitalismo brasileiro não superou, conforme análises de Florestan (2007) e de Ianni (1985), os traços mais arcaicos de nosso passado. Não superamos o estatuto colonial que impregnou a nossa “modernização” no atraso e nosso “atraso” na modernização.

A herança colonial no Brasil, a partir da sua lógica de produção e reprodução da vida e das relações de poder constituídas, não apenas impôs obstáculos à continuidade dos modos de vida precedentes e nati-

vos, mas também marcou os fundamentos do nosso capitalismo pelos imperativos dos processos de exploração e de opressão de gênero, sexualidade, raça/etnia e classe. Nesse caminho, tornamo-nos o país de profundas contradições, onde riqueza e miséria, tolerância e violência, miscigenação e racismo, liberdade e repressão, democracia e autoritarismo convivem como faces articuladas e fundamentais de uma mesma sociedade.

Assim, na formação do capitalismo, marcos históricos como a “Revolução de 1930” e o golpe de 1964, importantes para situar a luta de classes no Brasil, foram, de acordo com Florestan Fernandes, decisivos para a consolidação da revolução burguesa brasileira, constituída como uma contrarrevolução. O autoritarismo e a ditadura garantiriam esse processo que alijou as classes populares das decisões políticas. Entretanto, no contexto de enfraquecimento da ditadura militar no fim dos anos 1970, emergiu uma série de movimentos sociais e lutas organizadas, que pressionou a volta da democracia liberal e trouxe novas reivindicações, como o movimento homossexual, que depois se transformará em movimento LGBT, como discutiremos no próximo capítulo.



HISTÓRIA E POLÍTICA DO MOVIMENTO LGBT

ESTE CAPÍTULO TEM O INTUITO DE TRAÇAR UM BREVE HISTÓRICO DA luta e do movimento LGBT. Se a história nos ensina e nos orienta, recuperá-la envolve sempre abordá-la a partir de um determinado conjunto de escolhas e posicionamentos políticos. Diante disso, a discussão será feita a partir da perspectiva da articulação entre as relações de poder e da construção de unidade entre as lutas subalternas. Mais especificamente, discutiremos sobre como e por que o movimento pela diversidade sexual e de gênero se constituiu, refletindo porque essa luta, ao lado do feminismo, também tem um caráter antipatriarcal.

O texto está dividido em duas partes. A primeira trata do surgimento do movimento nos países capitalistas centrais, sobretudo nos EUA; da construção hegemônica da sexualidade no capitalismo a partir da ciência positivista do século XIX; e do caráter da luta LGBT como antipatriarcal. Na segunda parte, traçamos um rápido histórico sobre o surgimento do movimento no Brasil no final dos anos 1970, a relação entre movimento homossexual e esquerda durante o século XX; a construção do movimento nas últimas décadas e sua relação com o Estado e o governo federal e, por fim, o debate sobre “política de identidade” e neoliberalismo no Brasil.

SURGE UM MOVIMENTO

Em 2019, comemoramos 50 anos da Revolta de Stonewall, considerada historicamente como o marco que fundou o moderno movimento homossexual e que hoje denominamos de LGBT. A rebelião eclodiu em 1969, em Nova York, quando a polícia tentou invadir um bar gay (o *Stonewall Inn*) e desencadeou um violento conflito entre o público (formado por gays, transexuais, *drag queens*, imigrantes latinos) e os policiais, o que deu início a três dias de motins. Pouco tempo depois, em várias cidades dos EUA, se formou o *Gay Liberation Front* (GLF), um conjunto de organizações e indivíduos que defendiam o orgulho de ser homossexual e o ato de assumir sua identidade sexual como um ato político. Logo, surgiram outras organizações com o mesmo caráter em outras partes do mundo, como na Europa e na América Latina; nesta, inicialmente na Argentina, México e Porto Rico (Green, 2003). No decorrer dos anos 1970, foi crescente o número de países e lugares que abrigavam a organização política de gays e lésbicas.

Essa rápida expansão se dava por uma série de motivos. Em primeiro lugar, esse processo se deu em um contexto político único, no final dos anos 1960, marcado pela emergência de movimentos sociais mais radicalizados. O nome da primeira organização formada nesse momento, *Gay Liberation Front* (GLF), expressava a preocupação de articular o movimento a outras pautas

da esquerda. Era inspirado na *National Liberation Front* (Frente de Libertação Nacional), que lutava pela soberania do Vietnã e contra o imperialismo estadunidense. Ao mesmo tempo, o nome frisava a defesa política da libertação sexual e da construção autônoma do desejo e da prática sexual. Isso aproximava a organização que surgia ao feminismo e ao debate de que o “pessoal é político”, contribuindo para a ampliação do que seria considerado: política, poder e opressão.

A luta do movimento negro pelos direitos civis nos EUA, que ganhara força e mobilização ao longo dos anos 1960, também foi outra grande referência para o emergente movimento. O lema *black power* foi rapidamente transformado em *gay power*. Em 1970, o líder dos Panteras Negras, Huey Newton, anunciou sua solidariedade ao movimento gay, afirmando que os homossexuais não têm liberdade e que seriam talvez as pessoas mais oprimidas da sociedade. O Partido Pantera Negra para Autodefesa, um grupo revolucionário que fazia a defesa armada da população negra contra a opressão racial e a truculência policial, influenciou organizações e militantes do GLF a construir um movimento mais radical, em torno da luta pelos direitos civis e da autodefesa da população não heterossexual. Essa radicalidade e o tratamento da pauta da diversidade sexual como uma questão público-política diferenciavam o movimento emergente do movimento homofílico, que era a forma anterior de construir a ação coletiva e que tinha uma atuação muito mais tímida e concentrada em espaços privados.

Seguindo os passos dos movimentos operário, feminista e negro, a organização do movimento pela diversidade sexual e de gênero se desenvolveu primeiramente no centro do capitalismo (EUA e Europa). Nesses países, as práticas e relações não heterossexuais eram proibidas de forma explícita, por meio de leis antissodomia e de atentado ao pudor. Havia uma violência oficialmente institucionalizada. Funcionários públicos e professores homossexuais eram perseguidos e demitidos. Prisões, internações em hospícios, trabalho forçado, tratamento químico, lobotomias e torturas foram algumas agressões cometidas pelo Estado liberal para punir a diversidade sexual e de gênero, durante o século XIX e a maior parte do século XX. Por isso, a rebelião de Stonewall é considerada um momento histórico de radicalização contra a opressão. Isso contribui para compreender a própria violência que caracterizou aquele momento: como resposta à constante repressão policial, o público do bar cercou os policiais dentro do estabelecimento e colocou fogo nas saídas. O conflito, que seguiu pela rua, constituiu-se como uma furiosa catarse contra a ação policial e as normas que diariamente afrontavam a população não heterosexual como um grupo relegado à marginalidade, ao desprezo e ao ódio.

Se o capitalismo não concebeu a violência politicamente aberta contra aqueles indivíduos que praticavam sexo não voltado para a procriação, essa violência não deixou de ser um dos fundamentos para o sucesso e a expansão do capitalismo moderno. Quando

o liberalismo se concretizava em regime político no conflituoso contexto do século XIX, ele havia se constituído como filosofia política a partir da luta contra o feudalismo e o absolutismo e do princípio da limitação do poder do Estado sobre o indivíduo e o mercado. Considerado a célula que dá vida a uma sociedade, o indivíduo deveria ter os direitos de expressão, de ir e vir e sua integridade física – os direitos civis –, e também o direito de participar da escolha de um representante político e de se candidatar para participar de forma ativa da política institucional – os direitos políticos. Entretanto, o liberalismo era a ideologia orgânica às classes burguesas e, na prática, o indivíduo abstrato da teoria liberal se materializava apenas para os integrantes dessas classes, que fundamentalmente eram constituídas por homens brancos e proprietários de um capital que lhes rendia lucro.

Desde o *Manifesto do Partido Comunista* (1848) sabemos que, na luta contra o feudalismo, a burguesia produziu as “armas” (as contradições político-econômicas) e os sujeitos capazes de destruir o capitalismo: o proletariado. O século XIX assistiu ao desenvolvimento do movimento operário que, em suas vertentes revolucionárias ou reformistas, pressionava pela democratização da sociedade com força crescente. Isso resultou em conquistas como o alargamento do sufrágio para os trabalhadores, a liberdade de associação política e as primeiras leis trabalhistas e sociais. E abriu espaço para a formação de outras lutas sociais fundamentadas em outras relações de poder, como o movimento feminis-

ta, que nasceu já no fim do século XIX, reivindicando direitos civis e políticos para as mulheres.

É nesse século também que surgem as primeiras iniciativas de indivíduos e grupos em defesa de direitos dos homossexuais. Aqui, destaca-se a história de Karl Ulrichs, que nos anos 1860 e 1870, na Alemanha, lutou publicamente contra a lei antissodomia e escreveu sobre a relação afetiva-sexual entre pessoas do mesmo sexo a partir de uma perspectiva que legitimava essa relação. No mesmo país, em 1898, o dirigente do Partido Social Democrata Alemão, August Bebel, foi o primeiro político a defender a homossexualidade e a revogação da lei antissodomia, durante a revisão do Código Penal. Três anos antes, Eduard Bernstein, também dirigente do mesmo partido, questionara por que a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo seria antinatural.

Em que ela seria ‘não natural’? Toda a nossa existência cultural, nosso modo de vida da manhã até à noite, constitui uma ofensa constante à natureza, às preconizações originais de nossa existência. Se fosse apenas uma questão do que é natural, então os piores excessos sexuais não estariam mais sujeitos à objeção do que, digamos, o ato de escrever uma carta – já que o ato da relação social através da palavra escrita está muito mais distante da natureza do que qualquer meio até hoje conhecido para satisfazer o desejo sexual. (Bernstein, 2019)

Bernstein, mesmo sendo um dos pais do revisionismo reformista da teoria marxista, não deixou de

lançar mão da historicidade e do materialismo defendidos pelo marxismo ao expressar essa concepção de sexualidade que a entende como construção e relação sociais. Com isso, adiantava em algumas décadas a defesa dessa compreensão que seria feita, no decorrer do século XX, pelo feminismo e pelo movimento homossexual. Colocava-se, ademais, contra a noção de sexualidade que se tornava hegemônica naquele momento.

A partir de técnicas e saberes de controle da sexualidade desenvolvidos nos séculos XVII e XVIII, as sociedades capitalistas do XIX criaram um poderoso aparato de controle da sexualidade constituído por instituições, saberes e discursos elaborados nos marcos da ciência positivista (biologia, medicina e sexologia, a qual estava em formação). Assim, esse aparato estimulou a produção de um conhecimento, dado como “científico”, sobre o “sexo”, capaz de incitar as suas manifestações e regular suas significações atribuindo-lhes normatizações, patologias e legitimidades. As estratégias de poder se constituíam nas técnicas de controle da sexualidade da mulher e das crianças, na psiquiatrização e especificação dos “perversos” e na regulação (do crescimento) da população (Foucault, 1988).

É nesse período que surgem termos como homossexualidade e heterossexualidade. O primeiro, que aos poucos se difundiu para outros países, era sinônimo de “inversão”, “delinquência” e anormalidade. As diversas práticas e expressões sexuais, salvo aquelas heterossexuais ligadas à reprodução, foram organizadas e

ordenadas em taxonomias, classificadas como perversão, anomalia ou degeneração. O argumento de que se fazia “ciência” conferia legitimidade social a uma prática intervencionista e reguladora da vida privada dos indivíduos. A sexologia dos primeiros tempos, além de ser sexista e anti-homossexual, praticamente considerava como patologia toda prática sexual que não a da heterossexualidade com fins de procriação (Rubin; Butler, 2003).

É importante lembrar que esse é o momento de intensas transformações sociais: de expansão imperialista do capitalismo, urbanização desenfreada e conturbadas mudanças políticas. Às sociedades capitalistas interessava a formação de uma classe trabalhadora massiva e de sua reprodução, que envolvia o casamento heterosexual e a “fabricação regulada dos filhos” (Foucault, 1988, p. 125). Assim, se havia uma violência aberta do Estado contra os indivíduos considerados perversos e pederastas, o controle e o processo de disciplina mais sutis e presentes no cotidiano das pessoas, e por isso mais efetivos, se davam por meio da regulação das práticas e desejos sexuais a partir da concepção “científica” da heterossexualidade como algo natural e compulsório. Essa regulação do desejo era uma forma de disciplinar corpos que, portadores da força de trabalho, precisavam se recompor, de uma geração para a outra, de forma ampliada. Escolas, universidades, hospitais, associações civis e a família patriarcal eram instrumentos privilegiados para colocar em prática esse processo.

A concepção heterossexista legitimada pela ciência positivista tornou-se hegemônica no mundo e assim se manteve ao longo do século XX. E não foi apenas nas sociedades capitalistas que ela se difundiu. Com a Revolução Russa (1917), houve um rápido avanço das liberdades sexuais e reprodutivas na sociedade que se constituía, caindo as legislações que oficialmente oprimiam mulheres e homossexuais. Mas isso se modificou no período stalinista, quando essas leis retornaram. O discurso stalinista oficial via a diversidade sexual e de gênero como uma “degenerescência” burguesa, o que remete à ideia de vício e adoecimento, isto é, de algo patológico. E essa era uma das justificativas para lançar mão da regulação heterossexista e patriarcal dos corpos e desejos como forma de disciplinar a própria população soviética.

Ao mesmo tempo, as sociedades capitalistas, ao insistirem na criação da figura do perverso sexual, categorizando e discriminando indivíduos que apresentavam uma prática sexual considerada sadia, constituíram o pano de fundo para o surgimento de um grupo social que se identificava cada vez mais como homossexual. Em períodos anteriores, havia o que podemos chamar de comportamentos e atos “homossexuais”, mas não havia a formação de um grupo social que se identificava a partir da (subversão da) sexualidade.

Antes de eclodir a rebelião de Stonewall, já havia se formado, durante os 1950 e 1960, uma “comunidade” e uma “subcultura” homossexuais. Embora o fator de-

cisivo para o início do movimento nos EUA tenha sido a grande perseguição e repressão institucionalizada contra os homossexuais, que havia se enrijecido desde o final dos anos 1940, a construção desse grupo social e de espaços de sociabilidade – como bares, saunas, lugares de “pegação” gay, “clubes”, além de músicas, revistas e livros relacionados à questão – tornou-se pré-condição para impulsionar o movimento. A identidade homossexual foi criada aos poucos, de forma que cada vez mais indivíduos passaram a considerar o desejo sexual na organização de suas vidas e identidades individuais (D’Emilio, 1983).

Não foi por um acaso que o movimento surgiu primeiro nas grandes cidades capitalistas. A expansão do trabalho assalariado viabilizou as condições sociais para que os indivíduos, não mais dependentes dos laços familiares para garantir trabalho e renda, organizassem suas vidas e identidades individuais em torno do desejo sexual. No capitalismo, surgiu a possibilidade de se constituir uma identidade homossexual – e, mais tarde, a(s) identidade(s) LGBT. Assim, no final dos anos 1960, essa identidade social se tornava cada vez mais política e coletiva. Ela passou a mediar a formação de um novo movimento social pautado na ideia de emancipação, igualdade e direitos civis.

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO COMO LUTA ANTIPATRIARCAL

Como acontece com todas as lutas sociais, a constituição de um movimento organizado em torno da

luta pela diversidade sexual e de gênero não se deu sem expressar outras contradições sociais e sem reproduzir outras desigualdades. No processo de construção da identidade e do movimento homossexual, os homens gays tiveram maior visibilidade do que as lésbicas. Isso porque o capitalismo absorveu maior força de trabalho masculina e os homens sempre tiveram maiores salários, de forma que a divisão entre esfera pública masculina e esfera privada/doméstica feminina mantinha as mulheres mais dependentes dos homens (D'Emilio, 1983).

Com a construção das grandes cidades, principalmente os homens assalariados tinham a oportunidade de viver uma vida privada mais autônoma. Vindos do interior, de outros países ou vivendo “no armário”, os gays tiveram maiores oportunidades de construir espaços de sociabilidade, onde podiam afirmar sua identidade de forma legítima. Assim, como foi em torno da identidade e dos sujeitos gays que o movimento se constituiu e se consolidou, era muito comum a denominação de movimento homossexual ou movimento gay durante as primeiras décadas de sua existência. Aqui, o termo homossexual não significava gay e lésbica, mas remetia na maior parte do tempo apenas à primeira categoria. Como eram maioria e tinham mais acesso às – e entendimento das – lutas políticas que se desenvolviam no mesmo contexto, os gays conquistavam a hegemonia da agenda e da linguagem do movimento.

E, no caso do movimento estadunidense, ao longo dos anos, para muitos grupos sociais (especialmente

para negros, latinos e jovens), as campanhas políticas das organizações passaram a ser muito marcadas pelos valores brancos e de classe média, que adotavam, por exemplo, ideais convencionais como o relacionamento monogâmico; para algumas lésbicas, o movimento repetia o privilégio masculino evidente na sociedade mais ampla, o que fazia com que suas reivindicações e experiências continuassem secundárias face às dos homens gays; para bissexuais, sadomasoquistas e transexuais, essa política de identidade era excludente e mantinha suas condições marginalizadas. Porém, processualmente, esses segmentos passaram a colocar em xeque a concepção da identidade homossexual unificada, que se constituiu na base de tal política de identidade e que mantinha esses segmentos na invisibilidade política (Louro, 2001).

Não que a constituição de uma “hegemonia gay” dentro do movimento, presente em todos os países onde surgiram essas experiências, fosse algo calculado. Antes, uma mesma categoria expressava práticas e identidades muito diferentes. Mas, ao mesmo tempo que abriram as portas para a luta da diversidade de identidades e vivências sexuais e de gênero, os homens gays monopolizaram a construção das demandas, linguagens, estratégias do movimento, por justamente terem maior possibilidade de trabalhar, estudar, construir espaços de sociabilidade e organizar-se politicamente.

A divisão sexual do trabalho, que remete a mulher ao espaço privado-doméstico e o homem para o es-

ço público-produtivo, possibilitou o protagonismo dos homens gays na organização do movimento político contra o heterossexismo. Por consequência, a voz e os interesses gays passaram a predominar diante dos outros segmentos, os quais construíam aos poucos uma identidade coletiva própria. Ao longo dos anos, muitas organizações mistas do movimento foram divididas devido às disputas de gênero. Muitas organizações feministas de mulheres lésbicas e bissexuais se constituíram, acusando o machismo dos companheiros gays. Estes também foram acusados de transfobia, o que contribuiu para a formação de organizações de travestis e transexuais. E o debate sobre o racismo e a desvalorização dessa questão no movimento também levou à formação de coletivos de negros e negras LGBT. Como acontece com a forte presença da LGBTfobia em outros movimentos sociais, as múltiplas desigualdades sociais não deixavam de atravessar o movimento, trazendo-lhe outros conflitos e dilemas.

Contudo, essas contradições não significavam que a luta no início protagonizada pelos gays não se constituísse como luta antipatriarcal. Não apenas porque mulheres, travestis, trans, *drags* integravam, ainda que em menor número, o movimento homossexual desde o seu início, mas também no sentido de que a luta gay já era em si um embate contra as relações patriarciais de gênero. É importante pensar que gênero e sexualidade são categorias sociais diferentes e fundam (e são fundadas) por clivagens sociais diferentes. Porém, elas se constituem concretamente de forma

profundamente imbricada: a construção hegemônica do gênero nos corpos só se efetiva com a construção do homem heterossexual e da mulher heterossexual. As expressões, padrões e linguagens se confundem: sexo, feminino, masculino, corpo, desejo etc. servem tanto para refletir sobre o gênero quanto sobre a sexualidade. No imaginário social, romper com a heterossexualidade significa também uma agressão às concepções normativas do que é masculino e o que é feminino. Quando uma pessoa grita pejorativamente na rua para outra “bicha” ou “sapatão”, não significa que esta pessoa esteja necessariamente se relacionando de forma afetiva ou sexual com uma outra (do mesmo sexo), mas na maior parte das vezes trata-se de um homem sendo feminino ou uma mulher sendo masculina.

Ao também desafiar as concepções normativas de gênero, as lutas LGBT sempre tiveram um caráter antipatriarcal. O patriarcado, como o conjunto das relações materiais e simbólicas de gênero, delega mulheres e LGBT à condição de grupos subalternos. A divisão sexual do trabalho, que separa os trabalhos e posições sociais que devem ser assumidos pelo homem e os que devem ser assumidos pelas mulheres, apenas se torna eficaz com o heterossexismo. Homens e mulheres, com funções e posições sociais diferentes, se encontram na relação heterossexual, para constituírem família e ter filhos/as, que devem seguir o mesmo caminho. Assim, a mesma divisão do trabalho que cria dois gêneros diferentes e pressiona para controlar o

corpo e o trabalho da mulher, cria também a heterossexualidade compulsória (Rubin, 1986).

Ao mesmo tempo, é preciso considerar que o heterossexismo também produz as relações de gênero. A heterossexualidade só adquire sentido dentro de uma relação entre opostos: um polo masculino representado pelo homem cisgênero e um polo feminino representado pela mulher cisgênero. Então, a heterossexualização do desejo requer corpos socialmente "coerentes", pressionando para a produção das relações e normas de gênero (Butler, 2012). O capitalismo moderno produziu uma forma cultural de compreender o gênero e a sexualidade que é extremamente rígida, que impõe um padrão único de masculinidade, feminilidade e sexualidade. Mesmo que as lutas feministas e LGBT tenham modificado boa parte dessa realidade, a relação (estrutural) de desigualdade permanece. De toda forma, a luta por liberdade e igualdade construída hoje por lésbicas, trans, travestis, bissexuais, gays, intersexuais, queers etc. desafia a lógica social que organiza as relações de sexualidade e de gênero – que alguns denominam de heteropatriarcado (Fabbri, 2011).

A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO BRASILEIRO

Em julho de 1979, o jornal *Lampião da Esquina* publicou uma matéria de capa com uma entrevista com Luís Inácio da Silva, o Lula. Na matéria intitulada "Alô,

alô, classe operária: e o paraíso nada?”, os entrevistadores perguntaram ao então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema se havia homossexualidade na classe operária. E ele: “não conheço”. Surgido no contexto da imprensa alternativa durante o processo de abertura política, *Lampião* foi o primeiro jornal homossexual com (alguma) circulação nacional. A matéria, muito interessada na luta do movimento operário, também trazia falas de homens e mulheres do proletariado (de São Bernardo do Campo) sobre a diversidade sexual e de gênero. Uma delas era a do operário João Borges da Silva, que tinha uma posição diferente: “Viado aqui no ABC? Tem sim. Só que eles dão duro igual a nós!” (*Lampião da Esquina*, 1979, p. 10).

Em junho de 2008, quase três décadas depois, agora como presidente da República do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva abandonou seu distanciamento em relação a esse debate: “O mundo seria mais alegre se fôssemos menos rígidos com os tabus colocados no caminho ao longo da história”. Essa fala integrava o discurso que ele proferiu durante a abertura da I Conferência Nacional LGBT, que discutiria e elegeria as ações políticas que o Executivo colocaria em prática no sentido de efetivar os direitos dessa população. Lula, que se disse orgulhoso porque aquele era um evento inédito no mundo, reconheceu: “Não é fácil para um presidente da República no Brasil ou em outro país participar de um evento que envolve um segmento tão grande, heterogêneo e com pessoas que sofrem

preconceitos, não é fácil!”. Ao mesmo tempo, foi durante o Governo Lula (2003-2010) que o movimento LGBT mais obteve reconhecimento e conquistas políticas. O que teria provocado essa mudança de posicionamento da maior liderança popular de esquerda do Brasil pós-ditadura militar?

É claro que não importa saber se o Lula de 2008 já estava no Lula de 1979. Mas, sim, de apontar que havia uma mudança radical no contexto político. O movimento homossexual se complexificou e se tornou movimento LGBT, cresceu e se difundiu pelo país, ao mesmo tempo que a luta se fortalecera em outros países ocidentais. A própria sociedade brasileira estava se tornando mais tolerante em relação à população LGBT. Ao mesmo tempo, cabe recuperar que, no Brasil, a relação da esquerda com a diversidade sexual sempre foi contraditória. Isso uma vez que, historicamente, amplos setores da esquerda expressavam a visão LGBTfóbica e heterossexista presente na sociedade, ao mesmo tempo que foi das fileiras da esquerda (ou junto a elas) que surgiram as primeiras organizações do antigo movimento homossexual.

Durante o período da ditadura civil-militar, integrantes homossexuais de organizações revolucionárias eram gravemente rechaçados e, embora não fosse regra geral, pelo menos quatro foram mortos na prisão, acusados de traição, por companheiros de luta armada (Green, 2012). Isso é o que afirma a pesquisa de James Green que, por outro lado, mostrou também que na América Latina, até a década de 1990, indiví-

duos ou correntes dentro de organizações libertárias, social-democratas e algumas formações trotskistas foram exceções em relação à profunda homofobia da esquerda. Ainda que não haja um levantamento completo da história da fundação dos primeiros grupos de homossexuais politicamente organizados na região, tudo parece indicar que a maioria dos grupos que surgiu nos anos 1970 e 1980 teve, entre seus fundadores e líderes, membros de partidos comunistas ou de seus grupos dissidentes, ou ainda, provenientes de outras formações da esquerda (Green, 2003).

No Brasil, a primeira organização do movimento, que surgiu apenas em 1978 em São Paulo, foi o Somos. A ditadura, ao fechar as possibilidades e canais de organização política, retardou em alguns anos a formação do movimento homossexual (Green; Quinalha, 2014). O Somos, composto por lideranças socialistas e anarquistas, carregava fortes pretensões libertárias que se refletiam, inclusive, na forma de organização interna que incentivava a autogestão e evitava a cristalização de lideranças. As ações se dividiam entre as reuniões dos subgrupos “de reconhecimento”, em que a homossexualidade era debatida a partir de relatos autobiográficos, e as atividades mais amplas do grupo, como debates, passeatas, manifestações de repúdio à homofobia e todo tipo de opressão. O ideário do grupo carregava muito da contracultura e do antiautoritarismo da época, que intencionava uma mudança mais ampla e compreendia a homossexualidade como estratégica para a transformação cultural

e a corrosão da estrutura social a partir das margens (MacRae, 1990; Simões; Facchini, 2009).

O Somos inspirou a formação de pelo menos sete outros grupos, que se reuniram em São Paulo, em abril de 1980, por ocasião do I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados, com a participação de grupos e militantes de diversas partes do Brasil. Em relação aos de São Paulo, na sua maioria, eram grupos pequenos e dirigidos por estudantes, funcionários públicos, bancários e intelectuais da “classe média baixa”, sendo que alguns membros tinham participado de grupos clandestinos de esquerda, que sobreviveram aos piores anos da ditadura. Eles trouxeram para o movimento tanto sua experiência como ativistas e organizadores, como a crítica da visão, muito presente na esquerda, que tratava a homossexualidade como produto da decadência burguesa (Green, 2000, p. 282). Nesse mesmo ano, o Somos se dividiu politicamente e uma das organizações que se formou foi o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (Galf), formado apenas por mulheres e que é um marco na questão do machismo e da “predominância” dos gays no interior do movimento brasileiro.

Muitos outros grupos surgiram em várias regiões do país, sobretudo nos centros urbanos. No entanto, já durante os anos 1980, houve uma drástica redução na quantidade de organizações e nas posturas políticas dos grupos. Entre os fatores que influenciavam essa redução quantitativa, destaca-se a eclosão da epidemia do HIV-Aids, levando muitas lideranças a

se voltarem para o seu combate, no novo contexto de “democratização” e de certa abertura de canais de comunicação com o Estado. Como no país a doença foi diagnosticada primeiramente entre os homossexuais, logo relacionaram o desvio de comportamento ao infortúnio de contrair o vírus. Daí que a doença foi apelidada de “peste gay” ou “câncer gay”, estabelecendo no imaginário social um vínculo (quase inevitável) entre homossexualidade e Aids, o que só aumentava a discriminação e o ódio contra a população não heterossexual.

Nesse processo, desenvolve-se, a partir de meados dessa década de 1980, um estilo de militância de ação mais pragmática e preocupada com aspectos formais de organização institucional e voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e a violência. Nesse período, foram obtidas conquistas como a retirada da homossexualidade do Código de Doenças do Instituto Nacional de Previdência Social, em 1985. Para tanto, foi fundamental o protagonismo do Grupo Gay da Bahia (GGB), a primeira organização homossexual civilmente registrada no Brasil (Simões; Facchini, 2009) – o que antes seria impensável.

Outra disputa importante foi a tentativa de incluir a garantia da não discriminação por orientação sexual na Constituição de 1988. Esse processo se deu graças à ação do grupo carioca Triângulo Rosa, sendo fundamental a participação de deputados do Partido dos Trabalhadores (PT), que pediram e defenderam a inclusão da reivindicação no texto constitucional. A

proposta foi posteriormente barrada pela ala conservadora da Assembleia Constituinte. De toda forma, é importante destacar que, na Nova República, foram os partidos de esquerda que, ainda que com muitas contradições e limites, defenderam a pauta da diversidade. No início dos anos 1990, foram fundados os primeiros setoriais gays e lésbicos no PT e no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), e que começavam a abrigar as primeiras candidaturas de militantes LGBT para mandatos públicos.

MOVIMENTO LGBT E ESTADO

Nos anos 1990, seguindo a mesma tendência do movimento feminista, houve um forte processo de “onguização” do movimento LGBT. O que significava que as Organizações Não Governamentais (ONGs) eram a parte do movimento que mais obtinham conquistas, uma vez que elas atuavam mais junto ao Estado e tinham maior capacidade de mobilizar recursos na sociedade civil. Esse processo foi acelerado com o início do projeto Aids I, que era uma grande iniciativa de combate a Aids do Ministério da Saúde e com recursos emprestados do Banco Mundial. Com isso, começa a ter recursos disponíveis para o trabalho de prevenção junto à população LGBT (gays e travestis, principalmente), trabalho que organizações e militantes já faziam como parte de suas estratégias políticas, o que levou à criação de muitas ONGs para acessar

esses recursos. Aqui, foi fundamental a atuação da ABGLT (que hoje significa Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), que foi a primeira associação nacional do movimento. A ABGLT, a partir dos recursos do Aids I, desenvolveu um projeto para formar militantes e organizações em todas as partes do país, que faziam prevenção à Aids ao mesmo tempo que defendiam políticas e direitos da população LGBT.

Aos poucos, a ABGLT conseguiu constituir uma força social que produzia impacto na sociedade e no Governo Federal. Junto a outras organizações do movimento, mas sendo interlocutora principal a maior parte do tempo, a ABGLT a partir dos anos 1990 foi estreitando laços com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Junto à deputada federal Marta Suplicy, a ABGLT participou da construção e defesa do primeiro projeto de lei pela união civil entre pessoas do mesmo sexo, a partir de 1995. No Governo FHC, o fortalecimento do movimento se expressou no II Programa Nacional de Direitos Humanos que trouxe no texto parte de suas reivindicações. O programa que fora lançado no último ano de governo (2002) ficou apenas como uma carta de intenções em relação à agenda LGBT. Mas esse fato, somado à história do PT de abrigar a defesa dessa agenda, foi fundamental para a conjuntura que se abriria com o Governo Lula.

Desde o início, o governo tratou essa agenda como uma pauta política. A partir do diálogo de in-

tegrantes do governo e da ABGLT foi criado o “Brasil sem homofobia”, que foi o primeiro programa de políticas públicas LGBT e que tinha ações em vários ministérios (educação, saúde, trabalho, assistência social, direitos humanos, cultura etc.). Em 2008, foi realizada a I Conferência Nacional LGBT e, a partir das ações reivindicadas e formuladas pelo movimento LGBT (junto com representantes do governo), foi elaborado o I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Lançado em 2009, o plano tinha como objetivo elencar as ações que o governo executivo deveria desenvolver para atender às necessidades e direitos da população envolvida. E, no final do governo, foi criado o Conselho Nacional LGBT, um órgão colegiado composto por representantes da sociedade civil e do governo, e que tinha por objetivo formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas para o combate à discriminação e para a defesa de direitos.

Nesse período, o movimento continuou crescendo, em número de organizações e de militantes. As paradas do orgulho LGBT se espalharam pelas diversas regiões do país. A parada de São Paulo se tornou nessa época a maior de todo o mundo. Entre outros elementos, as universidades aceleraram a produção de conhecimento sobre a diversidade sexual e de gênero e a formação de professores/as do ensino básico sobre essa questão. O Sistema Único de Saúde (SUS) começou a implementar políticas de saúde voltadas para a população LGBT. As políticas federais impul-

sionavam a criação de políticas LGBT e de legislações proibindo a discriminação em âmbitos estaduais e municipais (Toitio, 2016).

Já no mandato de Dilma Rousseff, no início, o governo deu continuidade à linha adotada pelo seu antecessor. Em maio de 2011, o STF aprovou a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Mas, o que foi uma vitória do movimento LGBT causou logo uma reação conservadora no Congresso Nacional. Organizados em torno da bancada evangélica, deputados conservadores pressionaram o governo para cancelar uma política do projeto Escola sem homofobia, que distribuiria material didático para trabalhar a questão do preconceito e da discriminação na escola. Diante da pressão e da crescente perda de governabilidade no Congresso, o governo cancelou a política e passou a se manter distante da pauta LGBT – ainda que desenvolvesse algumas ações na institucionalidade estatal. Isso mudaria com as jornadas de Junho de 2013 e as manifestações contra a tramitação do projeto de lei conhecido como “cura gay”, que autorizava psicólogos a fazer “tratamento” para reverter a homossexualidade. Entre outros compromissos que o Governo Dilma assumiu com o movimento, na nova conjuntura, estava a ação de barrar a aprovação desse projeto na Câmara dos Deputados (Toitio, 2016).

Esse foi um período cheio de contradições para o movimento, uma vez que, para eleger Dilma Rousseff, o PT fez aliança com partidos e parlamentares

conservadores, que se tornou parte da “base aliada” do novo governo. Mais do que isso, trouxe lideranças pentecostais para dentro de seu governo e deu visibilidade à pauta do conservadorismo evangélico. Essa aliança perderia força nas eleições de 2014, mas só se esgarçou de vez com o processo de *impeachment* que resultaria no Golpe de 2016. A maior parte do movimento, incluindo a ABGLT, defendeu a continuidade do mandato do Governo Dilma, enquanto as forças conservadoras se alinharam ao Governo Michel Temer.

Atualmente, diante das sucessivas derrotas sofridas pela esquerda em geral, a pauta LGBT perdeu força no Executivo e no Legislativo. As principais conquistas passaram a vir do Supremo Tribunal Federal (STF), como a possibilidade de alteração do nome social das pessoas trans direto no cartório, em 2018, e a criminalização da LGBTfobia, em 2019. Como projetos de lei de união civil entre pessoas do mesmo sexo e de criminalização da LGBTfobia tramitam há anos no Congresso, barrados pela ação de parlamentares conservadores, em grande parte organizados pela bancada evangélica, o STF acabou decidindo sobre essas questões. Contudo, isso torna essas conquistas mais frágeis, uma vez que uma decisão no STF é mais facilmente revertida do que a aprovação de lei no Congresso Nacional. E, ao mesmo tempo, se fosse aprovada uma lei, ela se sobreporia à decisão do Supremo.

PARA ALÉM DA "POLÍTICA DE IDENTIDADE"

É inegável a visibilidade social e política que a questão da diversidade sexual e de gênero goza hoje em dia. E essa pode ser considerada a principal conquista do movimento, que historicamente combateu a invisibilidade da pauta. Hoje, categorias, perspectivas e reivindicações do movimento estão amplamente presentes nos meios de comunicação, nas escolas e universidades, nas instituições estatais, em outros movimentos sociais e no cotidiano das pessoas. Essa conquista foi, em grande medida, resultado dos êxitos da "política de identidade" adotada pelo movimento e organizada em torno da estratégia de afirmação e visibilidade da identidade LGBT. Desde o seu surgimento, o movimento foi se dividindo em várias identidades políticas, que passaram a se afirmar e se diferenciar da identidade de homossexual ou gay. Lésbicas, transexuais, travestis, bissexuais, (e hoje) intersexuais, queers etc. foram se constituindo como movimentos específicos e trazendo novas questões e demandas.

Se essa estratégia do movimento trouxe conquistas muito significativas, ela não deixou de trazer, contudo, limites à sua atuação. Assim como ocorreu com movimentos (LGBT e feminista e negro) de outros países capitalistas, essa "política de identidade" se fortaleceu no Estado ao mesmo tempo que o neoliberalismo se tornava central na definição das políticas econômicas e sociais (Fraser, 2007). O movimento LGBT privilegiou uma estratégia que defendia somente demandas de

reconhecimento, deixando de lado o debate sobre a redistribuição da riqueza social, que tanto importava aos movimentos de classe e que era negado pelos grupos neoliberais. A ação coletiva centrada na “política de identidade” assumia a pauta LGBT por uma perspectiva corporativista, o que quase não deixava espaço para a articulação com outras pautas e lutas, sobretudo aquelas relacionadas à classe. Não importava tanto a aliança política, mas sim fazer alianças com todas as forças possíveis, de direita e de esquerda.

Nesse processo, parte importante do movimento mais voltada para a disputa institucional, mesmo distante do governo, acabou participando da construção do projeto neoliberal do Governo FHC (em particular no segundo mandato). Não é demais lembrar que, nesse processo, o movimento se beneficiou ao se expandir nacionalmente e se fortalecer politicamente. Mas, a política anti-Aids da qual o movimento se beneficiou – e obteve êxito no objetivo de controlar a expansão da doença – não deixava de legitimar a orientação neoliberal de “diminuição” do Estado e de privatização dos serviços sociais, uma vez que o Banco Mundial – agente político que pressionava pela austeridade fiscal do Estado – colocava como condição de empréstimo que um dos focos do projeto fosse o trabalho de prevenção desenvolvido por ONGs. Ao mesmo tempo, algumas organizações passam a ocupar conselhos, representação em fórum internacional e a contribuir na elaboração de documentos oficiais. A parte do movimento que acessava esses recursos, em

vasta medida, distanciava-se acriticamente de outros debates, sobretudo aqueles ligados às políticas econômicas e sociais do governo.

No Governo Lula, o movimento não teve grandes dificuldades de se relacionar. Não só porque a lógica colocada pela “política de identidade” permitia isso, mas também porque parte significativa das lideranças do movimento, como era o caso de integrantes da ABGLT, era filiada ao PT. Nesse momento, a Associação passou a integrar ativamente o projeto neodesenvolvimentista, que mesmo não rompendo totalmente com o neoliberalismo, procurou implementar ações de distribuição de renda e de combate à desigualdade, questões que timidamente fizeram parte das pautas e preocupações do movimento. Contudo, ao não romper totalmente com o neoliberalismo – e devido às fragilidades do movimento LGBT como força política –, os governos petistas direcionaram recursos insuficientes para a pauta da diversidade sexual e de gênero, o que limitou bastante o alcance e a continuidade das ações governamentais desenvolvidas (Toitio, 2016).

Todo esse processo foi fundamental para o fortalecimento do movimento. Contudo, parte significativa das organizações que tinha acesso ao Estado ficou muito dependente dos recursos públicos, que vieram primeiro da política de Aids e depois das próprias políticas LGBT. E então, quando o Governo Dilma, após a pressão sofrida pelo conservadorismo, começou a recuar em algumas políticas e a adotar um orçamento ainda menor (em relação a seu antecessor) para a

agenda LGBT, iniciou-se uma crise de mobilização de recursos do movimento, que se agravou com a crise econômica de 2015 e com o Golpe de 2016. Sem recursos públicos, muitas organizações perderam suas sedes, funcionários/as e projetos ou mesmo encerraram suas atividades (Toitio, 2016). Ao mesmo tempo, a estratégia da “política de identidade” deixava o movimento alijado da disputa pela condução econômica do governo e dos conflitos de classe, enquanto as classes capitalistas e grupos conservadores tomavam de assalto o governo federal.

O enfraquecimento da militância mais institucional foi acompanhado pelo crescimento da luta em outros movimentos e partidos políticos. Hoje, a maior parte dos partidos de esquerda tem setoriais LGBT, ao mesmo tempo que movimentos sociais populares, como sem-terra, juventude, sindicalismo, feminista, negro, também constituíram coletivos LGBT, unindo a luta contra o heterossexismo com outras lutas sociais. Isso mostra como essa nova militância LGBT está menos preocupada com essa “política de identidade” – o que não significa a perda das ou o desprezo às identidades coletivas – e mais voltada para a articulação com movimentos que combatem outras desigualdades sociais, que também atravessam a existência dos corpos LGBT.



COLORINDO O
PROJETO POPULAR
PARA O BRASIL

*Território de homens livres
Que será nosso país
E será pátria de todos.
[...] Um jeito só de viver,
Mas nesse jeito a variedade,
A multiplicidade toda
Que há dentro de cada um.
[...] Um país de riso e glória
Como nunca houve nenhum.
Este país não é meu
Nem vossa ainda, poetas.
Mas ele será um dia
O país de todo[a] homem[mulher].*

"Cidade Prevista", Carlos Drummond de Andrade

CRISE E AVANÇO CONSERVADOR NO BRASIL

Vivemos um momento histórico marcado por uma crise prolongada que, desde a década de 1970, tem provocado a estagnação das economias centrais e um acelerado empobrecimento da população mundial. Esta crise ocorreu após o capital vivenciar um ciclo de expansão no pós-Segunda Guerra Mundial capitaneado pelas estratégias de produção fordistas/tayloristas e de políticas de regulação macroeconômicas keynesianas implementadas pelos países centrais. Num mundo cindido entre as disputas socialistas e imperialistas, os países capitalistas centrais promoveram uma série de medidas de proteção social ao trabalho com amplo apoio do movimento sindical, em especial na Europa. Bihr (1999) ressalta que se construiu um "pacto fordista" que expressava os interesses das duas classes sociais fundamentais.

A crise econômica mundial, que já se evidenciou no final dos anos 1960, colocou radicalmente em xeque o pacto fordista, em especial porque há um prelúdio da erosão das conquistas trabalhistas e sociais alçadas nos anos dourados do desenvolvimento capitalista para estes países. Como resposta à crise, o grande capital empreende mudanças na produção e na regulação social, conforme Harvey (2012), construindo uma combinação entre as estratégias de produção flexíveis (acumulação flexível) e o neoliberalismo. Reduzir os custos do trabalho por meio da eliminação dos direitos sociais, privatizar serviços públicos essenciais e desregulamentar a atuação do Estado na condução do planejamento econômico se configurou como iniciativas fundamentais do ideário neoliberal que passou a se afirmar em um número crescente de países a partir do final dos anos 1970.

As alternativas neoliberais fracassaram em todo mundo. O discurso de globalização/liberalização da economia como alternativa à crise estrutural se mostrou incapaz tanto na recuperação das taxas de lucro do grande capital quanto no enfrentamento às desigualdades sociais. Ademais, desde a crise de 1970 até os dias atuais, a pretensa autorregulação do mercado mostrou-se incapaz de sustentar-se sem a interferência do Estado, conforme as demandas apresentadas aos governos e bancos públicos para enfrentar a crise econômica mundial de 2008, que havia sido gerada pela impetuosidade desenfreada do capital financeiro.

Não restam dúvidas de que, num cenário de crise econômica, a classe trabalhadora é duramente atingida com a retirada de direitos básicos, com a redução da ação do Estado frente à proteção social e com o desemprego. E quando essa crise ganha uma proporção tão ampla que acomete o meio ambiente, os valores civilizatórios, as instituições democráticas e a cultura política de um país? Longe de se restringir a uma crise na gestão da produção e distribuição de mercadorias, o momento atual (levando em consideração a crise como processo) revela a organização política dos variados setores da vida social, e os embates no âmbito das lutas de classes fazem brotar alternativas históricas que não enfrentam os dilemas de um povo.

Pelo menos nos últimos dez anos temos observado o crescimento do conservadorismo de extrema-direita, capitaneando a insatisfação popular com os efeitos da crise econômica e as respostas insuficientes do projeto neoliberal em todo mundo. Manifestações amplas nos países centrais e periféricos nos indicam preocupação generalizada com a moradia, a previdência, o desemprego, as mudanças climáticas e a miséria. Contradicitoriamente, em alguns países latino-americanos, o segmento mais alinhado economicamente ao grande capital tem aglutinado as angústias populares.

Esses grupos representam a radicalização de uma agenda econômica neoliberal, a “cruzada” ideológica em defesa da família patriarcal e dos valores heterosexistas, machistas e racistas, o enfraquecimento da democracia e da soberania dos países periféricos. Na

tentativa de recompor a hegemonia política, militar, econômica e cultural, o imperialismo estadunidense desempenhou um papel decisivo na desestruturação de experiências progressistas na América Latina por meio de golpes de novo tipo, desestabilizando economias e instituições democráticas destes países se valendo de ações no Judiciário, no Parlamento, nos meios de comunicação burgueses e nas redes sociais.

A realidade internacional interpela diretamente a sociedade brasileira, que passava por frágeis e lentas transformações em direção ao enfrentamento da desigualdade social nos governos petistas. As nossas elites, distantes de um projeto de nação, jamais pensaram em construir ações que pudessem enfrentar esse cenário por dentro, assegurando alguma participação democrática e a nossa soberania nacional. Ao contrário, as elites embarcaram no golpe num contexto em que a crise econômica, política, ambiental e social se apresentava como um empecilho para os seus anseios de ampliação dos lucros, mantendo avanços importantes em áreas sociais e nos direitos trabalhistas.

A crise econômica e política fragilizou a coalização neodesenvolvimentista que sustentou os governos petistas que agregavam numa frente política setores da burguesia interna e da classe trabalhadora, além de uma parcela importante dos movimentos sociais e populares. Sem romper com a política macroeconômica neoliberal, essa frente buscava retomar o crescimento e a produção nacional por meio do incremento do mercado interno e da ampliação dos direitos sociais

dentre os quais se destacam as políticas de transferência de renda, habitação e educação.

Do mesmo modo que esta coalizão não previa enfrentar as tensões explícitas no âmbito das lutas pela reforma agrária e urbana, reforma política, tributária etc., a frente neodesenvolvimentista também não enfrentou seriamente os desdobramentos do racismo e do patriarcado na realidade brasileira. Ainda que refletisse uma parte das demandas políticas dos movimentos sociais, foram tímidas as ações governamentais que buscaram coibir o histórico machista, heterossexista e racista no nosso país.

No que diz respeito às pautas históricas do movimento LGBT, houve um avanço no Executivo, com a construção dos primeiros programas de políticas LGBT e maior espaço na institucionalidade, com a criação de conselhos nacional e estaduais e conferências de políticas públicas, políticas de saúde etc. Foram conquistas importantes do movimento, mas são ações que receberam poucos recursos públicos e duraram pouco tempo. No âmbito do Legislativo, não houve avanço algum, diante de um Congresso Nacional muito conservador e uma oposição “progressista” pouco disposta a assumir a aprovação de novas legislações LGBT.

O Judiciário, notadamente na figura do STF, assegurou alguns direitos reivindicados pelo movimento, como o casamento igualitário, o nome civil das pessoas trans e, mais recentemente, a criminalização das atitudes LGBTfóbicas. As lutas LGBT não cessaram

nos últimos anos. Estavam nas ruas, no interior das organizações políticas e nos movimentos sociais, nas conferências e conselhos de direito, no advocacy, na produção acadêmica-científica, na produção cultural e nas redes sociais. Não é ingenuidade associar a organização política dos setores fundamentalistas como uma resposta aos direitos e à representatividade que o movimento LGBT pouco a pouco conquistou.

Um marco decisivo para a crise dessa frente neodesenvolvimentista pode ser remetido às manifestações de junho de 2013, ocorridas no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. Inicialmente organizadas no campo da esquerda, as manifestações demonstraram a capacidade de mobilização da população capitaneada pelas convocações em massa das redes sociais, que, em poucas semanas, passaram a ser conduzidas por grupos de direita e extrema-direita.

O esgarçamento da crise política, que se instaurava a partir de 2013, gestava o Golpe de 2016 ao evidenciar, diante do contexto de crise econômica no país, as dificuldades de sustentação de uma política de distribuição de renda frente à redução da arrecadação e aumento do desemprego. As alternativas do governo petista frustravam sua própria base social ao mesmo tempo que já se demonstrava incapaz de manter a coalizão com a burguesia interna.

No que concerne às pautas LGBT, dois momentos históricos são significativos do recuo dos governos petistas aos interesses dos setores fundamentalistas. Em 2011, a então presidente Dilma Rousseff vetou o material “Es-

cola sem homofobia”, que vinha sendo produzido pelo Ministério da Educação e especialistas no tema, devido às pressões que sofreu da bancada “evangélica” que ameaçava travar a pauta do Congresso e convocar Antônio Palocci (então ministro da Casa Civil) para prestar esclarecimentos sobre sua evolução patrimonial. O segundo fato está na eleição do deputado Marco Feliciano (PSC) para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), depois de partidos, como o PT e o MDB (à época, ainda PMDB), abrirem mão de cadeiras no colegiado. Uma das principais afrontas aos direitos humanos dos últimos anos, a CDHM, que vinha desenvolvendo um papel proativo, obscureceu com uma composição abertamente LGBT-fóbica que tinha como proposta acolher a fatídica “cura gay” e questionar o conceito de família, que possibilitava, na interpretação do STF, o reconhecimento de uniões homossexuais.

No interior destas condições é gestado o Golpe de 2016, que evidencia a unidade em torno da regressão à ortodoxia do programa neoliberal para o Brasil, mesmo que para isso fosse necessário atropelar as conquistas republicanas e constitucionais da redemocratização e da Carta Magna de 1988. Se aglutinaram os setores conservadores do Congresso, os grandes veículos de comunicação, parcelas expressivas do Judiciário, do Ministério Público, dos militares e das instituições patronais (dos bancos, das indústrias e do agronegócio) e os setores médios da população, que compuseram a massa necessária para as mobilizações

pró-golpe. A elite expressava, mais uma vez, seu caráter antinacional, antipopular e antidemocrático.

O golpe também evidencia as debilidades da esquerda que, à época, não contava com força social capaz de enfrentar o ataque da burguesia e suas instituições. A chegada das forças progressistas ao governo federal não enfrentou, por meio de reformas estruturais, mobilização e consciência popular, os entraves históricos da formação social brasileira. Em suma, o golpe articulou simultaneamente a unidade dos setores subordinados ao capital e a erosão da base social dos governos petistas, agudizado pela incapacidade do projeto neodesenvolvimentista disputar a consciência política das massas.

A pauta LGBT se apresenta objetivamente nestas disputas e, desde as eleições de 2010, tem sido alvo de falsificações absurdas. Um exemplo muito explícito pode ser verificado no significado político do material pedagógico “Escola sem homofobia”. Se, em 2011, o governo optou por ceder sem resistência à bancada evangélica e não construiu nenhum debate com a sociedade brasileira, este material ressurgirá das cinzas como um verdadeiro fantasma, povoando a subjetividade das famílias brasileiras na forma do “kit gay”, fundamental nas eleições do atual presidente Jair Bolsonaro. O governo optou por não disputar a consciência popular em torno do combate à LGBTfobia e consentiu com a bancada fundamentalista que, posteriormente, utilizou o mesmo material para difundir inverdades como forma de angariar votos da população.

Aliás, as eleições de 2018 representaram uma batalha decisiva e imprimiram mais uma vitória para as forças conservadoras. A prisão arbitrária do ex-presidente Lula (candidato à presidência da república), as táticas de disputa ideológica por meio das notícias falsas e do aparato virtual, a difusão dos discursos de ódio aos direitos humanos e aos militantes de esquerda, notadamente aos petistas, marcaram o processo eleitoral viciado e evidenciaram a fragilidade das instituições democráticas (ou, pelo menos, a convivência destas instituições).

A eleição de Jair Bolsonaro inaugurou um ciclo mais regressivo para a classe trabalhadora brasileira e as organizações políticas progressistas, que passaram a ser, cada vez mais, alvo de ataques. O clima de recusa aos movimentos sociais, partidos políticos de esquerda, organizações não governamentais etc. não é algo isolado e tem se generalizado num clima bastante hostil, em especial, para grupos sociais que se encontram mais vulneráveis às violências simbólicas e físicas e que, durante o ciclo neodesenvolvimentista, não logrou conquistas efetivas de Estado. As mulheres, LGBT e negros e negras convivem diuturnamente com a negação dos seus direitos e da sua própria existência. Grupos extremamente fundamentalistas têm realizado um verdadeiro desmonte nos equipamentos públicos que tinham como objetivo prestar ações e serviços para esses grupos.

Avanços institucionais, quando não são aniquilados (exemplo importante diz respeito à extinção de comissões e conselhos de direitos, secretarias e diretorias nos órgãos de governo), são simplesmente entregues

ao ostracismo de uma pasta estéril que sequer é capaz de produzir estudos e propostas reais de ação (como fica explícito nos serviços que cabem ao fatídico Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos).

É nestas condições que a resistência da classe trabalhadora se coloca como única alternativa aos disparates do conluio golpista, neoliberal e fundamentalista. Mais do que nunca é necessário que os sujeitos LGBT se conscientizem e se organizem para reconstruir sua própria existência, que foi duramente vilipendiada durante as eleições. Para isso, é necessário afirmar que não há alterativa fora das lutas de classes. Não se constrói resistência LGBT ignorando as disputas por projetos societários que se apresentam na conjuntura atual. A luta LGBT tem um caráter de classe. No capitalismo dependente, a luta LGBT é marcadamente uma luta popular que envolve a recusa à estrutura patriarcal, capitalista e racista da formação social brasileira e a busca por afirmação dos direitos civis, políticos e sociais dessa parcela da sociedade. Antes de aprofundar essa questão, contudo, vamos mostrar alguns dados que compõem a nossa realidade.

REALIDADE BRASILEIRA: ALGUNS DADOS

Nos primeiros capítulos, procuramos evidenciar alguns traços estruturantes das formas de dominação-exploração que fazem parte da nossa constituição como sociedade. Nessa seção, faremos um exercício

de apreensão de alguns dados sobre as desigualdades sociais que expressam o traço capitalista, racista e patriarcal na vida de brasileiras e brasileiros, em especial das mulheres e de LGBT. A análise das hierarquias geradas pela hegemonia racista capitalista e patriarcal, que guardam as inquietações e resistências a ela, nos permite buscar as relações estruturais que fundamentam essas manifestações concretas na conjuntura atual.

Tomemos como exemplo a violência contra as mulheres e LGBT no Brasil. Uma abordagem qualitativa e quantitativa da violência evidencia o crescimento da letalidade contra esses dois grupos sociais. O *Atlas da Violência*, Ipea, 2019, no âmbito da violência contra a mulher, expõe registros de assassinatos de mulheres numa série histórica de 2007 a 2017, e aponta que 2017 foi o ano recorde de letalidade (4.936 mulheres assassinadas, o que corresponde a 13 por dia).

Nesses dez anos, os dados também exibem um crescimento de 29,9% no assassinato de mulheres negras e 4,5% de mulheres brancas. “Em números absolutos, a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras é de 60,5%” (*Atlas da Violência*, 2019, p. 38), o que nos indica as perversas associações entre patriarcado e racismo. Esta pesquisa também revela que, se considerarmos apenas os assassinatos em que se tem certeza do local do crime, 39,3% destes aconteceram dentro da residência da vítima, o que denota que estes crimes são cometidos pelos próprios cônjuges. A pesquisa

também aponta que, entre 2012 e 2017, cresceu em 171% o número de mulheres assassinadas em casa, e no mesmo período houve uma redução de 3,3% nos homicídios fora de casa. Chama atenção para o crescimento dos assassinatos de mulheres em casa por arma de fogo, pois, nos últimos dez anos, os casos cresceram em 29,8%. Esse cenário nos indica que o feminicídio é uma realidade que urge ser enfrentada no Brasil.

A violência contra LGBT no Brasil também demarca a brutalidade das relações patriarcais. Embora não haja estatística de Estado, produzida por meio de dados oficiais que envolvem o sistema de saúde e judiciário, os movimentos sociais como o Grupo Gay da Bahia (GGB) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) realizam levantamentos sistemáticos sobre a realidade dos assassinatos contra essa população. Atitude que tem sido fundamental na denúncia dos crimes de ódio e da utilização de crueldades e tortura, evidenciando sem pestanejar o caráter LGBTfóbico destes homicídios. Na tabela 1, a seguir, podemos perceber o crescimento dos assassinatos, entre 2008 e 2018.

Os números assustam e as organizações do movimento LGBT explicitam que no Brasil há mais assassinatos de homossexuais do que nos países em que esta prática é criminalizada com pena de morte. Os números levantados pelo GGB e pela Antra colocam o Brasil na primeira posição entre os países que mais matam pessoas transexuais e travestis. Estes dados, obtidos especialmente a partir das informações jour-

lísticas, evidenciam que os homicídios são projetados pelo agressor que, comumente, utiliza-se de formas de tortura e estupro das vítimas.

Tabela 1 – Número de homicídios de LGBT (2008/2018)

Ano	Número de homicídios
2008	187
2009	199
2010	260
2011	266
2012	338
2013	314
2014	320
2015	319
2016	343
2017	445
2018	420
Total	3.411

Fonte: Relatórios do Grupo Gay da Bahia (GGB)

O *Mapa da Violência Contra a Mulher* sistematizou 32.916 casos de estupro no Brasil apenas em 2018. Este dado é ainda mais estarrecedor quando a pesquisa expõe que 43% das vítimas possuem até 14 anos de idade, que há 4% de mulheres idosas, que a maioria dos agressores é companheiro e/ou familiar destas meninas/mulheres (49,8%) e que 15,3% dos estupradores são pessoas conhecidas da família das vítimas.

A violência patriarcal também carrega consigo um componente heterossexualista que não pode ser invisibilizado. O heterossexismo opera a partir do controle do

corpo das mulheres e das pessoas LGBT. Os estupros, torturas e assassinatos de mulheres e de LGBT praticados por homens heterossexuais formam a face mais espontânea da masculinidade que o patriarcado necessita forjar diariamente: um homem capaz de romper as fronteiras da civilização para assegurar seus desejos, seus medos e, por que não, o seu poder de “macho”.

As desigualdades também se manifestam no campo da educação. A pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil, realizada em 2015, expõe como as relações patriarcais segregam as pessoas num ambiente que deveria cultivar o respeito e valorizar a diversidade. Os dados indicam que 60% dos/as jovens e adolescentes LGBT se sentem inseguros no ambiente escolar em função de sua orientação sexual. E 48% destas pessoas relatam que ouviam com frequências comentários pejorativos proferidos pelos seus colegas. Os índices de agressão verbal/física e de assédio sexual na escola são alarmantes:

73% foram agredidos/as verbalmente por causa de sua orientação sexual, 68% foram agredidos/as verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero, 27% dos/das estudantes LGBT foram agredidos/as fisicamente por causa de sua orientação sexual, 25% foram agredidos/as fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero [e] 56% dos/das estudantes LGBT foram assediados/as sexualmente na escola. (ABGLT, 2016, p. 19)

A violência neste espaço impacta diretamente no ensino-aprendizagem e na sociabilidade desses jovens

e adolescentes. A ausência de amparo profissional e familiar os expõe ao aumento de faltas, à redução do aproveitamento, ao adoecimento, ao sofrimento pelo medo e a doenças como depressão. A escola pode se tornar um espaço de inúmeras violações, uma vez que não há formação docente e diálogo amplo e fraterno com o conjunto dos estudantes visando construir ações de respeito à diversidade sexual e de gênero. Não por acaso, como revela uma pesquisa realizada, entre 2008 e 2009, pela Fundação Perseu Abramo com LGBT de todas as regiões do Brasil, 59% dos sujeitos indicam que a educação deveria ser a área prioritária para combater a LGBTfobia no país (Venturi; Bokany, 2011, p. 227).

No mundo do trabalho, a consultoria “Santo Caos” revelou, em 2015, que 40% dos entrevistados já sofreram alguma discriminação no exercício de sua atividade profissional. Evidentemente que nenhuma pesquisa jamais ousou indagar se os trabalhadores heterossexuais haviam sofrido alguma forma de discriminação no seu ambiente de trabalho. Ademais, constatou que 90% das pessoas que “assumem” a orientação sexual a fazem com colegas de mesma hierarquia. A Antra tem sido uma organização de destaque ao denunciar que maioria explícita de mulheres trans e travestis tem encontrado a prostituição como o caminho mais viável para reproduzir a vida material. Estas, na maior parte das vezes, estão sujeitas a violências, à ausência de acesso à educação, saúde e direitos previdenciários. Cabe ressaltar que

ainda é urgente ampliar os estudos e pesquisas que considerem a orientação sexual e a identidade de gênero no mundo do trabalho.

As mulheres também têm sua experiência na produção da vida material atravessada pela dinâmica da divisão sexual do trabalho. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2016, conforme boletim do IBGE (2018), identificou que as mulheres possuem um rendimento inferior, sendo a remuneração média dos homens R\$2.306,00 e das mulheres, R\$1.764,00. O fosso salarial se torna ainda mais evidente, pois as mulheres são a maioria das pessoas com ensino superior completo. Mesmo com uma média de qualificação superior, as mulheres ocupam apenas 39,1% dos cargos gerenciais contra 60,9% dos cargos ocupados por homens.

As desigualdades no mundo do trabalho também se fazem presentes no âmbito do lar. Em média, as mulheres dedicam 18,1 horas semanais para o trabalho doméstico, enquanto os homens, apenas 10,5 horas semanais (IBGE, 2016). Devido ao tempo dedicado ao trabalho reprodutivo, muitas mulheres assumem trabalhos por tempo parcial para conciliar com as demandas familiares: 28% das mulheres e 14,1% dos homens, ou seja, o trabalho parcial/flexível tem o rosto das mulheres. Quando agregamos o fator étnico-racial também percebemos que o número de mulheres negras é superior, sendo 25% das mulheres brancas e 31,3% das mulheres negras economicamente ativas.

Os dados levantados até aqui, ainda que parciais, nos indicam que as desigualdades de gênero, sexualidade, raça-etnia e classe social se articulam e produzem uma realidade complexa que exige respostas igualmente complexas para que seja possível vislumbrar uma alternativa às amarras do capitalismo. A compreensão desse processo histórico de construção de uma hegemonia patriarcal (capitalista e racista) atravessa o campo da sexualidade. A seguir, discutiremos o projeto popular como alternativa política anti-capitalista pautada nos movimentos sociais e populares, bem como a relação desse projeto com a questão da diversidade sexual e de gênero.

O PROJETO POPULAR PARA O BRASIL E AS LUTAS LGBT

A revolução brasileira não será um desdobramento acidental das lutas de classes no país. Ao contrário, exigirá formação, organização e lutas que possam impulsionar a “tomada do poder” (LENIN, 2010). Embora saibamos que uma revolução exige um compromisso com a internacionalização das lutas proletárias, – conforme Marx e Engels (2010) já indicavam – acreditamos que a construção de um processo de tamanha envergadura exige, também, apostar na internacionalização e no fortalecimento de outras lutas sociais que se desenvolveram em nossa história, como as lutas LGBT, feminista, antirracista, indígena, agroecológica e outras.

A construção de uma revolução de caráter socialista não pode prescindir dos desafios nacionais, democráticos e populares. Essa questão fica ainda mais evidente quando levamos em consideração que a nossa transição ao capitalismo se deu pela via “não clássica” e que a burguesia que se forjou em nosso país não cumpriu um papel revolucionário nem suplantou a herança do escravismo colonial.

As tarefas nacionais, democráticas e populares que se apresentam na realidade brasileira – embora não sejam, de início, anticapitalistas numa acepção da via clássica europeia – mostram-se radicalmente incompatíveis com o capitalismo periférico. Portanto, as lutas por bandeiras como a da reforma agrária, urbana, tributária, educacional etc. só podem ter êxito na realidade brasileira se houver um embate direto entre classes com objetivo de tomar o poder das mãos da burguesia. A luta revolucionária no Brasil exige reconhecer que não haverá socialismo sem que essas tarefas nacionais, democráticas e populares sejam enfrentadas e, ao mesmo tempo, a realização delas só será possível com o próprio socialismo.

O povo brasileiro não se forjou apático aos seus dilemas históricos. As lutas dos indígenas, dos negros e negras, do operariado, do movimento estudantil, de camponeses, das mulheres e das LGBT sempre se apresentaram como sinais claros de que a única via possível para construir uma nação para o seu próprio povo é a resistência. Reconhecendo todo o legado das lutas travadas em nosso país, muitos movimentos

populares que acreditam na construção da revolução têm se desafiado a construir o *Projeto Popular* para o Brasil.

Chamamos de *Projeto Popular* para o Brasil o processo de construção de força social protagonizado pelo povo brasileiro no qual é mobilizado todo seu potencial produtivo e criativo com a finalidade de lograr a superação das relações de opressão do modo de produção capitalista. As transformações que vão ao encontro dos anseios do povo brasileiro não virão da solução “pelo alto”, por atos ou decretos, muito menos por ações da elite subserviente. Só o povo brasileiro possui a capacidade de enfrentar as entranhas racistas, patriarcais e capitalistas dependentes de nossa formação social. E apenas com o enfrentamento desses entraves históricos poderemos vislumbrar uma sociedade justa e igualitária, na qual não haja nenhuma forma de arbítrio e opressão em decorrência da raça/etnia, da orientação sexual e da identidade de gênero. Esse projeto sugere a viabilidade de uma sociedade sem classes sociais na qual o trabalho não será submetido ao ritmo alienante das relações sociais capitalistas. Ao contrário, possibilitará a fruição de toda forma de criatividade e diversidade.

Nos últimos anos, inúmeras organizações populares têm se desafiado a formular respostas aos dilemas do nosso povo, construir força social, trabalho de base e muitas lutas contra as ofensivas do capital. Podemos destacar a atuação de movimentos como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento

dos Atingidos por Barragens (MAB), Consulta Popular, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Levante Popular da Juventude, Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

Alguns destes movimentos atuam há mais de 30 anos em defesa da classe trabalhadora brasileira. Resguardadas as particularidades da trajetória de cada um, a atuação dessas organizações tem como objetivo construir força social capaz de produzir um salto de qualidade nas lutas de classes, no Brasil, em prol da classe trabalhadora. Batalhas que envolvem a denúncia ao imperialismo, ao capital, ao agronegócio, aos setores fundamentalistas, aos bancos e a construção de ações objetivas e subjetivas que estimulem a luta e fortaleçam as organizações populares de maneira autônoma.

Estas organizações também se desafiaram no último período a construir ações internas e externas que enfrentassem a LGBTfobia. A preocupação fundamental remetia ao papel das lutas LGBT na construção da revolução brasileira. Com isso, desencadeou-se uma série de iniciativas que procuraram evidenciar esta pauta na construção da estratégia e da tática destas organizações. Noutros termos, qual o papel da luta LGBT na estratégia revolucionária? Nenhuma iniciativa poderia exaurir esta indagação. No entanto, todo o esforço que se realiza no campo do projeto popular procura ir ao encontro desta inquietação.

A luta pelo respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero tem uma projeção histórica no campo da esquerda e, mesmo com os dilemas de algumas experiências revolucionárias, o espaço de politização do significado da emancipação do proletariado sempre teve de lidar com a complexidade que exige falar de “superação das opressões”. As pautas feministas, antirracistas e contrárias à LGBTfobia foram galgando espaços importantes, desde o feminismo socialista no fim do século XIX às expressões recentes de organização destes sujeitos nos partidos políticos e movimentos sociais.

A partir de 2011, jovens militantes e dirigentes passam a encampar ações de formação interna e articulação entre estes movimentos para debater gênero e sexualidade. Havia um dado evidente e irreversível: a presença cada vez mais significativa de LGBT dentro destas organizações. No entanto, apenas a presença silenciosa já não era mais possível. Ao contrário, foi necessário forjar a construção de uma identidade política destes sujeitos que reverberasse na formação, na organização e nas lutas travadas.

A formação de uma identidade política do militante LGBT no interior dos movimentos populares também vem acompanhada de um despertar da consciência que passa a identificar a LGBTfobia na estrutura das relações de poder, que tem repercuções na vida destas pessoas, na sua autoestima e na própria dinâmica destas organizações. Nenhum militante LGBT se entregará à luta popular se a sua forma de ser no mundo

não for respeitada, acolhida e tratada com a devida isonomia. Ampliado o respeito às inúmeras formas de orientação sexual e identidade de gênero, a tendência é de crescimento da base social dos movimentos populares.

A unidade interna entre os/as sujeitos/as LGBT do campo do projeto popular propiciou que os debates de uma determinada organização não se restringissem a ela. Essa articulação foi se tornando cada vez mais evidente a partir de 2014/2015, especialmente entre o MST, o Levante Popular da Juventude e a Consulta Popular. São sinalizações importantes: a construção permanente de cursos de formação política para LGBT, os debates travados nas instâncias de direção, as ações de agitação e propaganda construídas, a participação nas lutas e paradas LGBT e a construção de espaços na organicidade interna destes movimentos.

A preocupação com a construção da revolução brasileira exige que a militância do campo do projeto popular compreenda que as lutas em torno da diversidade sexual, étnico-racial e de gênero incidem na estratégia e na tática destas organizações. Por isso, as ações realizadas não estão segmentadas, ao contrário, realizam-se por meio de decisões das instâncias de direção coletiva, das formações junto às bases e nas campanhas públicas que atingem outros grupos sociais. Podemos afirmar que a construção da pauta da diversidade sexual e da identidade de gênero produz significativos deslocamentos nas lutas, na formação e na organização destes movimentos.

O uso da simbologia LGBT (bandeiras, livros, memória de lutadores/as, poesias e músicas) se tornou cada vez mais frequente nestes movimentos. Não restritas aos símbolos, estas organizações passaram a participar das “Paradas LGBT”, das conferências e conselhos de direitos, nas mobilizações em bairros e universidades. O caráter popular desta luta fica explícito desde a construção da Parada LGBT de Felipe Camarão em Natal/RN, pelo Levante Popular da Juventude, aos debates sobre diversidade sexual nas marchas, assentamentos e acampamentos do MST. É a luta pela segurança, educação, saúde e cultura dos LGBT pobres, jovens, negros/as, periféricos, do campo e dos atingidos e atingidas pelos grandes empreendimentos do capital que se tornam alvo de preocupação dessas organizações.

A construção da visibilidade da pauta LGBT, dentro e fora dessas organizações, acompanha a ampliação do debate interno, da formação política, do estudo de temas centrais para compreensão da diversidade sexual e de gênero. Uma marca central desse processo de investigação da realidade brasileira está assentada no estudo do acúmulo do feminismo, em especial lés-bico. O estudo da sexualidade não se faz apartado das relações patriarcais que cristalizam a nossa formação social. Essa perspectiva de análise é um legado da luta que as mulheres do projeto popular acumularam ao longo de anos sobre o papel do patriarcado para a estruturação do capitalismo no Brasil. Uma contribuição relevante dos/as sujeitos/as LGBT que atuam nos

movimentos populares consiste no acúmulo do debate sobre a dimensão heterossexualista do patriarcado, identificando como essa relação de exploração-dominação das mulheres precisa se valer do controle da sexualidade humana.

No âmbito da organização é possível verificar três ações. A primeira se refere à construção de um espaço (coletivo, setor) para acumular e propor ações sobre a pauta. A segunda se refere ao envolvimento cada vez maior de sujeitos LGBT nas direções destas organizações. Por fim, a construção de encontros setoriais, seminários e plenárias auto-organizadas de LGBT destas organizações com o objetivo de avançar no debate interno. Cabe ressaltar a importância da articulação que militantes LGBT vêm construindo tanto entre o próprio campo político quanto em relação ao movimento LGBT.

Alguns instrumentos políticos cumpriram um papel crucial na articulação dos sujeitos LGBT do campo popular. A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) oportunizou formação e articulação política dos diversos sujeitos que passaram por este espaço. Os cursos de formação destinados a militantes de diversos países foram um momento primoroso de troca de experiências. O jornal *Brasil de Fato* também cumpriu um papel decisivo. O veículo de comunicação passou a tematizar a questão LGBT com maior vigor, oportunizou à militância sugerir temas para reportagens, publicação de artigos de opinião e cobertura de lutas LGBT ao longo do país. Por fim, a Editora Expressão

Popular cumpriu (e ainda cumpre) um papel decisivo na batalha das ideias ao abrir espaço para publicações com as temáticas da diversidade sexual e de gênero. O marco dessa importante articulação, sem dúvidas, é a construção do livro *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil*, publicado em 2018, como síntese ampla de diversos debates que a militância buscava acumular desde o início de seu processo de articulação.

É importante evidenciar que este processo ocorre exatamente numa conjuntura marcada pelo avanço conservador no Brasil. Neste sentido, incrementar a luta LGBT com a atuação dos movimentos populares se constitui como um importante salto de qualidade que tem sido reconhecido por inúmeras organizações LGBT brasileiras. Ao mesmo tempo, esse processo reitera o compromisso com a superação das opressões que atravessam a vida das pessoas LGBT, pois a construção do Projeto Popular para o Brasil não pode ser conivente com essa forma grotesca de segregação dos sujeitos em virtude da sua orientação sexual e identidade de gênero, e deve compreender a classe trabalhadora em sua diversidade.

Devemos, inclusive, ir além no nosso Projeto Popular, ao reconhecer que as lutas LGBT expressam uma recusa ao patriarcado que se imbricou ao capitalismo e ao racismo. Afirmar a diversidade sexual e a livre identidade de gênero é uma exigência para fortalecer uma perspectiva revolucionária no Brasil. Não há revolução sem enfrentamento às estruturas do siste-

ma capitalista-racista-patriarcal. Qualquer modificação na estrutura de poder deverá forjar um modo de vida que não seja pautado na propriedade privada, no racismo, na divisão sexual do trabalho e no hetero-sexismo como elementos que estruturam a dinâmica da produção e reprodução social na atual sociedade. As lutas antipatriarcal e antirracista não podem ser postergadas, pois seu respectivo avanço cumpre um papel estratégico fundamental na construção e no triunfo da revolução brasileira.



DIVERSIDADE
SEXUAL E DE
GÊNERO, REVOLUÇÃO
E SOCIALISMO

FALAR EM CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SOCIEDADE A PARTIR DE UMA profunda transformação social e política, atualmente, pode significar muitas coisas. Ao longo do século XX, muitas lutas e movimentos surgiram trazendo novas reivindicações e propostas de mudança política. Atualmente, é impossível uma revolução social e política sem pensar em um processo de enfrentamento sério às desigualdades de gênero, de sexualidade e de raça/etnia, além de outras questões, e sem construir um profundo processo de democratização das diversas dimensões da vida social.

Entretanto, mais do que nunca, é necessário enfrentar com radicalidade as relações assimétricas de classe, a exploração econômica e a violência contra as classes subalternas. O capitalismo neoliberal impõe um contexto em que a hegemonia do capital financeiro provoca sucessivas crises e acelera a concentração econômica e o empobrecimento das classes trabalhadoras. Vivemos em uma era na qual nunca o mundo foi tão rico e a riqueza tão concentrada, o que abre sempre a possibilidade de acirramento das crises e dos conflitos sociais, de guerras e de aprofundamento da barbárie.

Na América Latina, a onda de golpes de Estado que se reascendeu no século XXI para afastar governos progressistas e de esquerda mostrou que as classes dominantes da região não suportam a ideia de um capitalismo “reformado”, isto é, uma economia de mercado combinada com certas políticas de bem-estar

social. Ao contrário, o capitalismo latino-americano apenas se desenvolve diante do processo de espoliação das culturas e dos povos tradicionais, da exploração do trabalho e da concentração alarmante da renda e de capital.

No Brasil, o projeto neodesenvolvimentista implementado pelos governos petistas não foi uma ruptura com o projeto neoliberal herdado do período do governo Fernando Henrique Cardoso, mas ao modificar pontos importantes das políticas econômicas e sociais, e dado o histórico de desigualdade e marginalização social no país, reverberou em uma mudança importante nas condições de vida das classes trabalhadoras mais pobres – o que alguns marxistas denominam de subproletariado. Ao mesmo tempo, os governos petistas (na maior parte do tempo) acabaram segurando contrarreformas neoliberais mais profundas que retirassem direitos sociais e trabalhistas, contiveram as privatizações das empresas públicas e ampliaram o gasto com políticas sociais. E quando o governo Dilma Rousseff tentou controlar e abaixar a taxa de juros – que de tão elevada no Brasil servia para transferir a riqueza social para o capital financeiro – a resposta das “elites” econômicas foi o Golpe de 2016. Para elas, não há projeto político-econômico possível que não seja o neoliberal “ortodoxo”, organizado a partir da hegemonia financeira. Para elas, não importa se o projeto será implementado via regime ditatorial ou via regime democrático-liberal, mas apenas a sua implementação.

O conjunto dessas questões pesa sobre as costas de cada habitante não só do Brasil, mas de toda a América Latina, ainda que não tenha consciência disso. O que está em jogo, nesse momento, é o futuro de nossos países, nossas economias, nossos regimes políticos e Estados. E é fundamental que o movimento e a própria população LGBT se coloquem como tal e questionem o seu “lugar” e “papel” nesse processo político. E há várias razões para isso. Em primeiro lugar, em um momento de instabilidade política sempre é possível a construção de ditaduras, a despeito da vontade da maioria das populações. E a história mostra que a repressão da diversidade sexual e de gênero é uma das formas privilegiadas de disciplinar essas populações. Precisamos ter em mente que a liberdade que importa às classes dominantes é a liberdade econômica do capital. A depender do contexto histórico, as outras formas de liberdades são totalmente negociáveis.

Ao mesmo tempo, as classes dominantes bloqueiam a construção de relações cotidianas mais igualitárias e a democratização radical das instituições políticas (e o consequente aumento da participação popular nas definições políticas). E isso é tão mais forte na medida em que o governo e o Estado, na busca por gerir a sociedade e os conflitos que a constituem, dependem do desenvolvimento econômico capitalista e acabam, com isso, refém dos interesses e valores das classes capitalistas, sobretudo de sua fração hegemônica. O que torna a luta por políticas sociais que miram diferentes problemas como os de classe, raça, gênero, sexualida-

de, geração etc. muito mais difícil. Só em contextos específicos são colocados como prioritários frente aos interesses do capital que, de longe, abocanha a maior parte da riqueza social e (proporcionalmente) a maior parte dos recursos públicos.

E, dado o tamanho da desigualdade econômica no Brasil e na América Latina, é possível afirmar que a maioria das pessoas LGBT pertence às classes trabalhadoras. Presentes nas camadas mais pauperizadas e vulneráveis até nas camadas “médias” da sociedade, as/os trabalhadoras/es LGBT, a despeito das grandes diferenças de renda, estão sob as mesmas condições que o restante de sua classe: a necessidade de vender sua força de trabalho para existir e se reproduzir ficando, com isso, econômica e politicamente subjugados à dinâmica do capital. Para se ter uma ideia, no Brasil, um dos países mais ricos e desiguais do nosso subcontinente, em 2018, 60% da população trabalhadora recebeu menos que um salário-mínimo. E isso em uma economia em que o salário-mínimo é extremamente baixo e precisaria mais do que dobrá-lo para cumprir seu dever constitucional de garantir o “mínimo” necessário para a subsistência do/a trabalhador/a e de sua família.

E assim como acontece com o machismo e o racismo, a LGBTfobia permite ao capital superexplorar uma parcela de trabalhadoras e trabalhadores aos quais lhe são negados certos empregos e cargos, sobretudo para aquelas/es que rompem com as normas de gênero de maneira mais escancarada. Travestis,

transexuais, lésbicas masculinizadas, gays afeminados, pessoas não binárias são, muitas vezes, direcionadas/os para exercer trabalhos precários e/ou informais, o que as/os tornam mais vulneráveis aos ditames dos empregadores e cria dificuldades para resistir à exploração. O assédio moral que se constitui como LGBTfobia, muitas vezes, vem de patrões e mesmo de colegas de trabalho. Na população de rua, as pessoas LGBT têm dificuldades de permanecer em abrigos ou a acessar ao SUS devido ao preconceito e à violência.

As facetas do capital vêm absorvendo e se apropriando das pautas raciais, feministas e da diversidade sexual e de gênero, tudo isto da forma mais sutil e racional possível: veiculando a suposta superação das violências e protagonizando a circulação de campanhas de “igualdade”, “respeito” e “apoio” pelas grandes empresas, ao construírem nichos de mercado específicos para esta população. Porém, este movimento, dialeticamente, é, em parte, fruto das lutas, mas, por outro lado, é uma reinvenção da dominação ideológica capitalista que se apropria das subjetividades para exploração e dominação.

Isso nos leva a fazer outros questionamentos: que sociedade, nós LGBT, defendemos? Que liberdade e que igualdade queremos? Desejamos apenas nos integrar à sociedade sem questionar o conjunto das relações de poder? Ou devemos defender uma noção ampla de liberdade e de igualdade que nos desperte para enfrentar outras injustiças e opressões? Basta fazer com que a diversidade sexual e de gênero seja

aceita na sociedade e nas diversas classes sociais? Basta que mulheres e homens ou transexuais e cisgêneros tenham concretamente os mesmos direitos? A negativa a essas indagações deve ser fundamentada não apenas no fato de que as desigualdades de classe e de raça tendem a reproduzir as desigualdades de gênero e de sexualidade, pois é imprescindível também se posicionar sobre essas desigualdades que estruturam o social. E defender as mudanças sociais necessárias diante da compreensão de que as classes sociais e a construção de raças, do gênero e da sexualidade não são naturais, mas fatos históricos.

Ao mesmo tempo, a incapacidade do capitalismo de resolver esses dilemas sociais fortalece a necessidade de propor a construção de uma nova sociedade, capaz de cancelar os elementos que geram as condições econômicas e políticas que perpetuam esse quadro de tensão, miséria e desigualdade. Isso requer, uma vez mais, pensarmos em um novo modo de produção e de reprodução social e uma nova forma política que supere o Estado liberal e a democracia formal. Mas essa sociedade – se olharmos para os exemplos que temos na história – apenas se constituiria diante de um processo de revolução social e política.

Há um grande aparato institucional que defende os interesses e valores das classes e grupos dominantes que não estão dispostos a abrir mão de seus privilégios. Com isso, um momento de revolução é necessariamente um processo contraditório e contingente. Não existe receita para iniciar o processo ou previsi-

bilidade de como disputá-lo. É um momento em que muitas lutas e reivindicações se multiplicam, se articulam, se contradizem e disputam a mudança política. Além disso, não se sabe qual conflito ou conjunto de conflitos vai iniciar uma etapa de revolução.

Esse entendimento deve estar na base da ação dos partidos e movimentos sociais marxistas que se lançaram na luta LGBT. Contudo, esse processo de assumir essa pauta não deve se concretizar como uma forma de instrumentalização dessa luta para a revolução socialista, mas para fazer dessa luta parte da própria revolução. E é preciso cautela e formação política para que essa instrumentalização não aconteça. Assumir a pauta da diversidade sexual e de gênero se trata, antes de tudo, de um posicionamento político e de um entendimento da sexualidade e do gênero como categorias históricas. E isso significa se apropriar desse entendimento e transformá-lo em prática cotidiana; questionar as crenças e as práticas conservadoras; desconstruir o machismo e a LGBTfobia presente na relação entre os/as militantes; não secundarizar nem menosprezar as pautas não classistas. Ainda que isso traga outras dificuldades, é preciso assumir a pauta LGBT e a feminista tentando efetivá-las hoje. Militantes e organizações devem dar o exemplo pedagógico e ousar se constituírem portadores de relações concretas de igualdade e de liberdade.

Cabe ao conjunto do movimento socialista se posicionar e ser ele próprio um agente político ativo da luta feminista e LGBT. Mais do que antes, é preciso

ter a certeza de que, mesmo diante da magnitude de nossos desafios e do avanço predatório do capital sobre o trabalho e a natureza, a construção de uma sociedade socialista não é um fim em si mesma. E ela nunca foi. Não se, pelo menos, tomarmos a obra de Marx, para quem a socialização dos meios de produção sempre foi uma forma de superar de vez o “império da necessidade” constituindo as condições para erguer o “reino da liberdade”, isto é, uma sociedade em que cada indivíduo tem a possibilidade de desenvolver suas potencialidades, sobretudo fora do trabalho produtivo. No livro III d’*O capital*, defende a liberdade, no domínio do trabalho, como a liberdade dos produtores associados de regular racionalmente

seu metabolismo com a natureza, submetendo-o a seu controle coletivo, em vez de serem dominados por ele como por um poder cego; que o façam com o mínimo emprego de forças possível e sob as condições mais dignas e em conformidade com sua natureza humana. Mas este continua a sempre ser o reino da necessidade. Além dele é o que tem início o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, que, no entanto, só pode florescer tendo com base aquele reino da necessidade. (Marx, 2017, p. 883)

Nesse sentido, Marx estava preocupado em estabelecer as condições materiais objetivas e necessárias que permitissem a construção de uma sociedade fundada na liberdade de subjetividades. Conforme Eagleton, Marx entendia liberdade como “uma espécie

de superabundância criadora que, precisamente porque excede o que é materialmente essencial, escapa por definição a qualquer medida material e acaba por só poder ser avaliada pelo seu próprio padrão” (Eagleton, 1999, p. 10). A questão colocada por Marx era fundar um modo de produção para que as pessoas, tendo garantido suas condições de existência, tivessem de fato possibilidade de desenvolver suas potencialidades em suas múltiplas dimensões (artística, intelectual, física, afetiva etc.). Hoje, contudo, a noção de liberdade foi enriquecida, pois abrange também a liberdade de prática sexual e de expressão de gênero; a liberdade criada a partir da igualdade racial e de gênero; a liberdade de se constituir como ser social.

A ação política marxista requer também investir na reflexão teórica. Falar em termos como Estado socialista, coletivização dos meios de produção, associação dos/as trabalhadores/as livres etc. significa falar também de outras coisas. Afinal, é importante indagar: quais os limites do projeto de emancipação que não coloca em xeque as relações patriarciais de gênero? Ou que não encara o racismo arraigado na formação social brasileira? Bem como, qual transformação é possível num processo de mudança do modo de produção sem modificar os fundamentos do modo de reprodução, responsável pelo controle e recomposição dos elementos que asseguram o funcionamento da produção capitalista?

A ruptura com o capitalismo deve ser encarada como uma tarefa complexa e, a um só tempo, uma

revolução econômica, política e cultural. Um processo que deve subverter as formas variadas de exploração e de opressão, de injustiça e discriminação. No caso brasileiro, há o desafio de embate contra a naturalização da violência, que está fortemente impressa em nossas relações sociais e cujo cerne encontra-se em nossa particularidade: a colonização com base na propriedade privada, da terra e dos corpos.

A violência aqui tem origem estrutural, fundamentando-se no racismo, no patriarcado, no heterossexismo e no capitalismo. Ela extermina grupos subalternos de diversas formas: quando a base econômica se apoia na expropriação e exploração dos bens naturais e de trabalhadores/as; quando a economia ainda é movida pelo agronegócio, que concentra a terra e envenena as pessoas; mata com a indústria farmacêutica química sintética e a supermedicamentalização dos corpos e da mente; mata em função do modelo de mineração, soterrando de lama o povo brasileiro; quando políticas públicas são retiradas ou com a privatização da saúde e educação públicas; mata quando desapropria trabalhadores/as e não permite o acesso à água, à moradia, à terra; quando entrega a soberania do seu território, privatiza e entrega seus bens minerais; quando o genocídio e encarceramento da população negra continuam; quando o machismo e a LGBTfobia operam no cotidiano como “normalidade”.

Romper com esses processos requer a construção de outra sociedade. Daí a necessidade de resgatar o “espírito” da quilombagem e sua radicalidade na des-

tituição dos costumes e interesses patriarciais brancos e na reorganização da sociedade e da família em outros formatos. Precisamos descartar os valores da colonização: a propriedade privada da terra, dos corpos e dos meios de produção; a apropriação do trabalho das mulheres e subalternização de negros/as e LGBT. Mas, acreditamos que devemos recuperar a perspectiva da quilombagem sem desconsiderar as lutas sociais que atualmente integram ativamente o nosso contexto.

É nesse sentido que se reafirma a necessidade de não apenas resistir ao capitalismo. Mas, principalmente, de avançar na disputa ao direcionar nossos esforços à revolução social e à construção de um *socialismo democrático e popular*, um novo modo de produção e reprodução social não mais assentado na desigualdade e na violência. E, sim, fundamentado na riqueza do trabalho, na associação livre, na liberdade do corpo, na diversidade cultural, na solidariedade política e na cooperação social.

REFERÊNCIAS

- ABGLT. *Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais.* Curitiba: ABGLT, 2016.
- ADOVASIO, J. M; SOFFER, Olga; PAGE, Jake. *O sexo invisível.* Rio de Janeiro: Record, 2009.
- Alô, alô, classe operária: e o paraíso nada? *Lampião da Esquina, Ano 2, n.14.* Rio de Janeiro, p. 9-11, jul./1979. Disponível em: <<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/18-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-14-JULHO-1979.pdf>> Acesso em: set. 2019.
- Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA). Disponível em: <https://ilga.org/downloads/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2019.pdf> Acesso em: dez. 2019.
- ASSUNÇÃO, I. "Heterossexismo, patriarcado e diversidade sexual", in: NOGUEIRA, L; HILÁRIO, E; PAZ, T. T.; MARRO, K. (orgs.). *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil.* São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- BERNSTEIN, E. *O julgamento de uma relação sexual anormal.* (trad. de Marcos Silva) Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/artigos/bernstein-e-a-homofobia-por-marcos-silva/>>. Acesso em: set. 2019.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise.* São Paulo: Boitempo, 1999, p. 143-162.

- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: História e crítica de um pre-conceito*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Mapa da violência contra a mulher*. Brasília: Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, 2018.
- COLLINS, Patrícia Hill. "Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão", in: MORENO, Renata (org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015.
- D'EMILIO, J. "Capitalism and gay identity", in: SNITOW, A. et al. *Powers of desire: the politics of sexuality*. New York: Monthly Review Press, 1983.
- DEVREUX, Anne-Marie. "A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina", in: *Cadernos de Crítica Feminista*. Ano V, n. 4, dez. 2011.
- DRUCKER, Peter. A normalidade gay e a transformação queer. *Cadernos Cemarx*, n. 10, 2017.
- DUGGAN, L. "The new homonormativity: the sexual politics of neoliberalism", in: CASTRONOVO, Russ e NELSON, Dana. *Materializing democracy: toward a revitalized cultural politics*. Londres: Duke University Press, 2002.
- EAGLETON, Terry. *Marx e a liberdade*. São Paulo: Unesp, 1999.
- ENGELS, F. "Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem", in: ANTUNES, Ricardo (org.). A

- dialética do trabalho: Escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FABBRI, L. "Um olhar feminista sobre o sujeito da transformação social em Nuestra América". *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 27, p. 172-185, 2º sem. 2011.
- FERNANDES, F. *A integração do Negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 1965.
- _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- _____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- _____. *O que é revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FOUCAULT, M. *História de sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FRASER, N. "Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação". *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GGB. Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil: relatório 2011. Brasil: Grupo Gay da Bahia, 2012.
- _____. Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil: relatório 2012. Brasil: Grupo Gay da Bahia, 2013.
- _____. Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil: relatório 2013. Brasil: Grupo Gay da Bahia, 2014.
- _____. Assassinato de LGBT no Brasil: relatório 2014. Brasil: Grupo Gay da Bahia, 2015.

- _____. *Assassinato de LGBT no Brasil: relatório 2015*. Brasil: Grupo Gay da Bahia, 2016.
- _____. *Assassinato de LGBT no Brasil: relatório 2016*. Brasil: Grupo Gay da Bahia, 2017.
- _____. *Pessoas LGBT mortas no Brasil: relatório 2017*. Brasil: Grupo Gay da Bahia, 2018.
- _____. *População LGBT morta no Brasil: relatório 2018*. Brasil: Grupo Gay da Bahia, 2019.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.
- GREEN, J. N. "Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 15, p. 271-295, 2000.
- _____. "Quem é o macho que quer me matar? – homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970". *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, Brasília, Ministério da Justiça, p. 58-93, n. 8 (jul. - dez. 2012). Disponível em: <<https://www.corteidh.or.cr/tablas/r33222.pdf>> Acesso em: dez. 2019.
- _____. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. *Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas*, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 13-41, 2003.
- _____.; QUINALHA, R. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: Ed. EdUFSCar, 2014.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Ed. Loyola, 2012.

- HAUG, F. Para uma teoria das relações de gênero. In: BORON, A; AMADEO, J; GONZALEZ, S. *A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2007.
- IANNI, O. *Classe e nação*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.
- _____. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- IBGE. *Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Brasília: IBGE, 2018.
- _____. *Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico de 2010*. Brasília: IBGE, 2014.
- IPEA. *Atlas da Violência 2019*. Brasília: IPEA/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.
- KERGOAT, Danièle. "Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo", in: HIRATA, Helena [et al..] (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- LENIN, V. *O Estado e a Revolução*: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LESSA, S. Apresentação à edição brasileira. In: ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LOURO, Guacira Lopes. "Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação". *Estudos Feministas*, Florianópolis-SC, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MACRAE, E. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da Abertura*. Campinas: Unicamp, 1990.
- MARX, K. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MOTTA, Daniele Cordeiro. "Desvendando mitos: as relações entre "raça" e classe na obra de Florestan Fernandes". Campinas, 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.
- MOURA, Clóvis. *A quilombagem como expressão de protesto radical*. 2001. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/moura/2001/mes/quilombagem.htm>> Acesso em: dez. 2019
- _____. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2014.
- _____. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2008.

- OKITA, Hiro. *Homossexualidade*: da opressão à libertação. São Paulo: Sundermann, 2015.
- PEREIRA, M. A; ROSENO, A. "Reflexões sobre as relações étnico/raciais e diversidade sexual e de gênero", in: NOGUEIRA, L; HILÁRIO, E; PAZ, T. T.; MARRO, K (orgs.). *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- PORTER, Ronald K. "A rainbow in black: the gay politics of the Black Panther Party". *Counterpoints*, v. 367, p. 364-375, 2012.
- PRADO Jr., C. *Formação do Brasil contemporâneo*: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PRADO, M. A. M; MACHADO, F. V. *Preconceito contra homossexualidades*: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.
- RUBIN, G. "El tráfico de mujeres: notas sobre la 'economía política' del sexo". *Nueva antropología*, México, v. 8, n. 30, p. 95-145, 1986.
- _____. "O tráfico de mulheres", in: RUBIN, G. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- _____; BUTLER, J. Tráfico sexual – entrevista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 157-20
- SAFFIOTTI, Heleith. *A mulher na sociedade de classes*: realidade e mito. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- _____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SANTO CAOS. *Demitindo preconceitos*: por que as empresas precisam sair do armário? São Paulo: Santo Caos, 2015.

- Disponível em: <https://estudos.santocaos.com.br/demitempreconceitos/>
- SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- STEARNS, P. *História da sexualidade*. São Paulo: Contexto, 2010.
- SURAN, Justin David. "Coming out against the War: antimilitarism and the politicization of homosexuality in the Era of Vietnam". *American Quarterly*, v. 53, n. 3, p. 452-488, Sep. 2001.
- TABET, Paola. "Mãos, instrumentos e armas", in: FERREIRA, Verônica (org). *O patriarcado desvendado: três feministas materialistas*: Collette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014.
- TOITIO, R. D. "Cores e contradições: a luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro". Campinas, 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.
- _____. Um marxismo transviado. *Cadernos Cemarx*, n. 10, p. 62-82, 2017. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10921>.
- TREVISAN, J. S. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
- VENTURI, G; BOKANY, V. (orgs.). *Diversidade Sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.
- WEEKS, J. *Sexuality*. 2^a ed. New York: Routledge, 2003.
- WITTIG, Monique. El pensamiento heterosexual y otros ensayos. Madrid; Barcelona: Editorial EGALES, p. 197-217, 2006.

PARA SABER MAIS

Homofobia: história e crítica de um preconceito

Daniel Borrilo

Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Com uma linguagem acessível e didática, Daniel Borrilo sintetiza a construção histórica e social da homofobia a partir de um diálogo rico com a produção de conhecimento crítico sobre sexualidade e gênero. Sua visão ampla sobre a homofobia possibilita ir além de uma dimensão restrita à individualidade do comportamento homofóbico dos sujeitos sociais.

Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil.

Leonardo Nogueira; Erivan Hilário, Thais Terezinha Paz, Kátia Marro (orgs.)

São Paulo: Expressão Popular: 2018.

O livro é fruto de um processo de formação política junto aos movimentos populares sobre os temas de diversidade sexual e de gênero no Brasil. Está dividido em três partes, com os seguintes temas: fundamentos sócio históricos da sexualidade, as vivências de LGBT no Brasil (no trabalho, na educação, violência) e as formas de resistência LGBT.

História do Movimento LGBT no Brasil.

James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes (orgs.)

São Paulo: Alameda, 2018.

O livro é uma importante coletânea de muitos artigos que traçam um retrato dos quarenta anos da história do movimento LGBT no Brasil, discutindo desde a ditadura militar e a formação dos primeiros grupos até a multiplicação das identidades coletivas, as questões e pautas políticas, as formas mobilização do movimento e outros temas.

Gênero, patriarcado e violência.

Heleiteh Saffioti.

São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2015.

Obra clássica dos estudos feministas no Brasil. Saffioti sintetiza elementos fundamentais para compreender as relações de gênero: a ordem patriarcal, o nó “capitalismo-racismo-patriarcado”, o significado da violência. Debate urgente para uma apreensão do caráter heterossexista das relações patriarcais de gênero.

Dicionário crítico do feminismo.

Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré, Danièle Senotier (orgs.)

São Paulo: Editora UNESP, 2009.

Coletânea de textos fundamentais que versa sobre um conjunto variado de temas a partir da perspectiva feminista materialista. Ensaios consagrados sobre divisão sexual do trabalho, patriarcado, sexualidade, sexo e gênero em formato verbete contribuem para uma introdução contundente aos debates.

SOBRE OS AUTORES

LEONARDO NOGUEIRA

Assistente Social, doutorando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. Contato: leo.ssoufvjm@gmail.com

MAYSA PEREIRA

Engenheira Agrônoma, doutoranda no Programa de Pós-graduação em Plantas Medicinais Aromáticas e Condimentares da Universidade Federal de Lavras. Contato: agro.maysa@gmail.com

RAFAEL TOITIO

Cientista Social, doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. É professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Contato: rtoitio@yahoo.com.br

Ê

Coleção Emergências

O Brasil fora do armário:
diversidade sexual, gênero e lutas sociais

EDIÇÃO

Jorge Pereira Filho
Miguel Yoshida

COPIDESQUE

Cecília Luedemann

ILUSTRAÇÃO

Cesar Habert Paciornik

REVISÃO TÉCNICA

Daniele Cordeiro Motta
Lucas Bezerra

PROJETO GRÁFICO

Estúdio Bogari

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Zap Design

IMPRESSÃO

GRÁFICA PAYM

Sobre o livro

Formato: 120 x 180 mm

Mancha: 85 x 145 mm

Tipologia: Frutiger LT Std 10/14

Papel: Polen soft 80 g/m²

Cartão 250g/m² (capa)

1^a edição: 2020